



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM LETRAS**

**SOCIEDADE DA IMAGEM: A (RE)PRODUÇÃO DE  
SENTIDOS DA MÍDIA DO ESPETÁCULO**

**TESE DE DOUTORADO**

**Caciane Souza de Medeiros**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

# **SOCIEDADE DA IMAGEM: A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA MÍDIA DO ESPETÁCULO**

**por**

**Caciane Souza de Medeiros**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Amanda Eloina Scherer**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Tese de Doutorado

**SOCIEDADE DA IMAGEM: A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA  
MÍDIA DO ESPETÁCULO**

elaborada por  
**Caciane Souza de Medeiros**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Doutor em Letras.**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Amanda Eloina Scherer, Dr. **(UFSM)**  
**(Presidente/Orientador)**

---

Vanise Gomes de Medeiros, Dr. **(UFF)**

---

Anderson Salvaterra Magalhães, Dr. **(UFSM)**

---

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. **(UFSM)**

---

Graziela Lucci de Ângelo, Dr. **(UFSM)**

Santa Maria, 5 de novembro de 2010.

*Dedico esta tese à minha  
índescribível e amada  
família: Mamãe, Papai e  
Maninho.  
Com vocês, tudo faz sentido!*

## Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr. **Amanda Eloina Scherer**, pela orientação e por proporcionar, através de sua labuta cotidiana por espaços de saber e pela constituição de um grupo de trabalho, inesquecíveis experiências acadêmicas e pessoais no convívio junto ao Laboratório Corpus de pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela acolhida, em especial, à Irene e ao Jandir, pela permanente prontidão em ajudar!!

Agradeço à banca examinadora por ter aceitado ler meu trabalho e fazer parte de um momento tão importante de minha vida.

Agradeço a Capes, pelos doze meses de “patrocínio” acadêmico, através de uma bolsa de estudos.

Agradeço imensamente aos meus progenitores, Rosa Beatriz e Airton, e ao meu **maninho** adorado Pablo, pela ajuda constante, pelo otimismo e amor incondicionais.

Agradeço a todos os meus queridos amigos Denise (Dê), Thaise (Thatá), Farnei (Fafa), Gabriel (o Bico), Luciano (Lu), Carlinha, Délvia (Dedê), Letícia (Lelê) e outros que, com paciência e companheirismo, acompanharam meu percurso afetuosamente, sempre acreditando em mim. É com imensa alegria que retorno para o convívio de vocês!

Agradeço aos meus colegas e amigos queridos Juciele (Jubi), Mary Neiva (Maroca), Marluza (Malu), Rejane (Re), Maurício (Maurico), André, Larissa (Lari), Taís, Vanessa, Maria Cleci, Zélia (Zezé) e a todos do Laboratório Corpus, pelos muitos momentos de aprendizado teórico e de vida; pelas alegrias e pelo consolo compartilhados. Ter vocês por perto me tornou mais corajosa e compreensiva.

Agradeço ao meu namorado amado Antonio (meu Tun!) pelo amor, pela força, pela admiração e pela permanente confiança devotadas a mim e a tudo o que eu resolvo fazer em minha vida. É indubitável que você apareceu na hora certa, em tempo de me salvar!

Ao meu mestre de Yoga Sérgio Prestes pelos ensinamentos da yoga e por fazer-me entender que o equilíbrio é um estado que todos podem alcançar!!

Agradeço ao meu anjo da guarda pelo trabalho incansável. Amigo, prometo compensar as muitas horas extras de cuidado!

Enfim, agradeço a mim mesma pelo comprometimento e por ter sobrevivido ao percurso de tese com otimismo e confiança (quase) inabaláveis.

*“Eu amo tudo o que foi  
Tudo que já não é  
A dor que já não me dói  
A antiga e errônea fé  
O ontem que a dor deixou  
O que deixou alegria  
Só porque foi, e voou  
E hoje é já outro dia”.*  
*Fernando Pessoa*

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 .....28

## LISTA DE RECORTES

Recorte 1.....	29
Recorte 2.....	30
Recorte 3.....	31
Recorte 4.....	32
Recorte 5.....	33
Recorte 6.....	34
Recorte 7 – AS16 e AS12 .....	49
Recorte 8 – AS3 e AS6 .....	63
Recorte 9 – AS6.....	78
Recorte 10 – AS3.....	104
Recorte 11 – AS1 .....	107
Recorte 12.....	111
Recorte 13.....	112
Recorte 14 – AS2 .....	117
Recorte 15 – AS13.....	125
Recorte 16 – AS13.....	127
Recorte 17.....	129
Recorte 18 – AS15.....	132
Recorte 19.....	138
Recorte 20 – O rosto .....	143
Recorte 21 – O Olhar .....	145
Recorte 22.....	147
Recorte 23.....	150
Recorte 24.....	152
Recorte 25.....	155
Recorte 26 – AS12.....	159



## RESUMO

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos  
Universidade Federal de Santa Maria

### **SOCIEDADE DA IMAGEM: A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS DA MÍDIA DO ESPETÁCULO**

AUTORA: CACIANE SOUZA DE MEDEIROS  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr. AMANDA ELOINA SCHERER  
Santa Maria, 5 de novembro de 2010.

Em nosso trabalho, buscamos compreender os modos de discursivizar da mídia, considerando as condições de produção das práticas midiáticas como parte de uma sociedade marcada pela profusão de imagens e pela (re)produção de sentidos. Ancoramos nossa fundamentação teórico-metodológica em uma base discursiva de leitura e análise que entende o discurso como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, [1975] 2009). Da Análise de Discurso mobilizamos conceitos como ideologia, memória e interdiscurso, enquanto norteadores do processo de construção metodológica e analítica dos objetos de mídia recortados para nosso corpus de estudo. Entendemos que é pela ideologia que se naturaliza o que é produzido pela história e que, através da simulação (e não da ocultação), é que são identificadas as transparências (ORLANDI, 2007). O corpus de nosso objeto de estudo é constituído de dezesseis publicações impressas de capa (revistas *IstoÉ*, *SuperInteressante* e *VEJA*), versadas em temáticas relativas à violência e à infância, por meio das quais tratamos de pensar os conceitos que constituem a história da sociedade ocidental, tais como saber-poder, vigilância, controle, modernidade, espaço urbano e espetáculo. Nossa observação da discursividade na mídia e sua relação de (re)produção de sentidos nos levou a refletir sobre um conceito que designamos ‘arranjo simbólico’. Esse conceito teórico-metodológico e analítico corrobora com nossa hipótese de que, para se materializar e consolidar sua posição no eixo social, a mídia mobiliza diferentes materialidades textuais, entre as quais destacamos a imagem, em uma discursividade substanciada pela interdiscursividade, ou seja, afetada pelo simbólico, pelo que já faz sentido, pelo que já existe em um imaginário social pré-construído (PÊCHEUX, [1975] 2009) e socialmente legitimado. Levamos em consideração, portanto, as condições de produção das práticas cotidianas da mídia que se constituem em uma produção relacionada ao mercado e ao consumo. Nossos recortes analíticos foram elencados a partir do alinhavo dos conceitos de pré-construído (a memória interdiscursiva) e das redes parafrásticas (as retomadas ao mesmo sentido marcadas em uma regularidade estabilizada) a que nos propomos dar visibilidade, entendendo que a paráfrase constitui o retorno aos mesmos espaços do dizer (ORLANDI, 1999). Em nossas análises, trabalhamos com quatro recortes por meio dos quais analisamos o viés ideológico que aproxima discursivamente (por isso redes parafrásticas) versões sobre violência na prática de mídia impressa. Nossas análises nos apontam que o modo do discursivizar da mídia está sendo constantemente retroalimentado de/pelos relatos já ditos, o que corresponde a dizer que ele retoma, desloca, repete e reordena regiões de memória, promovendo a circulação de dizeres tidos como notórios e importantes para todos, úteis e dignos de serem relatados, além de passíveis de credibilidade. O discurso da mídia, em suas versões parafraseadas, é responsável pela circulação de sentidos que se tornam referentes, imaginariamente confiáveis da realidade social, contribuindo para a constituição social de imagens, valores e concepções de mundo. Memórias e sentidos do mundo (discursivo) do espetáculo, da sociedade da imagem, que aparecem como dados aos seus produtores, naturalizados e retomados sob a aparência de uma gramática “inata” de luzes e sombras, cores e volumes.

Palavras-chave: mídia; ideologia; imagem; sentido; arranjo simbólico.

## ABSTRACT

### IMAGE-DRIVEN SOCIETY: THE (RE)PRODUCTION OF MEANINGS IN THE SPECTACLE MEDIA

Author: CACIANE SOUZA DE MEDEIROS  
Tutor: Prof.<sup>a</sup> Dr. AMANDA ELOINA SCHERER  
Santa Maria, November 5th 2010.

In our work we tried to understand the ways in which media discourses, considering the production conditions of media practices as a part of a society marked by the profusion of images and by the (re)production of meanings. We anchor our theoretical and methodological ground on a discursive reading and analysis basis which understands the discourse as an effect of meanings between narrators (PÊCHEUX, [1975] 2009). From the Discourse Analysis we mobilized concept such as ideology, memory and interdiscourse, as guidelines for our process of methodological and analytical construction of media objects cut out for our study corpus. We apprehend that it is through ideology that one naturalizes whatever is produced by history and that it is through simulation (and not occultation) that transparencies are identified (ORLANDI, 2007). The corpus of our study object is constituted of sixteen printed cover publications (*IstoÉ*, *SuperInteressante* and *VEJA magazines*), versed on themes related to violence and childhood, through which we deal with thinking the concepts that constitute the western society history, such as knowledge-power, vigilance, control, modernity, urban space and spectacle. Our observation of discursivity in the media and its relation of (re)production of meanings took us to a reflection over a concept that we designate as a 'symbolic arrangement/scheme'. This theoretical-methodological-analytic concept corroborates with our hypothesis that to materialize and consolidate its position in the social axis, media mobilizes different textual materialities, among which we highlight image, in a discursivity substantiated by interdiscursivity, which means affected by the symbolic, by what already makes sense, by what already exists in a pre-constructed and socially legitimated social imaginary (PÊCHEUX, [1975] 2009). Therefore, we took into consideration the production conditions of the media daily practices which are constituted in a production related to the market and to consumption. Our analytical cutouts were casted from the stitching of the concepts of pre-constructed (the interdiscursive memory) and the paraphrastic networks (the resummptions to the same meaning marked in a stabilized regularity) to which we propose to give visibility, understanding that the paraphrase constitute the comeback to the same spaces of saying (ORLANDI, 1999). In our analysis, we worked on four cutouts through which we analyze the ideological bias that discursively approximates (therefore paraphrastic networks) versions on violence in the practice of printed media. Our analysis point out that the way of discoursing in the media is being constantly fed back from/by the already mentioned statements, which corresponds to saying that it resumes, dislocates, repeats and reorders memory regions promoting the circulation of sayings, taken as notorious and important for all, useful and deserving of being reported, besides being trusted with credibility. The discourse of the media, in its paraphrased versions, is responsible for the circulation of the meanings that become referent, imaginarily trustworthy in/of social reality, contributing to the social constitution of images, values and conceptions of the world. We understand that the way to discourse of that one we detained ourselves to observe is being constantly fed back from/by the ones already mentioned. Memories and meanings/significances/senses of the (discursive) world of spectacle, of the Image-driven Society, that appear as data to its producers. Naturalized and caught up appearing as an "innate" grammar of shadow and light, colors and volumes.

**Keywords:** image-driven society; speech; media; ideology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Parte I</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I MÍDIA, SOCIEDADE E IMAGEM: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO</b> .....	16
I.1 A sociedade e seus modos de discursivizar: o desenrolar de uma questão de tese .....	16
I.2 O corpus em questão: sobre a formação ideológica do discurso .....	23
I.3 As condições de produção da mídia do espetáculo .....	43
I.4 Imagem é textualidade constitutiva do discurso .....	55
I.5 A constituição simbólica da imagem e a paráfrase discursiva .....	65
<b>Parte II</b> .....	72
<b>CAPÍTULO II SOCIEDADE EM MOVIMENTO: DISCIPLINA, CONTROLE, MODERNIDADE E ESPAÇO URBANO</b> .....	73
II.1 O saber-poder e a constituição da sociedade disciplinar .....	73
II.2 O deslizamento para a sociedade de controle, a modernidade e o espetáculo .....	86
II.3 A sociedade da imagem e seus modos de (re)produção de sentidos no espaço urbano: o arranjo simbólico .....	100
<b>Parte III</b> .....	113
<b>CAPÍTULO III O DISCURSO DA VIOLÊNCIA DA MÍDIA DO ESPETÁCULO</b> .....	114
III.1 O movimento parafrástico da mídia: arranjos e sentidos .....	114
III.2 O espetáculo discursivo na mídia: a infância borrada .....	128
III.3 O discurso da violência na infância: a construção do imaginário da vitimização .....	136
III.4 A trama discursiva da mídia em posição de condenação .....	146
III.5 A (des)identificação e a ideologia da intolerância .....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	165
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168

## INTRODUÇÃO

O trabalho de tese que desenvolvemos constitui-se por uma inquietação semeada desde a nossa graduação em Comunicação Social, formação essa sobre a qual mantivemos sempre um olhar que ultrapassava a técnica. Tínhamos um interesse persistente na linguagem e nas suas manifestações em sociedade, e foi esse interesse que nos levou ao Curso de Mestrado em Letras<sup>1</sup>, área de concentração em Estudos Linguísticos, e, em particular, ao Laboratório Corpus e à Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História, espaços que oportunizaram o estudo das relações entre o funcionamento dos aparatos tecnológicos e midiáticos com o sujeito e os modos de organização social.

Neste espaço de leitura e produção, e ainda envolvidos com as mesmas demandas que nortearam nossa história e trajetória acadêmica, desenvolvemos esta tese de doutorado, que representa um empenho em analisarmos e compreendermos os modos de discursivizar da mídia em sua relação produtiva afetada pelo ideológico (o complexo de formação ideológica), alicerce teórico que nos permite pensar na relação mídia e social como estando permeada de relações interdiscursivas pré-construídas. Consideramos as condições de produção das práticas midiáticas (de mídia impressa) como parte de uma sociedade marcada pela profusão de imagens. Nosso estudo parte de um lugar teórico de entremeio ancorado na premissa de que o discurso é efeito de sentidos e de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito (Pêcheux, [1975] 2009)<sup>2</sup>. Este processo determina o que pode e o que não pode ser dito (Ibid.).

Neste nosso trabalho, buscamos compreender como se constrói a ‘história espetacularizada’, corporificada no discurso da mídia, numa sociedade imersa em

---

<sup>1</sup> Desenvolvemos nossa dissertação de mestrado, defendida em 2004, sob o título **A constituição de efeitos de sentidos na formulação do discurso sobre a sexualidade: a pergunta que permanece**, junto ao PPGL – Laboratório Corpus. Naquele momento, nosso estudo da mídia e de suas formas de discursivizar sobre a sexualidade constituiu-se em amparo teórico necessário para pensarmos a textualidade da imagem como marca discursiva em nossa sociedade.

<sup>2</sup> Neste trabalho, as datas apresentadas entre colchetes referem-se às datas da edição original das obras. Este dado de publicação e circulação dessas obras-fonte é determinante para a compreensão das condições de produção em sua relação histórica de produção e funcionamento discursivo.

novas tecnologias, formatada por saberes voláteis e efêmeros, ao mesmo tempo em que conservadores na (re)produção de sentidos. A essa sociedade chamamos de 'sociedade da imagem'. Mais precisamente, buscamos compreender como os modos de discursivizar na mídia se constituem, se estruturam e (re)produzem sentidos tendo, na multiplicidade de textos, um espaço constituído como um modo espetacularizado de arranjar suas materialidades significantes.

Nosso trabalho está dividido em três partes principais que dão corpo ao nosso objetivo. Na primeira parte, intitulada **Mídia, sociedade e imagem: as condições de produção**, abrimos nosso percurso de tese a partir do desenvolvimento de quatro capítulos acerca das condições de produção da mídia, ressaltando o contexto histórico das práticas midiáticas de (re)produção de sentidos. Procuramos fundamentar uma relação do passado histórico de construção até o momento atual, nosso presente século XXI, marcado pela ideologia do consumo e pela estrutura mercantil e capitalista que se embaraça a tudo o que é divulgado como 'informação' na mídia e que circula na sociedade.

Também, damos especial atenção à imagem como uma materialidade textual singular no processo de (re)produção de sentidos e na materialidade ideológica que é construída na mídia. Neste momento da tese, evidenciamos a postura de que, em nosso percurso, a questão da imagem é indispensável, uma vez que materialização possível dada à significação, no processo de construção midiática de objetos sociabilizados, como pedaços de discurso. Sendo assim, traçamos uma breve reflexão acerca da imagem como marca histórica significativa e trazemos o trabalho com a imagem como parte (em sua morfologia e tessitura – já que é forma em sua essência) da formulação que se discursiviza na mídia e que toma lugar em sua textualidade própria (e não apartada), ou melhor, embaraçada a outras materialidades textuais constitutivas do discurso, em publicações reconhecidas em âmbito social e nacional.

Para tanto, centramos a análise da imagem na superação da dicotomia verbal x não-verbal. Nossa posição teórica entende a imagem como texto (ORLANDI, 1996). Sendo texto e estando 'arranjada' na sociedade em que vivemos e, por conseguinte, na mídia, em meio a outras textualidades, a imagem produz efeitos de sentido nesse todo discursivo. Especificamente em nossa tese, diante da teoria e da análise às quais nos vinculamos, a separação verbal x não-verbal perde

consistência, desliza para um lugar que não é o discursivo, tendo em vista que está, portanto, superada em uma leitura discursiva da mídia e da sociedade no espaço urbano. Nosso objetivo, ao pensar a imagem discursivamente na mídia da sociedade da imagem, é dar visibilidade a uma materialidade afeita à amplificação significativa, o que seria um operador discursivo/ideológico eficaz no processo de naturalização de sentidos.

Com o objetivo de compreender o funcionamento discursivo na mídia, tratamos, na segunda parte de nossa tese, intitulada **Sociedade em movimento: disciplina, controle, modernidade e espaço**, de apresentar conceitos que constituem a história da sociedade ocidental e que estão afinados à nossa proposta de estudo. São eles: saber-poder, vigilância, controle, modernidade, espaço urbano e espetáculo. Tais conceitos são basilares para a análise de um corpus constituído em práticas sociais de (re)produção de sentidos na mídia, práticas essas historicamente determinadas e, portanto, ideologicamente marcadas.

A partir da constituição histórica da sociedade, e por considerarmos a mídia um lugar de poder, formulamos um conceito teórico-metodológico e analítico que abarca a instância discursiva em que nosso corpus se constitui: o arranjo simbólico (doravante AS). Para trabalharmos essa formulação, definimos nosso corpus de pesquisa em 16 publicações impressas de capa, versadas em temáticas relativas à violência, de três revistas de circulação nacional, quais sejam: *ISTOÉ*, *SuperInteressante* e *VEJA*. Uma vez que nos detemos em descrever e observar a mídia na forma impressa de publicações ditas informativas, a designação-conceito 'arranjo simbólico' arregimenta nossa hipótese de que para consolidar sua posição no eixo social, a mídia mobiliza diferentes materialidades textuais, entre as quais destacamos a imagem como uma discursividade substanciada pela interdiscursividade, ou seja, pelo simbólico, pelo que já faz sentido, pelo que já existe em um imaginário social pré-construído (PÊCHEUX, [1975] 2009) e socialmente legitimado.

Na terceira parte de nossa tese, intitulada **O discurso da violência da mídia do espetáculo**, trabalhamos com as análises propriamente ditas. Nossos recortes foram feitos a partir do alinhavo dos conceitos de pré-construído (a memória interdiscursiva) e de redes parafrásticas (as retomadas ao mesmo sentido marcadas

em uma regularidade estabilizada), entendendo que a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer (ORLANDI, 1999).

No percurso de análise, procedemos em quatro recortes principais, constituídos por determinados arranjos simbólicos de nosso corpus, sob os quais analisamos o viés ideológico que aproxima discursivamente (por isso redes parafrásticas) versões sobre violência, quais sejam: recorte 1: a paráfrase do objeto sexual/poder; recorte 2: a paráfrase da vitimização; recorte 3: a paráfrase da condenação; e recorte 4: a paráfrase da (des)identificação.

Observamos os arranjos em rede como sequências parafrásticas, no limiar da história e da ideologia que nos permitem a compreensão de sentidos da violência enquanto memórias interdiscursivas, já ideologicamente naturalizadas e ressignificadas, por exemplo, da prostituição infantil e do seu lugar social no cerne da violência contra crianças em nosso país. Do mesmo modo, no limiar da formação ocidentalizada em que nossa mídia está inserida e no seu modo de identificar e discursivizar outras culturas sob um olhar ideológico determinado.

Estamos comprometidos, em nossa tese, com uma compreensão do discurso como um objeto de estudo que não tem fronteiras definidas. Ele é tridimensional - está na intersecção do linguístico, do histórico e do ideológico. Este aspecto epistemológico é determinante enquanto dispositivo teórico de construção de nosso corpus de estudo na mídia, uma vez que atentamos à heterogeneidade discursiva e à sua movimentação na sociedade da imagem.

Nosso estudo, em suas três partes, transcorre nesta direção, a do discurso, tendo como fio condutor à máxima pecheutiana de que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, “é preciso ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, [1975] 2009, p. 304).

# *Parte I*



## CAPÍTULO I

### MÍDIA, SOCIEDADE E IMAGEM: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

#### I.1 A sociedade e seus modos de discursivizar: o desenrolar de uma questão de tese

*“À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho se torna necessário. O espetáculo é o sonho mau da sociedade moderna aprisionada, que só expressa afinal o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guarda desse sono”.*  
Guy Debord

A partir da concepção de que vivemos na sociedade da chamada indústria da informação, própria de uma ideologia social de supervalorização da tecnologia eletrônica, dos meios de fabulação instantânea de realidades, onde estão imersas a formação e a divulgação de saberes sobre e de produtos de entretenimento, constituídas em uma profusão de dizeres e imagens ditos mediados pela rede de comunicação multimídia, posicionamos nosso interesse de pesquisa em uma posição que entende a sociedade atual como espaço de embates discursivos e de movimento de sentidos.

Neste ínterim, a ideia que ancora nosso trabalho de tese é fruto de um interesse labutado em uma questão de pesquisa que busca compreender como os modos de discursivizar na mídia, na sociedade atual – a qual nomeamos ‘sociedade da imagem’, se constituem, se estruturam e (re)produzem sentidos tendo, na multiplicidade de textos e de versões, um discurso constituído a partir de um modo espetacularizado de arranjar essas materialidades significantes.

A palavra mídia é oriunda do latim *media*, plural de *medium*, e significa aquele que está no meio. No Brasil, usa-se mais comumente a palavra "mídia" derivando da pronúncia inglesa *media*, ainda que alguns gramáticos brasileiros prefiram a forma portuguesa, de Portugal, pela correlação com a origem latina da palavra e conseqüente relação com nossa língua portuguesa. A nomeação “mídia”

é usada, no senso comum, para identificar os meios de comunicação em geral, assim como para identificar o trabalho de veículos de comunicação chamados de informativos (LAGE, 2001). Em nosso trabalho, o corpus de estudo é constituído de objetos de mídia impressa – três revistas de informação que circulam nacionalmente. Tomaremos o uso da nomeação ‘mídia’, desse modo, fazendo referência à imprensa como um lugar (social e institucional) no qual se efetivam práticas de (re)produção de sentidos no espaço da grande mídia, os meios de comunicação em massa.

Essa questão foi ganhando corpo na medida em que as leituras teóricas, constituintes de nosso estudo, se estruturaram em uma premissa, elaborada por Michel Pêcheux ([1975] 2009), que define o discurso como efeito de sentido e o considera dado à materialização na linguagem. Esse conceito já largamente citado e retomado no âmbito dos estudos discursivos é o amparo vital para um estudo que entende a necessidade de compreensão da linguagem para além de sua materialidade pragmática ou mesmo conteudística de leitura e interpretação.

Nossa questão de pesquisa, em nosso ver, singulariza-se em uma composição de dispositivos teóricos e metodológicos desenvolvidos, portanto, na Análise de Discurso (doravante AD). E sob esse aspecto, sentimos necessidade de recorrer à sua fonte, pelo entendimento da constituição do discursivo em diferentes materialidades organizadas e produzidas ideologicamente, o que, para nós, é o grande legado e a fresta que possibilita nosso estudo em particular e, sobretudo, os estudos do discurso para além de nosso tempo.

Dessa forma, vemos, no modo pelo qual a mídia (re)produz discursos sobre, um campo de possibilidades para o desenvolvimento de uma análise discursiva acerca das materialidades de linguagem que se corporificam na mídia sob uma ordenação social regida, em seu permanente processo de constituição de sujeito e sentido, por trajetos de memória amarrados em condições ideológicas de produção. O esquema que mobilizamos como percurso de leitura e posterior análise relacionam conceitos teóricos e categorias de análise em uma singularidade que se regulariza como caminho teórico em duas instâncias principais e que serão tecidas no decorrer de nossa tese, quais sejam:

- a sociedade e seus modos de organização, funcionamento e movimento de sujeitos e de suas práticas (entre as quais recortamos a mídia impressa – na

posição de revistas de circulação nacional - como lugar de (re)produção de sentidos); e

- a linguagem materializada em imagem (texto)<sup>3</sup> como parte do processo de formulação discursiva (como arranjo simbólico) que significa em um eixo singular, já que a imagem é compreendida aqui como materialidade ideológica passível de descrição, como percursos de memória social (os pré-construídos) e de (re)tomada interdiscursiva (com o jogo parafrástico de arranjo simbólico<sup>4</sup>).

Lançamos nosso interesse de estudo em um modo de compreensão e leitura de mundo alçada em uma organização discursiva que é permeada por um desdobramento de práticas significantes em lugares que são - mesmo antes de ganharem corpo nas práticas institucionais -, como na mídia, ideológico e sociocondicionados.

Observar a prática da mídia impressa de fazer circular sentidos na sociedade, na confluência da posição institucional por ela ocupada, da memória histórica de suas práticas e das condições de produção em que seus modos de discursivizar são tomados, é caminho para a problematização de que o discurso se faz objeto de análise em diferentes materialidades, todas constituintes e não apartadas categoricamente em uma instância opositiva, como é o caso da oposição verbal x não-verbal.

Nossa reflexão está, assim, comprometida com uma leitura da sociedade atual em seus modos, discursos e práticas, que só se justificam e se legitimam no bojo teórico que entende o discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, [1975] 1993, p.170). Esta noção de discurso representa, em sua materialidade simbólica, o encontro entre linguagem, história e ideologia. Num mesmo movimento, o discurso materializa-se em mecanismo constitutivo de sujeito e de sentido, ilusões e esquecimentos (ORLANDI, 1999), e este processo ganha corpo em diferentes formas, tanto nas manifestações escritas quanto nas imagéticas, assim como, para sermos pontuais na configuração de nossa temática de estudo, na materialidade discursiva que se (re)produz na mídia. De acordo com

---

<sup>3</sup> Discorreremos sobre o conceito de imagem como texto nos próximos subcapítulos.

<sup>4</sup> A designação e o conceito de arranjo simbólico serão desenvolvidos na parte II de nossa tese.

o que Pêcheux assevera, ao localizar a Análise de Discurso (AD) como dispositivo de leitura, há um caminho de estudo determinado

[...] pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e também, portanto, dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado (cf. a problemática dos “universos de crença”, a dos “mundos possíveis”, etc.) ([1983] 1998, p. 58).

Com base nessa relação da linguagem com a exterioridade, recusamos concepções de linguagem que a reduzem ora como expressão do pensamento, ora como instrumento de comunicação. A linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc.” (ORLANDI, 1998, p. 17).

De posição teórico-analítica, um campo que aceita a heterogeneidade discursiva como manifestação de linguagem, entendemos o discurso como estruturado historicamente e relacionado ao movimento de sentido. Mais precisamente e, de acordo com Orlandi, estamos em uma posição que nos

[...] permite trabalhar não exclusivamente com o verbal (o lingüístico), pois restitui ao fato da linguagem sua complexidade e sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes linguagens, o que não ocorre com a Lingüística, que, além de reduzir fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem), reduz também a significação ao lingüístico. O importante para a AD não é só as formas abstratas, mas as formas materiais de linguagem (1996, p. 34).

Se, em suas formas heterogêneas, a linguagem é lugar de significação, um dos componentes teóricos cruciais para que a interpretação do discurso tenha sustentação na teoria discursiva de Pêcheux ([1975] 1993), é a noção de simbólico que, diferentemente da noção icônica de símbolo, como signo culturalmente arbitrário (PIERCE, 2000), é entendido como constituição histórica e discursiva. Segundo Orlandi (1999), não há sentido sem articulação do simbólico ao político, no sentido de que o simbólico não é um carimbo que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização e interpretação preexistem à significação. O

simbólico está configurado em um embate por poder. Ele é aquilo que faz sentido (ORLANDI, 1994).

Para a constituição do sentido, há um investimento no material simbólico através do qual esse sentido que se manifesta vai significar a forma de relação do sujeito com a língua como constitutiva do que se veicula nos meios de comunicação. Pontualmente, no objeto de mídia com o qual trabalhamos, a imprensa, lugar fixado no espaço midiático de (re)produção e circulação de sentidos, a recorrência com que a escrita é articulada à imagem e vice-versa, especialmente a imagem manipulada em dados (tecnológicos) fotográficos e eletrônicos, sinaliza para o que interpretamos como uma articulação construída, mobilizada pela força que o discurso pode ganhar ao se investir em diferentes materialidades simbólicas. Portanto, na questão analítica faz-se mister o entendimento de que “compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 26).

A instituição midiática (recortada em nosso trabalho como mídia dada à divulgação de saberes e ideias em curso na sociedade brasileira<sup>5</sup>) se autoriza a mobilizar - sob a égide da informação como serviço social, função ímpar como instrumento democrático, reconhecido na esfera da liberdade de expressão e de direito dos cidadãos - seu lugar (político, econômico e comercial) através do discurso. Este é um mote essencial em nossa tese, pois entre os direitos declarados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 5º (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), temos o direito à comunicação, à informação<sup>6</sup>. Entendemos que esse lugar institucional coloca a comunicação em uma relação gregária e social que, ao incluir as necessidades de autoexpressão e de troca de informações, sustenta um lugar de poder para os meios de comunicação.

A mídia, nesta posição de comunicação, no espaço social/urbano de produção discursiva, investe, especialmente no que tange os aportes tecnológicos -

---

<sup>5</sup> A constituição das práticas simbólicas da mídia como empresa de sua prática social, bem como outros aspectos importantes das condições de produção e reprodução do discurso da mídia serão tratados com rigor necessário no decorrer de nossos capítulos.

<sup>6</sup> “[...] Art. 5º inciso IX – **é livre a expressão da atividade** intelectual, artística, científica e de **comunicação**, independentemente de censura ou licença; Art. 5º inciso XIV – **é assegurado a todos o acesso à informação** e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...]” (BRASIL, 1988). [grifos nossos]

e por isso não menos ideológicos -, na manutenção e legitimação de seu lugar social. Essa legitimidade não é invenção da mídia, como se ela configurasse uma entidade independente e manipuladora, tampouco será abordada por nós em uma relação simplista de influência, já que o discurso da mídia é parte do complexo sociopolítico do Estado democrático que é legitimado como sistema organizador em nossa sociedade; ou seja, é o social que determina a produção de práticas e ideias mobilizadas nas esferas institucionais (entre as quais temos a mídia dita informativa), e não o contrário.

No mesmo sentido e com maior especificidade, nossa posição teórica justifica-se pela própria concepção de linguagem que adotamos, a saber, a da linguagem constituída por um aspecto material, a língua (o que pode ser visto 'a olho nu') atravessada pela história e pela ideologia, as quais caracterizam relações essenciais para compreendermos a manifestação do sentido e de seus efeitos na leitura e nas práticas sociais do sujeito.

Entendemos que somos sujeitos à língua (nos constituímos nela). Isso é um princípio que indica, segundo Orlandi (1999), a compreensão da língua fazendo sentido, trabalhando com o simbólico, o social, o ideológico, o que é constitutivo do sujeito e da sua história. Segundo a pesquisadora:

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 1999, p. 43).

Seguindo no percurso discursivo de produção de sentido, entendemos que o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno, mas um sujeito cindido, clivado, descentrado, (re)partido, não se constituindo na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito está inscrito e que determina o que pode e o que não pode ser dito (PÊCHEUX, [1975] 2009). Mais que isso, a formação discursiva na qual o sujeito está identificado é regida por uma rede de memória já instituída e posta em funcionamento no momento da formulação do dizer. O conceito de memória postulado por Pêcheux

(Ibid.) é, doravante, uma memória do discurso, ou seja, uma memória interdiscursiva, onde habita um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. De acordo com este conceito, os sujeitos estão filiados a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. Essa relação se dá em continuidade histórica de produção discursiva. O interdiscurso é, pois,

[...] definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma, sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 1999, p. 31).

Afetado pelo interdiscurso, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem do seu discurso. Orlandi (1998), embasada em Pêcheux, trabalha dois aspectos acerca do discurso e da ilusão do sujeito: um levando em conta a noção de antecipação; e outro referindo a noção de esquecimento em que a AD estrutura sua base de leitura.

A determinação discursiva do sujeito em sociedade é um importante alce para nossa observação acerca dos objetos de mídia, pois sinaliza questões de discurso na aparência simbólica da obviedade. Essas questões apontam para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, intervêm dois aspectos: primeiro, o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual; e, segundo, o sujeito é dotado de inconsciente, contudo acredita estar o tempo todo consciente ou, pelo menos, dotado de uma consciência social comum entre seus pares. Afetado por esses aspectos e assim constituído, o sujeito (re)produz o seu discurso.

Na mídia, o processo de formulação e circulação discursivo está localizado em um lugar de (re)produção permanente. Em sua prática de produção, a mídia tem, portanto, um lugar de seleção e de permanência desse acervo de 'saberes sobre' bem como um lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito (e mostrado) e do que é silenciado ou deixado de lado; de quem participa

efetivamente na definição desses saberes e de quem não está presente. De acordo com o pensamento de Orlandi (2002), há um duplo jogo de memória quando a observamos em uma relação discursiva. Nas palavras da autora,

[...] saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível a diferença, a ruptura, o outro (Ibid., p. 10).

O trajeto que estamos compondo na escritura da tese leva em conta esse lugar social em que a mídia – que compreende práticas sociais de (re)produção de sentidos em instância de mídia impressa, com suas materialidades significantes, assume suas marcas no discurso. Nosso caminho é, ao mesmo tempo, o trajeto de nossa lucubração teórica de leitura, interpretação, produção de artigos, e culmina na reunião de arquivo dos objetos de mídia impressa que se fazem corpus de nosso trabalho e estão corporificados em textualidades ‘de informação’. Um processo delimitado pela retomada permanente do norte teórico a que nos vinculamos, para, então, prosseguirmos na leitura, descrição e análise do corpus de estudo.

## **I.2 O corpus em questão: sobre a formação ideológica do discurso**

Nosso percurso de escolha do objeto de análise começou nos idos de dezembro de 2007 quando já integrávamos o curso de doutorado. Em um primeiro momento, víamos na mídia – e esse foco permanece – uma gama infinita de possibilidades de recortes na cena discursiva acerca da produção dita informativa e sua relação de saber/poder instituída historicamente no âmago da sociedade brasileira. Todavia, e já tomados pelos aportes teóricos calcados em Pêcheux ([1975] 2009), trabalhamos com os sentidos, os textos da mídia em sua constituição material, como discurso; não separados, mas conjugados – pertencentes à história



- na constituição do arranjo ideológico que interpela, inevitavelmente, a sociedade e seus meios de propagar sentidos (as mídias).

A soma do amadurecimento da leitura teórica, aliado às buscas pela materialidade de leitura na mídia, nos trouxe ao lugar de abertura de revistas impressas de circulação nacional como elo discursivo promissor para análise. Primeiro, porque as revistas – sobretudo a capa, exposta como parte de um produto de leitura –, arranjos simbólicos dado à (re)produção de sentidos, se estruturam como textualidade que ocupa um lugar reconhecido no senso comum do espaço social, o qual a própria mídia se encarrega de legitimar. Para nós, o incômodo de pesquisa já se precipita pela relação de divulgação dos discursos ‘sobre’ que, por si só, não são regulares, mesmo que formulados em uma representação que tende à estabilidade e parece natural. Esses aspetos são parte de uma condição social específica que veio se constituindo histórica e materialmente.

Sobre a constituição do discurso marcado pela historicidade, Pêcheux ([1975] 2009), em sua obra **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, propõe uma teoria da significação fundada numa posição materialista do discurso, ressaltando a preocupação demasiada dos lógicos em tentar estabelecer uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento. O autor se opõe a esta concepção, que ele chama de logicista, por considerar que ela trata as oposições ideológicas e políticas como resultantes de imperfeições da linguagem. Contrariamente a essa visão utópica, de linguagem inequívoca e unívoca, trabalhamos, a partir do veio discursivo, com a oposição entre base linguística e processo discursivo, sendo a primeira um sistema comum a todos os sujeitos falantes (no que diz respeito ao conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas); e a segunda, singularizada de acordo com processos ideológicos que a determinam.

É premissa incontestável, em nossa posição teórica, a concepção de discurso, incluindo a mídia, atravessado por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua. Consequentemente, só podemos tratar de sentidos na mídia enquanto recorte de uma versão de realidade tomada pelo discursivo, uma vez que “é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (ORLANDI, 1999, p. 33).

É sob esse rigor teórico que tocamos na questão do discurso na mídia e delimitamos nosso recorte. Para tanto, determinamos o estudo do espaço de abertura de três revistas impressas de circulação nacional, quais sejam: *ISTOÉ*, *SuperInteressante* e *VEJA*. As revistas *ISTOÉ* e *VEJA* são produtos de mídia cuja edição, impressão e circulação efetuam-se semanalmente no Brasil, enquanto a revista *SuperInteressante* circula em edição mensal. Tanto a disponibilidade tecnológica (as três revistas possuem portais de acesso virtual aos arquivos de suas edições anteriores) quanto a relação mercadológica (a revista *VEJA* e *SuperInteressante* são produzidas, impressas e comercializadas pela Editora Abril, e a revista *ISTOÉ* é uma publicação da Editora Três) significam na tomada discursiva das revistas.

Considerar a construção histórica das materialidades que constituem nosso objeto de análise prescinde da compreensão de um processo mercadológico de estruturação das editoras responsáveis pelas publicações, como é o caso da Editora Abril e da Editora Três.

Fundado em 1950 por Victor Civita como Editora Abril, o Grupo Abril é hoje um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina. A Editora começou com a publicação *O Pato Donald* num pequeno escritório no centro de São Paulo. Ao todo, tinha meia dúzia de funcionários. No fim da década de 1950, a Abril começou sua transformação com grande investida de capital, o que repercutiu em contratações, treinamento e tecnologia, dando forma e identidade às publicações que, por sua vez, foram se multiplicando.

No afã do crescimento do turismo e da indústria automobilística, por exemplo, a Editora lançou *Quatro Rodas*, *Guias Quatro Rodas* e *Viagem e Turismo*. Futebol e sexo ganharam revistas sobre com *Placar*, *Playboy*, *Vip* e *Mens Health*. *Veja* se tornou marca de sucesso em assinaturas nos anos 80 e 90. Hoje, a revista ocupa uma representatividade numérica de assinantes em declínio, muito embora mantenha ainda um lugar significativo na imprensa nacional.

Neste contexto e, na busca por novos mercados, a Abril investiu em televisão e internet. Colocou 'no ar' a TVA, TV digital, internet em banda larga, Voip e MTV. Em 1999 foi lançado o Ajato, provedor de internet em banda larga. Hoje, a Abril Digital é a unidade do grupo responsável pelos novos negócios digitais da Abril. Atualmente, conta com o Abril.com e a Abril no Celular. Além disso, em 2000 foi

lançado o SER, sistema de ensino que une a tradição das Editoras Ática e Scipione ao conteúdo da Editora Abril. Em maio de 2006, a Abril anunciou a sociedade com o grupo de mídia sul-africano Naspers, que passou a deter 30% do capital do Grupo, incluindo a compra dos 13,8% que pertenciam aos fundos de investimento administrados pela Capital International, desde julho de 2004<sup>7</sup>.

Já a Editora Três é uma editora brasileira fundada em 1973 por Domingo Alzugaray. As suas principais publicações são as revistas *ISTOÉ*, *ISTOÉ Gente*, *ISTOÉ Dinheiro*, *Motor Show*, *Planeta* e *Menu*. As revistas *Istoé*, *Veja* e *SuperInteressante* foram publicadas pela primeira vez, respectivamente, nos anos 1976, 1968 e 1987.

Essas considerações, tomadas em dados e números, são constituintes da história dessas mídias. Para nós, são parte da descrição das condições de produção do discurso em que as publicações se materializam.

Além dos dados sócio-econômicos e ideológicos constituintes do processo discursivo em que as publicações circulam e têm lugar, tratamos, em nosso corpus, de eixos temáticos versados sobre a violência como sendo os fatores primeiros que dão corpo a aspectos de descrição decisivos para nossa construção metodológica de análise. Esses eixos temáticos estão sendo tomados como regularidade que dão corpo às questões temático-discursivas de arranjo simbólico (materializados nas capas) que analisamos em nossa tese e que, na base históricossocial de escolha, configura-se como um recorte preliminar partícipe das relações interdiscursivas às quais queremos dar visibilidade.

Não nos detivemos quantitativamente sob nenhum aspecto de recorte. Nossa observação se debruça sobre a possibilidade de a mídia (re)produzir e fazer circular, sob materialidades de publicação impressa, denominações e ditos públicos-alvo, uma “homogeneização de seus fins” (ORLANDI, 2001, p. 179). Estamos atentos, no processo de recorte do corpus, para a relação instituída na aparência de criatividade, formulada em uma ordem de produtividade sem, no entanto, considerar qualquer juízo de valor dado a conceitos, tais como manipulação e demonização da mídia em sua relação social. A questão da produtividade é, pois, característica de modos de comunicar versados e possíveis

---

<sup>7</sup> Os dados aqui descritos foram trazidos do site da Editora Abril (<http://www.abril.com.br>) e do site da revista *IstoÉ* (<http://www.istoe.com.br/capa>).

na história das mídias e da sociedade. Orlandi explicita essa relação com propriedade teórica colocando que

[...] no processo criativo, no que diz respeito à linguagem, há um investimento no mesmo, mas que desloca, desliza, trabalhando o diferente, a ruptura; no processo produtivo, ao contrário, não se trata de produzir a ruptura, mas a quantidade, a reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado. Pelo processo produtivo, o que temos é a variedade do mesmo em série (2001, p.180).

A produção veiculada na mídia acontece por esta via quantitativa. Levando esse aspecto em consideração, estipulamos, para uma análise do discurso na mídia da atualidade, espaços de abertura (capas) referentes ao período corrente de dez anos, portanto, de 2000 a 2010, contando que a coleta da materialidade é finda em 2010. Foram somadas 16 edições ao processo de arquivamento de material das revistas. Para fins de observação e análise, mobilizamos o uso das edições, que recortamos como material constituinte do arquivo e das condições de produção do discurso postas em circulação no mercado de (re)produção de sentidos. No quadro abaixo, podemos visualizar as edições selecionadas em ordem de sequência cronológica e temporal:

Quadro 1

MÍDIA IMPRESSA	EDIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Istoé	1601	04/06/2000
Istoé	1705	30/05/2002
Superinteressante	176	04/2002
IstoÉ	1829	27/10/2004
IstoÉ	1868	03/08/2005
Superinteressante	228	07/2006
IstoÉ	1943	24/01/2007
Veja	1995	14/02/2007
Veja	2055	09/04/2008
Veja	2057	23/04/2008
IstoÉ	2005	09/04/2008
Veja	2092	24/12/2008
Veja	2094	07/01/2009
Veja	2105	25/03/2009
IstoÉ	2056	08/04/2009
Veja <sup>8</sup>	2158	31/03/2010

As textualidades foram reunidas em uma regularidade que apresentaremos na sequência e que constitui as marcas de identificação de nosso objeto de estudo em sua materialidade. O formato é uma dessas marcas que identificam o objeto enquanto materialidade posta em circulação. Observemos o recorte 1:

---

<sup>8</sup> Este arranjo foi inserido ao nosso corpus em março de 2010, data do julgamento do caso Isabella Nardoni, e trabalhado em nossa análise a propósito do modo como o caso repercutiu na opinião pública e foi espetacularizado na mídia desde a sua ocorrência em 2008.

Recorte 1

(AS1)



(AS2)



(AS3)



Outra regularidade que marca nosso objeto de estudo e que será considerada em âmbito analítico nos próximos capítulos, é a discursividade sobre a violência, como podemos observar no recorte 2:

## Recorte 2





Nosso objeto de estudo traz marcas de identificação sobre a violência, em um manuseio estético determinante para refletirmos sobre as diferentes materialidades textuais e sua relação com a produção de efeitos de sentidos. Vejamos o recorte 3:

### Recorte 3

(AS7)



(AS8)



(AS9)





O modo como são arranjados os rostos dos sujeitos e sua relação interdiscursiva são questões pertinentes à nossa observação, tendo em vista que o rosto é uma regularidade no discurso da mídia sobre a violência. Observemos os recortes 4 e 5, a seguir:

#### Recorte 4



## Recorte 5

(AS13)



(AS14)



(AS15)



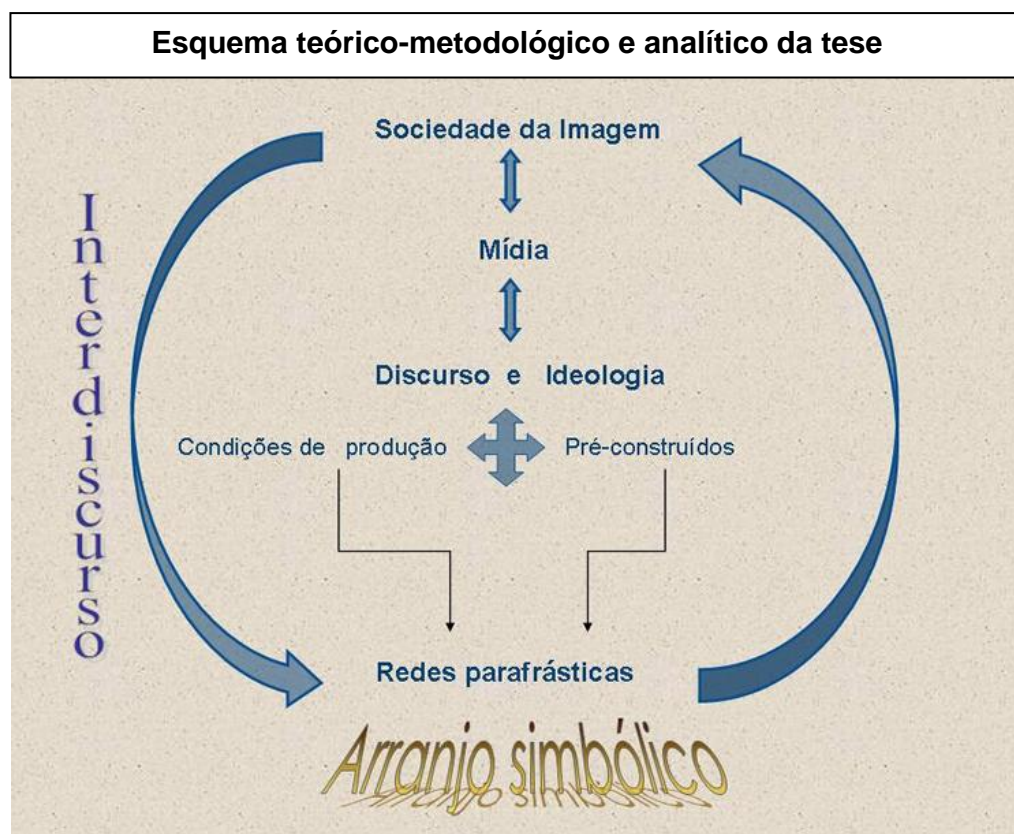
(AS16)



Ao reunirmos as materialidades textuais que figuram como arranjos simbólicos das publicações impressas das edições supracitadas, remissivos à temática posta em destaque, passamos a tratá-las como matéria significativa do discurso sobre a violência.

Não formalizamos um recorte comum a todos os textos em prol de uma regularidade temática, tendo em vista que, no processo de composição do corpus, o discurso se estrutura em um concomitante arranjo simbólico. A repetição, em sua regularidade marcada, da imagem e em seus dados discursivos, independe de uma explícita ordem temática. Ela se alinha em uma construção já disposta e aceita no discurso a que se associa e é isso que nos interessa, pois a formação ideológica e a paráfrase discursiva vão fazer sentido em diferentes materialidades e temáticas sociais. Dessa forma, organizamos um esquema que expõe nossa estrutura teórico-metodológica e nos orienta na construção de nossa tese, qual seja, a partir do recorte 6:

### Recorte 6





De acordo com nosso esquema, o espaço social e discursivo em que estamos inseridos e que vem sendo marcado pelo desenvolvimento da mídia e de suas práticas é significado pela manifestação da imagem como produtora de efeitos de sentido, portanto ligada ao discurso em sua multiplicidade de materialidades textuais. No modo como concebemos a fundação do conceito de discurso, os sentidos se movimentam e se relacionam interdiscursivamente. Sendo assim, os sentidos só são a partir de um projeto ideológico já instado e que será marcado pelas diferentes possibilidades textuais de materialização.

Na mídia, esse processo discursivo/ideológico não se dá fora da história, logo, das condições de produção que o sustentam no social. Ele é legitimado por uma orientação pré-construída que determina, nesse todo complexo que vai se repetindo – sendo parafraseado -, o que dizer e como dizer.

A partir de nosso esquema e das questões teóricas que o fundamentam, o que nos movimenta e impulsiona, na escritura e reescritura em percurso de produção da tese, é a observação dos traços, das marcas de uma discursividade – a midiática – largamente (em termos históricos) construída e posta em funcionamento, em seus meios, em uma alavanca de sentidos já instados; já mercantilizados e por tantos momentos (e por seguidas épocas) consumidos; tão facilmente descartados em sua materialidade física do papel. Ao mesmo tempo, uma discursividade tão duradoura no arranjo simbólico<sup>9</sup> das novas tecnologias, arranjo esse perpassado pela ideologia de seu tempo.

Todavia, a simulação da instantaneidade só ‘pega’ na égide da objetividade (materializada como espetáculo) que vigora em um lugar de aceitação específico ressoante, ainda que já concebível e presente. Os sentidos, por sua vez, pelo funcionamento do simbólico e do imaginário, se repetem e se atualizam forjados em novas tecnologias e formas de aparecência, mas, ainda assim, a partir do que já está lá: interdiscursivizado.

A compreensão de como os lugares sociais e a ideologia são estabelecidas nas relações simbólicas entre os sujeitos é uma contribuição ímpar, especialmente no tocante à questão de nosso trabalho de análise discursiva: a ideologia se materializa em discurso, que, por sua vez, dá-se na materialidade textual. Sujeito e

---

<sup>9</sup> Definiremos este conceito teórico-metodológico e analítico na parte II de nossa tese.

sentido constituem-se simultânea e historicamente nas relações de força e conflitos ideológicos.

Retomar o caráter histórico do discurso e do sujeito, percebendo aquele como lugar de constituição deste, é permitir a compreensão das lutas sociais, visto que as composições biopsicológicas são politicamente conformistas. É permitir, por exemplo, o entendimento do fato de que as assimetrias sociais e de poder são delimitadoras das identidades subjetivas<sup>10</sup>: questões de lugar, raça, nacionalidade, religião, etc., ganham materialidade a partir da heterogeneidade própria às formações discursivas e às posições sujeito. Sem a intermediação do discurso, visto em sua heterogeneidade, não é possível compreender a constituição do ser-sujeito em sua pluralidade, como materialização na/pela história.

O sujeito do discurso apresenta-se como um duplo: sujeito da enunciação, o locutor, e um sujeito universal, aquele que ancora seu dizer nas condições de verdade, presentes no complexo interdiscursivo. Para Henry ([1970] 1992), esse desdobramento é constitutivo do sujeito do discurso e denota, entre outras coisas, que se há alguma capacidade de formulação autônoma de um lado – intradiscursiva –, por outro, o sentido se instaura sempre remetendo ao complexo interdiscursivo. Pêcheux ([1975] 2009, p. 164) interpreta esse desdobramento sob a relação entre pré-construído, “que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”, “o mundo das coisas” e a articulação ou efeito transversal, que representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito.

A partir dessa relação e do funcionamento dos pré-construídos como invocadores de sentido, entendemos que uma concepção crítica de ideologia não pode restringir-se somente aos aspectos concernentes a relações de classe, embora se as levem em consideração, nem poderá se reduzir o conceito a engodo, autoengano, ideia de erro ou ilusão. Uma concepção crítica não deve limitar o conceito à esfera das ideias, sob a qual se desdobra a vida cotidiana representada. Nem sequer a concepção de representação das relações sociais pode ser aqui evocada. Relações ideológicas são práticas, e não reflexos, de poder e sentido, gestos de interpretação (ORLANDI, 2001), constitutivas do sujeito em suas práticas

---

<sup>10</sup> Essas questões serão trazidas à baila em nossas análises.

cotidianas, familiares, institucionais. E aí, novamente, a AD opera um deslocamento importante a partir do interior do materialismo histórico: ela põe a linguagem no centro da questão, remontando à articulação entre ideologia e sujeito, a partir de uma concepção não instrumental, mas constitutiva de linguagem.

Compreendemos que não há, portanto, um simbólico supostamente esquecido pelo materialismo histórico, mas o simbólico observável em sua própria materialidade, o que assim o livra da condição de superestrutura.

A partir da premissa de que o simbólico é constitutivo do sentido, localizamos nosso estudo em uma fundamentação teórico-discursiva que busca descrever as articulações entre a materialidade dos arranjos simbólicos – em sua textualidade, seu agrupamento em discursos, sua inserção na formação dos sujeitos, sua circulação através de práticas e seu controle por princípios relacionados ao sentido.

Trabalhamos com os sentidos, em sua constituição, tendo como ponto de partida uma materialidade, os produtos de mídia, que serão analisados por nós levando em consideração, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009), o jogo das imagens e da correlação de forças constitutivas na formação social que inclui essa materialidade.

A compreensão da produção e do modo de interpretação desses produtos de mídia é uma posição que assumimos entendendo a necessidade de observarmos a mídia em suas materialidades e em seus mecanismos de funcionamento. Tal análise é resultante do conhecimento de que, para significar, a língua tem de se inscrever na história. Desse modo, a reflexão sobre os mecanismos de funcionamento textuais só pode ser considerada em uma leitura discursiva, pois partimos do texto para chegar ao discurso e, a partir deste, relacionarmos linguagem e a exterioridade, a historicidade e a ideologia constitutiva dessa relação.

Em nossa tessitura teórica, a constituição ideológica formadora da ordem social tem relação com o materialismo histórico, um campo filosófico cuja contribuição para a AD é determinante e inspirada em preceitos desenvolvidos por Althusser nos seus AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado).

Pêcheux e Fuchs explicam que, para Althusser, os AIE são lugares onde se dá a luta de classes. As posições políticas e ideológicas em confronto nesse embate organizam-se em formações denominadas formações ideológicas, as quais

mantêm entre si “relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” ([1975] 1990b, p. 166). As formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, pelo contrário, se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras.

As formações ideológicas caracterizam-se, por sua vez, por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social. Essas formações (FIs) são constituídas pelas formações discursivas (FDs). As FDs definem-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 160)<sup>11</sup>.

A partir disso, compreendemos que o sentido pode ser estabelecido na remissão da materialidade linguística às formações discursivas que materializam no discurso as formações ideológicas. Pêcheux elucida de que modo o discurso materializa o ideológico - tese essa esboçada, mas não desenvolvida em Althusser - quando afirma que a língua é a base de processos discursivos que se “inscrevem em relações ideológicas de classes” (Ibid., p. 92).

Através da noção de formação ideológica, a tese althusseriana de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito também toma singular minúcia, pois, para Pêcheux e Fuchs, essa lei “constitutiva da Ideologia nunca se realiza em geral, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas” ([1975] 1990a, p. 167). Segundo Pêcheux ([1975] 2009), mais que analisar as formações ideológicas por sua relação de classes, é preciso considerar seu caráter regionalizado.

O autor tratará, portanto, esta noção de formação discursiva incluindo um aspecto determinante: o da ideologia. Nesse processo discursivo, Pêcheux define a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, delimitada pelo estado de luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito’” (Ibid., p.160). Além disso, o autor explicita que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, através da

---

<sup>11</sup> Grifos do autor.

transparência do sentido que nela se fixa, a objetividade material do discurso. Pêcheux trabalha com a formação discursiva, em relação à ideologia, no que diz respeito às evidências de sentido. Segundo o analista,

[...] é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados ([1975] 2009, p. 160)<sup>12</sup>.

As formações discursivas estão inscritas numa formação ideológica. Isso significa que existe um

[...] conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1999a, p. 166).

O gesto de Pêcheux ([1975] 2009) ao afirmar a inexistência de uma verdade única na linguagem está ligado à questão epistemológica que dá o fundamento da teoria discursiva. Este fundamento é, cabe dizer, composto por três regiões científicas, quais sejam: o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise.

A influência do materialismo histórico na teoria sobre o discurso, desenvolvida por Pêcheux (Ibid.), tem referências nas releituras de Marx e Althusser ([1970] 1992). O materialismo histórico, de acordo com Althusser (Ibid.), tratava da ideologia como sistema de ideias, de representações que controlam o espírito de um homem ou de um grupo social. Althusser (Ibid.) compreende o valor da ideologia como prática. Esse caráter é afirmado pelo autor como característica de existência da ideologia na sociedade. Mais detalhadamente, Althusser acrescenta:

Ao falarmos dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (a unidade destas diferentes ideologias regionais – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc, sendo assegurada por sua subordinação à ideologia dominante). Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um

---

<sup>12</sup> Grifos do autor.



aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material ([1970] 1992, p. 89).

Althusser (Ibid.) assegura a existência material da ideologia caracterizando-a como ato de pensamento social e não individual. Essa ação ideológica é tida como representação do real e espelha os indivíduos em suas relações entre si e com o mundo (natureza). Sendo assim, o autor constata que: 1. não existe prática senão através de e sob uma ideologia; 2. não existe ideologia salvo através de um sujeito e para o sujeito (Ibid.).

A partir do postulado marxista tomado teoricamente por Althusser, Orlandi (1999) propõe um deslocamento da questão ideológica, não mais em relação a uma verdade anterior, mas sim à ilusão de transparência da linguagem e direcionamento de sentidos. Segundo a autora, “a ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários” (1996, p. 31).

A ilusão de transparência é fator chave para que haja um lugar discursivo estabelecido para sentidos cristalizados ideologicamente. Pêcheux observa que, no momento da constituição do sentido, o funcionamento da ideologia se dá “*como interpelação dos indivíduos em sujeitos*” ([1975] 2009, p. 162)<sup>13</sup>. Isso se efetua pelo processo de identificação do sujeito com a formação discursiva que o constitui e que dá origem à sua unidade imaginária. Estamos explicitando a relação entre ideologia e identificações do sujeito, ou seja,

[...] podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele está constituído como sujeito) (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 163).

Salientamos, então, o caráter ideológico como determinante na formação do discurso e do sujeito. Então, longe de ser um conjunto de representações, visão de mundo ou ocultação da realidade, a ideologia será função da relação necessária entre linguagem e mundo. É também por essa relação do sujeito com a linguagem e com a história, produzindo sentido, que compreendemos a conclusão de Pêcheux ([1975] 2009): não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia.

---

<sup>13</sup> Grifos do autor.

Na teoria de Pêcheux (Ibid.), a ideologia está engajada ao excesso, e não à falta. Em outras palavras,

[...] a ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de 'evidência', sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como 'natural' (ORLANDI, 1997, p. 100).

Falar do sujeito em relação à ideologia é, portanto, fazer referência à forma-sujeito, da maneira como foi concebida por Pêcheux ([1975] 2009): como um sujeito histórico que se constitui em sujeito do discurso, que regula (de acordo com sua FD) não só o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode e não deve ser dito.

Uma vez que produz o dizer e atribui sentido, a interpelação, concebida na esfera do inconsciente, é encoberta no interior do seu próprio funcionamento. Essa dissimulação ajuda a promover a construção dos dois efeitos ideológicos de evidência – a evidência do sujeito e a do sentido. “A evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 46).

Essa evidência se dá pelo que Pêcheux ([1975] 2009) chama de esquecimento nº 1. Vale dizer, o sujeito acredita ser a fonte do sentido, a origem de determinado dizer, não tendo plena consciência da existência de um discurso socialmente preexistente por trás da aparência da liberdade de dizer de um indivíduo. Esse esquecimento é uma marca que identifica o sujeito como dotado de inconsciente (ORLANDI, 1999).

Já a evidência do sentido se manifesta pelo esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, [1975] 2009). Este proporciona o apagamento do gesto de interpretação:

Há uma seleção feita pelo falante, em relação aos processos de produção de uma língua determinada, em que ele vai delimitando o que diz e, conseqüentemente, excluindo o que seria possível dizer naquela mesma situação (ORLANDI, 1988, p. 10).

Sem perceber o caráter material da linguagem, o sujeito toma o sentido como único e como submetido ao seu controle. Se questionado a respeito do

significado de seu dizer, tem possibilidade de construir reformulações, delas produzindo as paráfrases discursivas. Isso indica que o sujeito é constituído, ainda, por um pré-consciente a partir do qual o sujeito falante seleciona formas e sequências que silenciam outras formas e sequências possíveis. Essa operação produz no sujeito a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que ele mesmo tem da realidade.

Evidenciando as ilusões do sujeito como necessárias para a existência do discurso, salientamos que as intenções de dizer do sujeito existem, fazem presença na cena discursiva, todavia

[...] não se pode apreender, no discurso, um sujeito-em-si, mas sim um sujeito constituído socialmente pois não são só as intenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer (ORLANDI, 1988, p. 10).

Convém notar que o sujeito, na perspectiva de Pêcheux ([1975] 2009), é duplamente afetado: em seu funcionamento individualizado, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia (INDURSKY, 1998).

Já para Orlandi (1999), a ideologia é condição para a constituição do sujeito e do sentido. Nesta perspectiva, não percebemos (na esfera do consciente) que nos constituímos em sujeito enquanto falamos ou escrevemos, o que nos faz acreditar que tudo o que dizemos é originado em nós mesmos. De outra forma, a evidência de sentido dissimula (apaga) o gesto de interpretação. Ao esquecer o caráter material da linguagem, tomamos o sentido como exclusivo. Desse modo,

[...] a ideologia será então percebida como processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado (ORLANDI, 1997, p. 100).

Indursky, na esteira de Pêcheux (2002) e Foucault (1996), propõe que “um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relações com outros discursos, no interior de domínios de saber, das formações discursivas (FD’s)” (2003, p. 102). Para a autora, de um lado, o funcionamento da formação discursiva se sustenta

como lugar das regularidades; de outro, como lugar em que o dizer de um sujeito se inscreve e, sempre pelo processo de identificação, traz à baila certos discursos e impede outros. Com isso, referenda a interpelação do sujeito pela ideologia, afetado pelo inconsciente e, conseqüentemente, a sua inscrição a uma determinada FD, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, se significa ao significar ou ressignificar o seu dizer. Compreender o sujeito, portanto, prescinde de observar a historicidade das ideologias sociais e sua relação com os modos de discursivizar o social e os modos de o sujeito se discursivizar no simbólico.

As ideologias só fazem sentido para o sujeito na sua relação de constituição com a sociedade, cabendo a este compreendê-las e observar as possíveis posições que se coadunam em determinado contexto histórico.

Assim sendo, entendemos que a mídia atua no social a partir de uma formação ideológica e histórica determinada que delinea a (re)produção de sentidos mobilizada em suas práticas. O discurso é, desse modo, efeito de sentido do lugar da mídia no social e das relações de poder aí imbricadas. E é sobre a sociedade e as condições de produção da mídia que damos seguimento à nossa escritura de tese.

### **I.3 As condições de produção da mídia do espetáculo**

*“A história com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem”.*  
Michel Foucault

A relação pré-construída da linguagem é matéria da prática da mídia desde o princípio do funcionamento desta em sociedade. A mídia em sua materialidade impressa, que circula e funciona em lugar dito informativo, para nós de (re)produção significativa institucional, marcado na sociedade brasileira desde o

século XX, é um produto não só da formação social, como também parte do processo de divulgação das inovações tecnológicas, aparatos simbólicos que se constituem historicamente a produção de materialidades textuais para milhares de sujeitos em um dado espaço/tempo.

Esse quadro explicitado das práticas sociais de produção, resumidamente, estabelece o que Pêcheux ([1983] 1997) chama de jogo de imagens, obtido por meio de expressões/sentenças e respectivas questões a partir das quais se visualiza o imaginário das condições de produção de um discurso. Esquemáticamente, podemos pensar: 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta *Quem sou eu para lhe falar assim?*; 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta *Quem é ele para que eu lhe fale assim?*; 3) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta *Quem sou eu para que ele me fale assim?*; 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta *Quem é ele para que me fale assim?*; 5) o *ponto de vista* de A sobre R, com a pergunta *De que lhe falo assim?*; e 6) o *ponto de vista* de B sobre R, com a pergunta *De que ele me fala assim?*. As relações desse complexo jogo do imaginário da identidade não são previamente estabelecidas, mas, ao contrário, constituem-se no decorrer do processo discursivo.

Nessa perspectiva, Orlandi (1999) explicita o que Pêcheux (1969) considera como um jogo de imagens constituído por um complexo de formação imaginária formado de *Eu – Outro e Referente*. Na leitura de Orlandi (1999, p.40),

[...] temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o interlocutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.

As críticas a essa definição de CP (condição de produção) calcam-se na ideia psicologizante que ela veicula, já que as primeiras tentativas de uma definição encontram-se fundamentadas em uma psicologia social. As determinações

históricas do discurso, sob essa perspectiva, transformam-se em circunstâncias pontuais da enunciação. Consideradas num sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico. A proposta de (re)definição de condições de produção entende que exista um alinhamento à análise histórica das contradições ideológicas na materialidade dos discursos e uma articulação teórica ao conceito de formação discursiva. A somatória dos valores ideológicos constitui o imaginário que designa o lugar que os sujeitos do discurso se atribuem mutuamente. Nas palavras de Pêcheux ([1975] 1990, p. 77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”.

Para tanto, a busca pelas condições de produção do discurso não pode ser descomprometida do aspecto histórico e ideológico “dos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 95). Há um afastamento teórico-conceitual, em Pêcheux ([1975] 2009), do idealismo que objetiva a unificação do real, sob a forma de unificação do pensamento. Já o materialismo apresentado em Pêcheux

[...] visa desfazer essa identificação, colocando o real (incluindo-se nele o pensamento que, sob uma forma específica, é, por ele, determinado) como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições ([1975] 2009, p. 275).

A compreensão da produção e do modo de interpretação dos produtos de mídia (suas materialidades significantes) refere que há um processo em diferentes temporalidades históricas que são marcas para além da sua materialidade. O quadro sócio-histórico e ideológico do discurso midiático só pode ser compreendido em seus mecanismos de funcionamento. Tal reflexão é resultante do conhecimento (ORLANDI, 2001) de que para significar a língua tem de se inscrever na história, de modo que o discurso se materializa em formas ressignificadas. Em tal contexto, a observação dos mecanismos de funcionamento das materialidades discursivas, formuladas e difundidas em uma dada tecnologia de seu tempo, só pode ser considerada em uma leitura discursiva, observando-se a relação entre a linguagem e a exterioridade, a historicidade dada à interpretação.

A interpretação, que “é o vestígio do possível” (ORLANDI, 2007, p. 18), é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem

como universais. É a ideologia que produz o efeito da evidência e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais. Parte desse processo de naturalização é sustentado por um discurso midiático da constante necessidade de renovação tecnológica, que atende a um imperativo de comunicar mais e mais.

As tecnologias em curso na contemporaneidade, às quais estamos chamando de novas tecnologias e que são parte do processo midiático de comunicação. Incluem sistemas físicos de organização e de gestão de informações, que se encarregam de sua descoberta, sua produção, seu armazenamento, sua reprodução e sua distribuição, atuando, portanto, em todas as etapas do processo a partir do qual elas instituem e são instituídas. Cadeias tecnológicas (POLISTCHUCK, 2003) são, na atualidade, encadeamentos de interesses políticos, culturais e, sobretudo, econômicos, estendidos a todas as partes da Terra.

As tecnologias, dessa forma, não são ‘novas’ pelo maior ou menor grau de sofisticação técnica. Acreditamos que elas o são, principalmente, por seu caráter eminentemente social, pelo impacto cultural que provocam, por seu irreversível engate na estrutura socioeconômica dos países que as adotam e, em definitivo, pelo fato de sua implementação obedecer mais às conveniências do mercado corporativo transnacional do que a quaisquer imperativos de desenvolvimento nacional, sobretudo no que se refere a países em desenvolvimento.

As ditas ‘novas criações’ tecnológicas relacionadas à chamada informação e às comunicações internacionais se fazem notar muito mais como produtos de necessidades inerentes ao contexto do sistema capitalista mundial do que como avanços da ciência e da técnica. Mais que isso, a ideia do avanço tecnológico como ferramenta de desenvolvimento da sociedade (mas que tipo de sociedade?) é tão óbvia (arraigada no senso comum) quanto interessante para a manutenção de determinada ordem institucional sustentada na ideologia da submissão ao consumo. Submissão discursivizada nos modos de vida dos sujeitos, em lugares sociais determinados – legitimados, em posição de formadores de opinião. Essas observações são parte de um complexo conjunto de fatores sócio-históricos que não podemos desconsiderar.

Para citar alguns exemplos desta tecnologia e do seu processo de construção na história, temos o telefone, o rádio, a comunicação via satélite e, por

fim, a Internet (BURKE, [2002] 2004). Em meio a este desenvolvimento tecnológico, surgem os aparatos impressos informativos, e o jornalismo impresso segue cada vez mais profissional e comercial.

Diante das considerações que viemos costurando, nosso estudo trabalha em uma linha que relaciona a mídia (enquanto produtora de objetos de consumo) ao mercado (e suas relações de poder no seio social) e os saberes, que são parte do seio social em seu jogo de forças. O mercado está sendo pensado por nós como mediador da necessidade de produção da informação na mídia para consumo desse sujeito-receptor, isto é, há uma determinação de mercado que orienta e limita a divulgação que se materializa na mídia.

Para entender melhor este lugar de identificação, será necessário, também, observar o novo cenário em que a circulação de sentidos na mídia sofre alterações na forma na mesma medida em que assume um papel cada vez mais preponderante. Para isso e com o objetivo de deslocar esta questão para o aspecto da constituição da mídia nesta nova configuração histórica, lançamos mão de alguns lugares teóricos que pensam as consequências sociais dos processos de transformação da economia contemporânea, pontualmente nos oferecendo dados do contexto histórico do antes até o momento de reconfiguração cultural em que vivemos – pensando a sociedade da imagem e suas práticas como sendo o espaço discursivo em questão, em particular as novas empresas de comunicação, dentre as quais estão enlatadas várias práticas (inclusive a jornalística).

Estamos tratando de organizações que oferecem a seus ‘consumidores’ uma acelerada oferta de novos produtos, numa velocidade e num formato diferentes do que se via até então. Esse processo repercute na formulação dos jornais, revistas e nas informações que circulam em seus meios. Uma relação de publicização na mídia impressa que vale a pena refletirmos no tocante a condições de produção, especialmente, na posição em que os recortes em nosso corpus se encontram e circulam.

De acordo com Lage, para o bom cumprimento de seu papel, a revista semanal procura se embasar em um planejamento editorial norteado por “questões como o ritmo (gráfico, visual, semântico), a sustentação do interesse, a produção de uma capa em que os fatores de atração se aproximam mais da preparação de



uma embalagem do que do simples julgamento de importância jornalística” (2001, p. 125).

Nesse sentido, a convergência do fazer da imprensa com os princípios publicitários pressupõe, como relação estabelecida e necessária, que a revista, ofereça a seu público algo que ele deseja ser ou ter. A fim de sustentar o interesse dos leitores, há um empenho por parte das revistas em responder aos porquês que permeiam a sociedade, ao mesmo tempo em que elas mantêm uma estrutura que produz o efeito de interesse, despertando em seu público a necessidade de consumo. A composição da revista precisa envolver o consumidor, incitando-o a comprar a revista. Ela atinge esse objetivo recorrendo à versatilidade da capa, ao que vem exposto em primeiro plano.

Uma revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. A capa, nessas condições, tem papel determinante no processo de consumo da revista. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor (SCALZO, 2003, p.62). Segundo o Scalzo (Ibid.), boas capas vendem e consagram uma publicação, mas para chegar a esse patamar muita coisa teve de acontecer no processo de evolução da imprensa para que tal recurso alcançasse tamanha visibilidade.

Quando os jornais surgiram no Brasil, no século XIX, não havia diferença entre a primeira página e o resto do jornal. Só quando a imprensa foi industrializando-se é que surgiu essa distinção, cuja origem também pode ser explicada pela ligação necessária, numa sociedade como a nossa, de pouca tradição letrada, entre o que é dito e mostrado. As primeiras páginas ou capas são uma atualização dos murais, pasquins, cartazes, sem falar dos rumores ‘de boca a orelha’. Mas se o rumor ‘de boca para a orelha’, no caso dos jornais, é imediato, no das revistas ele demora mais a chegar. “O tempo divide a primeira página, do jornal, a capa, da revista, e determina como eles devem se aproximar do seu público. A capa é mais ‘vendedora’ que a primeira página, pois ela tem basicamente uma matéria que destaca” (HAAG, 2005, p. 1).

Em seus quarenta anos de publicação, por exemplo, um traço marcante de *VEJA*, constituinte de nosso corpus, tem sido regularmente a aposta na estrutura

monotemática da capa, composta por um elemento visual e um verbal. Vejamos dois exemplos dessa tendência de recortes de nosso corpus (AS16 e AS12):

### Recorte 7 – AS16 e AS12



Regularmente esse elemento verbal vem acompanhado de legendas, subtítulos e até supratítulos a fim de tentar orientar a leitura da manchete. De acordo com Haag, não basta à capa apresentar o tema central da edição de forma séria, como vitrine da publicação,

[...] pois o leitor tem uma expectativa de emoção e a revista promete isso. Nada de tédio, o que importa é o choque. A realidade deve ser estetizada para comunicar, o simples documento do fato da semana deve ser embalado com cores vivas e a capa deve 'gritar' para se destacar das concorrentes (HAAG, 2005, p. 1).

A capa representa para a revista o que a embalagem seria para os demais produtos de mercado, justificativa essa da composição desta 'simples página colorida' requerer tanto empenho por parte dos profissionais envolvidos em sua produção. Esse processo inclui fatores que extrapolam o desenrolar técnico, ou seja, é permeado por fatores socioeconômicos de produção.

Consideramos que existe, na mídia, uma economia da informação (BOURDIEU, [1979] 2007). Se não há mais a necessidade de a mídia esconder-se no mito do espaço de veiculação de produtos e informações neutras e objetivas, há, por outro lado, a necessidade de vigorar no papel do jornal como difusor dos modelos de sociabilidade – espaço de discussão das temáticas sociais, o saber e suas formas - e como regulador do consumo.

Podemos refletir, a partir destas condições de produção, que a mídia opera a partir de um lugar capitalista, nos fazendo consumidores de desejos artificiais propostos pelo sistema. Além disso, pode ela também fazer parceria com outros discursos, propondo-nos um saber que se quer regular, verdadeiro. No entanto, a mídia pode não saber operar a partir de um lugar de escuta. Para ela, não há sujeitos, mas indivíduos numerados segundo pontos de ibope, números de revistas e jornais vendidos, etc. Essa motivação mercantilizada determina o funcionamento das empresas de comunicação e se coloca como premissa de posição social e econômica.

A associação de empresas de mídia com grupos comerciais internacionais constitui uma das questões mais relevantes na discussão contemporânea sobre os rumos do que é publicado na imprensa. Leva em conta o acelerado processo de concentração da propriedade no setor que transformou muitos grupos de mídia – inclusive no Brasil – em apenas parte de imensos conglomerados que não necessariamente têm compromisso com a atividade jornalística ou, no sentido mais genérico, com a informação regida pelos valores democráticos.

Há exemplos de casos documentados de maior ou menor interferência direta desses conglomerados na divulgação de notícias para outras empresas de mídia mundialmente. Um deles virou sucesso, em 1999, no filme *O Informante* (*The Insider*), com Al Pacino e Russell Crowe. O filme dramatiza o jogo de interesses entre a indústria de tabaco e a rede americana de televisão CBS (*Westinghouse*),

jogo esse realizado para evitar a divulgação de matéria comprometedora na revista informativa *60 Minutes*.

No Brasil, temos exemplos de determinantes reais de coberturas espetaculares, que envolvem desde o esporte até crimes e escândalos. Temos exemplos que se somam historicamente, como na cobertura dos júris dos assassinatos do casal Richthofen e dos jovens Felipe Caffé e Liana Friedenbach, e nos casos que estão expostos em nosso corpus de análise, sobre a morte de João Hélio e o caso de Isabella Nardoni<sup>14</sup>. Estamos tratando da mídia como lugar de poder, de seleção e, em nossa perspectiva discursiva, como já viemos costurando em nossa tese, lugar de (re)produção de alguns sentidos em detrimento de outros. Sentidos significados em uma historicidade que não pode ser apagada.

Essa questão de o discurso estar historicamente constituído e de fazer sentido a partir do viés ideológico de formação social dos sujeitos é fundamental para uma análise do discurso dos sentidos na mídia. É inegável que, no processo de assujeitamento, o sujeito (não) se vê construindo o sentido apenas devido às relações que a língua (materialidade) mantém com a história. O sentido é sempre sentido para, e não sentido em si. A ambiguidade inscrita na própria noção de assujeitamento — sujeito a e sujeito de — tem relação com a produção dos sentidos no jogo entre formações discursivas que repartem o sentido, que trabalham com a divisão da interpretação. O fato da interpretação é sintoma dessas diferenças, dessa contradição (sujeito a/sujeito de). A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de “dar” sentido (ORLANDI, 2004).

Ao mesmo tempo em que o sujeito é assujeitado, a divisão social do trabalho da interpretação (Ibid.) garante que ele também faça parte, na/pela memória do dizer, da produção de sentido. A impressão do sujeito, contudo, é a de que o sentido parte de si próprio, de forma transparente. Pode parecer que a interpretação não existe, ou seja, que não há um prévio e concomitante cruzamento de discursos — portanto, de formações discursivas e, conseqüentemente, de formações ideológicas — na produção dos mesmos.

---

<sup>14</sup> Esses dois casos serão abordados analiticamente na parte III de nossa tese.

Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje*, já antecipava que a mera construção sintática não dá conta daquilo tudo que os discursos são. Algo foge, algo é insuficiente na sintaxe para que as formações discursivas sejam tomadas como prontas, com sentidos fechados, textos que se completam em si:

A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo — e nesta medida os objetos lingüísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis — mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe (PÊCHEUX, [1982] 1994, p. 62).

É justamente essa ambigüidade a manifestação que estamos tratando como motor deste trabalho. Identificamos que nela o inconsciente e, portanto, a ideologia fazem-se manifestos por meio daquilo que Orlandi (2004) chama de equívoco, ou seja, o produto da inscrição da língua na história e da interpelação — refletida por um movimento sócio-historicamente situado — do sujeito pela ideologia. A autora ressalta:

[...] também a relação com o mundo é constituída pela ideologia; a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem e cabe ao analista procurar apreender a construção discursiva dos referentes. A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem. Incompatíveis em suas naturezas próprias. A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia (ORLANDI, 1994, p. 56).

Sob uma perspectiva mais rigorosa, tocada pelo aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa, que entende o sujeito cindido e interpelado ideologicamente, na qual o limite das intencionalidades é rompido, as mídias em posição de divulgadoras de fatos se apresentam ainda mais frágeis, pois não figuram somente por meio de vestígios óbvios que marcam seu discurso. Assim, não apenas surgem indagações acerca da probidade das informações, mas também marcas de cunho discursivo a partir das quais é possível darmos visibilidade à identificação da subjetividade do sujeito-produtor. Isso possibilita, conseqüentemente, que novos olhares possam ser lançados à mídia, visto que

essas marcas de subjetividade discursiva são efeitos de sentido resultantes do embate entre a questão linguística e os aspectos sócio-históricos e ideológicos que se relacionam no processo histórico.

Em outras palavras, a subjetividade deixada no texto, deixada como marcas no fio do discurso midiático em questão, não resulta da intenção do enunciador em beneficiar este ou aquele; é, por sua vez, resultado da interpelação ideológica que há no discurso, a qual faz com que todo sujeito seja visto como sujeito interpelado por uma ideologia e gregário de uma formação, ou seja, tomado por algo que lhe é imposto à interpretação e a uma relação pré-construída na sociedade.

Bourdieu também toma alguns aspectos teóricos para explicitar que os sujeitos se relacionam, no espaço social, em uma situação de mercado linguístico, “um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode e deve ser dito no palco [...] é preciso saber quem é excluído e quem se exclui” (BOURDIEU, [1979] 2007, p. 55). Segundo o autor, há um encadeamento que relaciona mídia/mercado/informação que não pode ser desconsiderado no que concerne à produção de efeitos.

O efeito de objetividade, como indício do lugar social em que a mídia desenvolve uma gama de atividades em dimensão pública de circulação, de modo a garantir a legitimidade e a própria aceitação da leitura que apresenta dos fatos, é condição de manutenção da sua própria existência. Ao definir-se em defesa de uma leitura objetiva, o discurso da mídia assegura sua condição de selecionar a informação e de estabelecer uma leitura autorizada dos acontecimentos sobre os quais discorre.

Em nossa concepção, essa relação mídia/mercado/informação se explica se considerarmos que a tese da economia política e suas vertentes na análise da indústria cultural ganha um aliado: o modelo hegemônico se expressa, ganha corpo no ‘fazer simples’, ‘fazer curto’, ‘vender bem’, enunciados comuns no meio da imprensa quando se referem às suas próprias atividades. A questão, diz o sociólogo Bourdieu (Ibid.), não é pessoal, mas estrutural e social, na medida em que é definida pela estrutura do campo jornalístico. A autonomia de um jornalista particular não depende, nesse sentido, apenas de sua individualidade, mas está vinculada à posição que o jornal, revista, enfim, que a empresa de comunicação ocupa no campo das Ciências Sociais.

O primeiro passo na compreensão desse processo, reafirma Bourdieu ([1979] 2007), é compreender que a mídia desempenha atividades de autonomia reduzida. Isso decorre tanto na ausência de regras claras de produção, de proteção contra os desvios, falsificações, etc., quanto no processo e nos produtos da atividade. A fragilidade dessas regras permite que o campo seja invadido pelo campo econômico e político, com seus interesses e regras específicas, desfazendo qualquer norma de produção midiática em construção. Sob essa ótica, a conquista da autonomia vincula-se à criação de regras profissionais, o que será mais bem compreendido por jornalistas não comprometidos com a lógica de mercado. A continuidade da heteronomia, pelo contrário, resulta na continuidade da censura externa (da esfera da política, da economia e da cultura), compensando, assim, a ausência de regras internas ao próprio campo.

Nossa pertinência consiste em explicar que, a partir da versão (versões) midiática de circulação discursiva, entendemos que o conceito de discurso inclui a leitura (interpretação) de produtos materiais na forma textual e na simbólica, que se estabelecem em um movimento do sujeito, da sua memória (pessoal e social, consciente e inconsciente) e da discursividade em que os sujeitos estão imersos. Os indícios discursivos são, pois, materialidade significativa e produtora de sentidos, e não podem ser negligenciados pelo analista. Foucault, ao tocar nessa relação de poder e mídia, salienta que:

por mais que o discurso seja, aparentemente, bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar ([1971] 1996, p. 10).

Trata-se, em nosso percurso, de uma tentativa de olhar para a produção midiática, a partir de determinado arsenal teórico, e enxergar as relações essenciais para se compreender o funcionamento discursivo dos meios de comunicação de massa, dando assim visibilidade à relação sujeito, história e linguagem. Esta é a nossa premissa e nosso caminho de estudo.

#### I.4 Imagem é textualidade constitutiva do discurso

*“Quer as imagens tenham um efeito de alívio ou venham a provocar selvageria, sejam manuais ou mecânicas, fixas, animadas, em preto e branco, em cores, mudas, falantes – é um fato comprovado, desde algumas dezenas de milhares de anos, que elas fazem agir e reagir”  
Régis Debray*

Em um primeiro momento, é pertinente trazer à compreensão a carga histórica<sup>15</sup> que se acumula quando enunciamos (no âmbito social) ou tratamos de ‘imagem’, seja para designar matéria referente ao campo dos objetos visuais, seja para referir ideia, construção de identidade e/ou, preferencialmente, aquilo que é mostrado. Mas quais relações de sentido estão sendo movimentadas para a referência do conceito de imagem? Para esboçar uma resposta/reflexão, apresentamos algumas considerações acerca do entorno semântico de imagem e sua relação com a constituição sócio-histórica ocidental.

"E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou" (BÍBLIA, 1993, Gn. 1, 27). A preocupação com a problemática da imagem está no cerne da civilização cristã ocidental, no papel que poderíamos chamar mesmo de fundador: o próprio homem nada mais é que uma imagem neste contexto. Findos os primeiros séculos cristãos, esse enunciado do Gênesis se transformará em um dos argumentos-chave para a defesa da produção de imagens, face à proibição icônica judaica, exemplificada no segundo mandamento mosaico ("não farás para ti imagem esculpida nem figura alguma à semelhança do que há em cima no céu, nem do que há embaixo na terra, nem no que há nas águas embaixo da terra" [Ex. 20, 4]). Em termos de produção histórica, o estatuto da imagem sai vitorioso, pois, a tradição grega constitui-se historicamente como influente na nascente do cristianismo. Mesmo um pouco esfumada na historiografia em função do peso

---

<sup>15</sup> Tratamos de cargas históricas no sentido de acúmulo constitutivo que pressupõe perdas e mudanças de/no sentido durante o percurso de produção e circulação discursiva.



conferido à produção intelectual dos autores cristãos, não se pode deixar de levar em conta que a reflexão sobre a imagem teve seu início na Era Grecorromana.

Um dos sentidos de *imago* em latim, remissivo à etimologia de 'imagem', designa a máscara mortuária usada nos funerais na antiguidade romana. Esta acepção concebe um vínculo da imagem que está relacionado à alma do sujeito mórbido, não só à morte em si (como desenlace físico-temporal), mas como reconstituição da história dos rituais funerários. Vamos além dessa consideração convencional de imagem e de sua relação simbólica em um dado momento da história, para avançarmos em uma leitura das condições de produção do conceito de imagem que trabalhamos em nossa tese.

Em nosso percurso, a questão da imagem é indispensável. Tratamos a imagem como materialização dada à significação<sup>16</sup> no processo de construção midiática de objetos sociabilizados, como pedaços de discurso, ou seja, não toda e qualquer imagem que se corporifica e circula na esfera social, mas imagem como parte (em sua morfologia e tessitura – já que é forma em sua essência) da formulação que se discursiviza na mídia e que toma lugar de destaque em publicações reconhecidas em âmbito social nacional.

Considerar esta posição da imagem como texto já nos aponta um caminho de recorte<sup>17</sup>, na medida em que o lugar de veiculação significa social e discursivamente. Mais que isso, o lugar em que a imagem aparece é dado pela rede de significação das imagens outras. Esse processo de significação das imagens junto a outras textualidades em funcionamento no discurso da mídia faz-se presente e, portanto, precisa ser observado dentro de suas condições de produção.

---

<sup>16</sup> Sobre o trabalho discursivo com a imagem, destacamos a Tese da Prof.<sup>a</sup> Dr. Maria Cleci Venturini, intitulada **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. A autora prioriza textos/discursos do ano do centenário da morte de Érico Veríssimo entendendo ser possível, a partir deles, verificar como os enunciados fundadores retornam e quais os movimentos de memória que os constituem. É importante destacar que o corpus de sua tese contempla o funcionamento do discurso também pela imagem, sem esquecer que é pelo discurso que a imagem significa. Esta abordagem é, para nós, uma grande contribuição, pois a autora dá visibilidade ao modo como a cidade se significa e é significada por diferentes exemplares do discurso. A cidade é também e essencialmente imagem como materialidade discursiva. A tese foi desenvolvida na UFSM, no PPGL - Laboratório Corpus, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Amanda Eloina Scherer.

<sup>17</sup> Esta palavra está sendo entendida, em nosso trabalho, como fragmento discursivo. Nos termos de Orlandi: "Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva" (1984, p. 14).

Nosso desenvolvimento de tese se estrutura no discurso em sua heterogeneidade de formas. Essa perspectiva possibilita a análise estendida às redes de significação regidas por fios ideológicos e históricos que não são determinados pela forma, e sim pelas relações de sentido mobilizadas pelos sujeitos e pelos discursos dispostos em sociedade. Em nosso trabalho, a observação da mídia como lugar de emergência discursiva só é possível nessa multiplicidade de formas, levando em consideração a descrição da sociedade contemporânea clivada na e pela multiplicidade de discursos. De acordo com Orlandi (2006), no âmbito midiático de reprodução discursiva, há uma relação em funcionamento.

Aliada à questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação, produz efeitos sob o modo como ela funciona. A natureza do significante (diferentes linguagens) intervém na produção do objeto e este objeto, por sua vez, constitui o modo de significação deste gesto simbólico. E o que é um texto? É uma unidade de significação em relação à situação. Esta sua caracterização pode ser mantida, mas certamente a textualidade, sua forma material, sua relação com a memória e com as condições de produção diferem quando difere sua materialidade significante. Ou seja, podemos considerar uma imagem um texto [...], mas com sua materialidade diferente ela constitui um objeto simbólico, significante, diferente e que produz efeitos de sentidos específicos à sua forma e sua materialidade (ORLANDI, 2006, p. 5).

Nossa questão de tese, os modos de discursivizar na mídia e sua relação de determinação ideológica, se afunila e tem por objetivo, no âmbito teórico-metodológico embasado na teoria discursiva de Pêcheux ([1975] 2009), trazer uma perspectiva de estudo voltada à análise da imagem (em seus dados de construção tecnológica) que se torna instigante ao mesmo tempo em que desafiadora. Estamos tratando de imagens em formas significantes tomadas em um arranjo simbólico de circulação nacional<sup>18</sup>, que se configuram como sendo quatro das publicações semanais mais consumidas pelos sujeitos-leitores no Brasil, quais sejam: a *IstoÉ*, a *SuperInteressante* e a revista *VEJA*.

Pontuamos, de antemão, que traremos à baila recortes que atentam para o modo pelo qual a imagem significa em sua materialidade própria, no caso, a que se

---

<sup>18</sup> No Brasil, as principais editoras de revistas são a Editora Abril, a Editora Globo, a Editora Três, a Editora Confiança e a Editora Símbolo, todas sediadas em São Paulo. O grupo editorial Bloch e os Diários Associados, do Rio de Janeiro, foram grandes editores de revistas que deixaram de existir, como *Manchete* e *O Cruzeiro*.

constitui na forma. Isso porque, em termos teóricos, posicionamos nosso trabalho na questão relativa à materialidade do discurso (em sua multiplicidade textual), visando à formulação de um campo ainda pouco explorado de descrição e análise: o campo que extrapola o verbo, aquele que não vai pressupor, em primeira instância, e como mote único e irrefutável, o repasse do não-verbal pelo verbal.

Essa diretriz coloca a análise discursiva na qual estamos amparados em oposição a outras disciplinas do campo da Linguística e à própria Semiologia/Semiótica, no que se refere, em particular, ao processo de significação e à definição de linguagem. Nossa posição teórica considera a imagem em duas dimensões, como texto e lugar de movimento de sentidos, sem, entretanto, recorrer à compreensão do não-verbal perpassado pela linguagem verbal.

A partir do desenvolvimento dos processos significativos de imagens em algumas materialidades de mídia, atentamos para os modos pelos quais os meios de comunicação, em particular a mídia impressa, fazem significar a imagem (em termos ideológicos) como *diferente* (grifo nosso), mas marcada por uma textualidade identificatória e significante no “bólide de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 14) que um texto relaciona. Neste momento, é essencial compreender o conceito de texto a que estamos atrelados, qual seja, o texto como unidade de análise permanentemente afetada pelas condições de produção. Segundo Orlandi, “o texto é, para o analista de discurso, o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é **som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho**. É o material bruto. Mas é também espaço significante” (Ibid., p. 60-1)<sup>19</sup>. Ainda mais explicitamente, e para que não reste dúvida acerca da construção de nosso corpus discursivo, a autora assevera:

O texto é heterogêneo:

- 1) Quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos: **imagem**, grafia, som, etc.
- 2) Quanto à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc.
- 3) Quanto às posições do sujeito (ORLANDI, 2007, p. 59)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Grifos nossos.

<sup>20</sup> Grifo nosso.

Assim, entendemos que os textos são constitutivos das redes discursivas de formulação, ou seja, a imagem é texto, e não só mobiliza a memória do dizer como também a integra. Como qualquer outra matéria significante, é uma das possíveis materialidades do ideológico.

Pensando em nosso corpus, em nossa costura teórica até aqui desenvolvida e, principalmente, em nosso objetivo de tese, ousamos adiantar que a análise da imagem, como constitutiva da discursividade e marca latente dos pré-construídos que invocam sentidos, é um desafio promissor para a reflexão do discurso na sociedade atual. Isso porque a imagem (enquanto texto) constitui-se em uma materialidade dada ao efeito de amplificação significativa, o que seria um operador discursivo/ideológico mais eficaz no processo de naturalização de sentidos para o olhar dos sujeitos e sua interpretação diante dos textos.

Na obra **Vida e morte da imagem**, Debray ([1990] 1993) faz uma instigante reflexão sobre a história do olhar e da imagem no Ocidente. Uma curiosa (re)leitura sobre questões, em nossa compreensão, da máxima atualidade para o que entendemos como sociedade da imagem. Afirma o autor: "somos a primeira civilização que pode julgar-se autorizada por seus aparelhos a *acreditar em seus olhos*" (Ibid., p. 358)<sup>21</sup>. O autor prossegue salientando que vivemos em uma ordem social em que o 'eu estou vendo' substituiu o 'eu compreendo'. O primeiro capítulo do livro, denominado *Gênese das imagens*, é um detalhado levantamento histórico sobre o olhar ocidental. Para marcar radicalmente algumas das diferenças do "olhar ocidental" com outras civilizações, Debray abre seu livro com uma curiosa história que traz a relação da imagem com a significação que lhe é constitutiva, qual seja:

Certo dia, um imperador chinês pediu ao principal pintor da corte para apagar a cascata que tinha pintado afresco na parede do palácio porque o ruído da água impedia-o de dormir. A anedota tem um certo encanto para nós que acreditamos no silêncio dos afrescos (Ibid., p. 13).

Segundo Debray ([1990] 1993), a força da imagem está diretamente ligada à história social do Ocidente e dos sujeitos. Nas palavras do autor:

---

<sup>21</sup> Grifos do autor.

A imagem é mais contagiosa, mais viral do que o escrito. Mas, além de suas virtudes reconhecidas na propagação das sacralidades – as quais não passariam, quando muito, de um expediente recreativo, mnemotécnico e didático – ela tem o dom capital de *consolidar* a comunidade crente. Pela identificação dos membros à Imago central do grupo. Não há massas organizadas sem suportes visuais de adesão. [...] No Ocidente, seja lá onde for, desde que as multidões se põem em movimento – procissões, desfiles, meetings – colocam à frente o ícone do Santo ou o retrato do Chefe, Jesus Cristo ou Karl Marx (Ibid., p. 91)<sup>22</sup>.

O veio histórico destacado por Debray ([1990] 1993) é relevante, porém parcial, na medida em que vemos na imagem, no espaço simbólico de arranjos que são materializados na mídia da atualidade, uma materialidade textual já tão misturada, imbricada com os sentidos na forma escrita, a ponto de ser inseparável, em termos de efeito de sentido e, nessa perspectiva, de não pode estar dividida do verbal.

Em nossa perspectiva de leitura da imagem, atentamos, também, para a questão da pseudoautonomia da imagem como efeitos de sentido, bem como da sua participação determinante na manutenção da relação de forças que se constitui entre mídia e sociedade. Este nosso desafio de pesquisa é fomentado por um dispositivo teórico denso, que nos dá postulados conceituais sobre tais questões imagético-textuais, sabendo que o discurso “é antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais” (ORLANDI, 2007, p. 54).

Se a imagem instaura sentidos (já movimentados de antemão em termos históricos), não os instaura de forma isolada, desconectada; ela, antes de ser analisada como peça única, fora do jogo da história, deve ser concebida de forma mais ampla. Na garimpagem das buscas por processos de significação, ela deve ser entendida sempre como pertencente a um complexo ideológico de formação. O que não quer dizer que esta imagem possa ter tantas interpretações quantos leitores nela se debruçarem. As condições de produção dessas imagens, calcadas na história, limitam os laços que podem unir imagem e sentido, pois nada pode se dar fora dessa macroestrutura e de seus infundáveis conflitos. A relação histórica é permanente, já que, “[...] há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do

---

<sup>22</sup> Grifo do autor.

texto (a trama de sentidos nele), mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo” (Ibid., p. 55).

Pensando essa relação histórica, salientamos que, para uma análise do discurso, encontramos um embate inconsciente que se configura num jogo discursivo entre o que se revela na tessitura da imagem e o que se recolhe numa luta silenciosa na busca por alcançar a superfície discursiva da imagem – instância do esquecimento número dois –, articulado com as sequências parafrásticas (luz, sombra na imagem) de retomadas de elementos visuais, constitutivas do efeito de sentido – esquecimento número um. É justo que nesse jogo deve ser constituída a interpretação entre os elementos que habitam a superfície da imagem e os que a permeiam, esquecidos, na densidade da história.

Conforme Orlandi (Ibid.), a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. De um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase (a matriz do sentido) –; de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é a manifestação da relação entre o sujeito e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. Essa é a tensão do discurso, tensão entre o texto e o contexto históricossocial: o conflito entre o *mesmo* e o *diferente*, entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI, 1999).

É na relação entre o dito e o não-dito em certas paráfrases que temos a possibilidade de ver o mecanismo de diferenciação interna das FDs. A polissemia é a multiplicidade de sentidos ao passo que as paráfrases são as formulações diferentes para o mesmo sentido. Em outras palavras, em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo e na polissemia, a produção da diferença (Ibid.). Essa relação se dá com a memória, constituída pela ideologia que coloca em jogo a relação entre a situação e os locutores e estes com a historicidade, o interdiscurso, permitindo a retomada de sentidos pré-existentes.

Em nosso trabalho, a questão da imagem significa na observação do que entendemos por paráfrase<sup>23</sup> e tem papel importante, na medida em que observamos como a mídia parafraseia sentidos já postos em uma regularidade

---

<sup>23</sup> Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase está do lado da estabilização (ORLANDI, 1999).

marcada na textualidade que traz, em sua unidade, o texto, um “exemplar de discurso” que “é multidimensional” (ORLANDI, 2007, p. 14). Por paráfrase, entendemos, de acordo com o pensamento de Orlandi (2001), um processo de efeitos de sentido que se produz no interdiscurso, retorno ao já-dito na produção de um discurso que, pela legitimação deste dizer, possibilita sua previsibilidade e a manutenção no dizer de algo que é do espaço da memória. A paráfrase é responsável pela produtividade na língua, pois, ao proferir um discurso, o sujeito recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo. Nos detemos nos modos de parafrasear na mídia, compreendendo a relação de sentidos como uma rede parafrástica que se materializa como arranjo simbólico.

Com uma sequência de imagens históricas em nossas mãos, podemos estar atentos ao que Pêcheux apontou como uma espécie de dominância do sentido. Queremos dizer, com isso, que a ideologia tanto pode se materializar em imagens no momento de produção das mesmas (quando da seleção e recorte do mundo que irá priorizar certos elementos em detrimento de outros), quanto no momento da leitura dessas imagens por sujeitos-leitores. Estes, por mecanismos inconscientes que não dominam – pelo menos em sua totalidade –, instauram com a leitura sentidos cristalizados por uma ideologia que, apesar de aparentar ser (na ordem da evidência) antiga e defasada, vincula-se e determina discursos que sustentam a máxima de que a imagem seria um tranquilo reflexo do real. No entanto, as relações do sujeito com seu entorno são bem mais complexas do que aparentam, e quando fazemos leituras de imagens de tempos ancestrais ou do agora, calamos, mentimos e desdizemos sentidos. Esse processo é, pois, próprio de uma ordem discursiva.

A introdução da imagem em grande escala na mídia tem estatuto semelhante à invenção da imprensa. São específicas as formas de interpelação da imagem. Se o discurso tem a propriedade de produzir evidências de real, esta capacidade é potencializada no discurso com base na imagem. Com a finalidade de descrever e explicitar como vemos a materialização dos textos midiáticos ditos informativos, ainda que constituídos por uma formulação discursiva marcada por aspectos propagandísticos de textualização, trazemos exemplos de dois recortes de nosso

corpus, postos em circulação em formato A4<sup>24</sup>, corroborando a prática de produção e venda dado à otimização da imagem. Observemos o recorte:

### Recorte 8 – AS3 e AS6



A textualidade da imagem nos arranjos AS3 e AS6 tem lugar e forma de amplificação. A boneca do AS3 foi graficamente editada para dar a impressão de expansão. Sua forma extrapola o espaço dado ao enquadramento principal e se projeta otimizando os traços faciais. A boneca de cabelos desgrentados e boca borrada de vermelho aparece mais em um efeito de movimento e é, na mesma medida, integrada ao enunciado 'pedofilia', digitalizado em caixa alta e posto em destaque.

Movimento parafrástico de formulação da imagem semelhante ocorre no AS6, no qual a imagem é enquadrada omitindo o rosto da figura que representa a criança. O foco projeta-se no brinquedo, um urso de pelúcia, visivelmente lanhado,

<sup>24</sup> O formato A4 (21 x 29.7cm) corresponde à formatação dos arranjos simbólicos do nosso corpus e à maioria das publicações de revistas nacionais.



sujo, posto em destaque pela criança que o segura. O enunciado 'psicopata' também figura em caixa alta logo abaixo da imagem em foco.

Ambas as construções textuais, descritas em AS3 e AS6, são produzidas em base tecnológica de design gráfico, que integra dados fotográficos e de desenho eletrônico. Uma marca da modernidade impressa mobilizada na imprensa – na grande mídia -, recurso largamente utilizado na composição de revistas.

Em uma perspectiva discursiva de leitura da imagem, temos como orientação o estudo de Courtine (2005). O autor afirma que quando estamos diante de uma imagem devemos destacar nela não apenas os seus elementos semióticos, mas principalmente recuperar as imagens semelhantes, ou interrogar suas condições de produção e circulação. Courtine destaca que a

[...] intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em consideração todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo (Ibid.)<sup>25</sup>.

A relação constitutiva da imagem-texto no discurso é estruturante e retomada na imprensa como que num movimento parafrástico. Além dos processos técnicos, o lugar social da mídia em sua posição de informadora engloba dois fatores (comunicação/divulgação e produto para consumo). Para nós, interessa a maneira como os fatos, comportamentos e ideias são textualizados (e, em termos materiais, construídos) enquanto acontecimentos e produtos de leitura e (re)produção de sentidos. Viemos de um percurso de escritura de tese no qual não aceitamos que não há lógica possível e regular no trato com a linguagem, do mesmo modo que descrever as condições das formulações é parte importante do processo de recorte a análise do corpus.

---

<sup>25</sup> Entrevista feita por Nilton Milanez com o Prof. Jenn-Jacques Courtine, em 27/10/2005, em Paris, na Sorbonne Nouvelle.

## I.5 A constituição simbólica da imagem e a paráfrase discursiva

*“Só podemos ver aquilo que já vemos, ou identificamos”  
Alberto Manguel*

Embaraçados à ideia de que a “língua serve para comunicar e para não-comunicar” (PÊCHEUX, [1975] 1990, p. 21) e retomando o dado acadêmico de que são recentes os trabalhos de tese, dentro da perspectiva teórica pecheutiana, que tomam a imagem como objeto empírico de análise, tecemos em nosso estudo o intento de trabalhar com o discursivo, na mídia, em sua múltipla constituição textual, pois “[...] trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso” (ORLANDI, 2001, p. 78).

Em uma especificidade pontual para o desenvolvimento de nossa tese, tratamos de observar em nosso corpus a forma que se faz determinante na produção e veiculação discursiva na mídia dos séculos XX e XXI: a imagem como matéria textual. Neste sentido, como podemos desenrolar o conceito de imagem considerando a multiplicidade de usos e interpretações às quais esta denominação têm sido vinculada, no afã tecnológico em que vivemos? Responder esta questão é parte de uma construção teórico e metodológica que estamos mobilizando para dar eixo e contorno à nossa análise.

A AD procura compreender como um objeto simbólico produz sentidos, não a partir de um gesto automático de decodificação, mas como um procedimento que desvenda a historicidade contida na linguagem, em seus mecanismos imaginários. Dessa forma, o fragmentário, o incompleto e a opacidade também são domínios de nossa reflexão. Neste transcorrer de estudo, propomos refletir os processos discursivos, as materialidades significantes em sua relação constitutiva não dicotômica ou antagônica, mas complementares.

Em nosso corpus, a multiplicidade textual que se (re)produz na mídia está sendo nomeada por nós como arranjo simbólico, os AS. Este conceito remete à construção material significativa postada em lugar de abertura e divulgação da revista, por considerarmos ser essa materialidade uma construção possível das questões que tomam a violência como corpora, inscrevendo uma ideologia hegemônica de valor e identidade subjetiva. Essa relação não tem visibilidade em

uma ordem conteudística (verbal x não-verbal), e sim em uma ordem simbólica e discursiva.

As perguntas de análise que têm sido feitas tomam verbal e não-verbal em posições antagônicas, reforçando o efeito de dicotomia. Perguntar dicotomicamente é não assumir verbal e não-verbal numa relação constitutiva; uma relação que pode dar-se ao confronto sim, porém constitutiva de discursividade. É essa a diferença fundamental. Pensamos ser produtivo tomar a materialidade da imagem como elemento analítico, como uma materialidade que desfaz a dicotomias, pois só significa no movimento na/da imbricação imagética e verbal de produção de sentidos.

A leitura da imagem é, entre todos os modos de relação do sujeito com o mundo que o cerca, um dos mais conhecidos. No entanto, foi no século XIX que se observou o desenvolvimento de uma teoria da materialidade visual que fundamentou alguns estudos, logo depois da Segunda Guerra Mundial, proporcionando o desenvolvimento de laboratórios de psicofísica, extremamente importantes para o conhecimento.

De maneira esquemática, pode-se dizer que essa leitura é uma rede extremamente densa e complexa, pois as propriedades que adquire do mundo da imagem são muitas. Para Gibson ([1966] 1974, p. 80),

[...] o mundo visual tem as seguintes propriedades: extensão na distância; modelação em profundidade; verticalidade; estabilidade; ilimitabilidade; cor; sombra; textura; integração por superfície, bordas, formas e interespaços; pluralidade de coisas que possui significado.

Essas propriedades que sugerem uma dada complexidade não são vistas. Ao contrário, o que se vê é sempre unificado e simples, como se fosse evidente. Nesse ponto, o da evidência, o do aparente, é que a leitura discursiva se diferencia da análise semiológica, pois a ordem da percepção não contempla um aspecto fundamental para nossa posição discursiva de leitura: a interpretação tocada pela ideologia.

A perspectiva discursiva estabelece que os sujeitos estão condenados a interpretar, pois, diante de quaisquer objetos simbólicos, o sujeito tem a necessidade de “dar” sentido (ORLANDI, 2007). Dar sentido, segundo Orlandi, “[...]”

é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação” (Ibid., p. 64). Gestos de interpretação, por seu turno, são concebidos como atos simbólicos, atos discursivos que intervêm no real. Dessa forma, o espaço da interpretação, marcado pelo trabalho da história como significante, vem a ser o espaço da falha, do equívoco, do efeito metafórico, do “possível”. (Id.Ibid.).

Se a interpretação é constitutiva do sujeito e se ancora na textualidade, consideramos que o olhar do sujeito, no momento leitura, é tomado por um gesto de interpretação disciplinado pelo ideológico, ou seja, “o olhar inclina-se sobre o texto. Diante do texto o olhar “bate” em pontos diversos, mas pela sua inclinação, há uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a esse e não aquele ponto” (ORLANDI, 2001, p. 63). Queremos dizer que o sentido deve vir em seguida à análise. Ele só deve ser instaurado a partir da correlação entre os elementos visíveis na imagem e aqueles que estão espalhados, dissipados nos conflitos históricos, e que não se encontram explicitados na imagem, mas que se deixam entrever como um inquietante retorno de elementos que possibilitam a existência de outros sentidos, retomados, atualizados em movimentos parafrásticos.

A problemática debatida em torno da imagem pelos semioticistas tem encontrado em abordagens mais recentes fundamentos que restituem a imagem, assim como outras materialidades, ao reconhecimento de seu espaço próprio. Ao apresentar o modo semiótico de significação, Davallon ([1983] 1999, p. 30) afirma que “existe uma espécie de aproximação entre as oposições formais (de forma de cor e de topologia) e a instância textual e enunciativa”, o que, para Pêcheux ([1975] 2009), não coloca a imagem no mesmo nível que a língua. “O fato de que possa existir localização de traços distintivos e de oposições pertinentes na esfera do icônico, por exemplo, não conduziu ninguém a supor que, mesmo para uma sincronia dada, haveria universais do icônico” (DAVALLON, [1983] 1999, p. 51). A dificuldade posta ao se analisarem materialidades que não a língua reside na “especificidade da ordem propriamente lingüística em relação à ordem do discursivo, em relação e *a fortiori* em relação às do icônico, do simbólico ou da simbolização” (Ibid., p. 51).

No que tange ao discurso em suas materialidades, a questão dos implícitos (pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) que são restabelecidos pela memória discursiva vem à tona, já que são observados a partir

da leitura de sequência. No entanto, Pêcheux ([1975] 2009) assinala que a problemática de reconstrução dos implícitos é uma questão aberta para discussão na Análise de Discurso, o que permite o direcionamento do olhar do analista para a compreensão dos efeitos materiais de recortes de sequências, sem buscar, em princípio e antes de tudo, sua significação ou suas condições implícitas de interpretação. Dessa forma, pontua Pêcheux que

[...] a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, pois um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória 'perdeu' o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) ([1975] 2009, p. 55).

O mestre Pêcheux, ao chamar a atenção para a opacidade da imagem nos provoca o questionamento sobre o que pode e o que não ser visto, em paráfrase ao que pode e ao que não pode ser dito. A imagem para a AD não é tomada em si mesma, mas em relação a, na cadeia significativa, no processo, no curso dos sentidos, no discurso. Como a imagem constitui a memória e como é por ela constituída? Desse modo, não cabe apenas se posicionar frente a uma imagem, observar como seus elementos compositivos relacionam-se entre si, mas, principalmente, como são possíveis os efeitos de sentido provocados por esses elementos. Para além da intertextualidade, é preciso pensar na ordem do interdiscursivo. Para tanto, efeitos de sentido e memória estão intrinsecamente ligados. É preciso saber que a imagem se inscreve num discurso que a atravessa e a constitui. Com isso, estamos lançados às condições de produção do discurso, e não da imagem, como texto isoladamente.

Entendemos que, se existe uma redução do não-verbal ao verbal, essa redução pode se dar em razão da tradição linguística. Se os estudiosos sempre a privilegiaram, pode ser porque o sujeito se encontra num campo transitável, portanto, afetado pela ilusão de controle da linguagem. Nesse sentido, a observação de Barthes ([1980] 1984) com relação à fotografia, ou seja, que a polissemia dessa materialidade é mais aberta e segue na contramão da ilusão do sujeito que se assusta com o (des)controle da(s) linguagem(gens).

Assumimos o jogo significativo do discurso, colocamos esse jogo em relação à memória, ao interdiscurso. Entendemos discurso enquanto estrutura e

acontecimento, como um movimento de interpretação que se inscreve na história e que é atualizado em um trajeto de retomada de sentidos pré-construídos.

Para Pêcheux ([1975] 2009, p. 99), pré-construído é um conceito proposto por Paul Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, opondo-se ao que é construído pelo enunciado. É o efeito do discurso ligado ao encaixe sintático. O pré-construído ([1975] 2009, p.102) é a separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último – o real existe independente do pensamento. O pré-construído é apresentado como o “sempre já-aí” da interpelação ideológica que impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade (mundo das coisas). Quando Pêcheux formula seu conceito de interdiscurso, a partir da remodelação do conceito de formação discursiva apresentado por Foucault – incluindo aí a noção de formação ideológica -, está justamente tratando a possibilidade de o discurso se relacionar com o pré-construído, na atualidade material dos enunciados.

Em uma relação da memória do que já foi dito e do devir marcado pelo ideológico, observamos um movimento de memória. O estudo de Achard (1999) também toma a memória como constitutiva da ordem discursiva. O autor explicita que a estruturação do discurso constitui a materialidade de uma memória social, de tal modo que é a partir do papel que essa memória desempenha que podemos entender os implícitos suportados pelo enunciado. Segundo Achard (Ibid.), não é fácil trazer indícios de que o enunciado que está subjacente (implícito) ao discurso tenha existido. O que ocorre é a colocação em série de repetições formais que oscilam entre o histórico e o linguístico. A essas repetições, ele denomina paráfrases e retomadas.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitem sua inserção por paráfrase. Mas, jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, [1983] 2002, p. 13).

O autor acrescenta que, se reconstituíssemos os elementos da enunciação que esses implícitos comportam, perceberíamos que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão. Achard enuncia que o analista de discurso deve

ter presente o “fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstituída na enunciação” (Ibid., p. 17). Todo o discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada, e a enunciação é tomada como operações que regulam a circulação do discurso.

Pêcheux ([1983] 2002), manifestando-se a respeito do pensamento de Achard ([1983] 2002), destaca que a memória seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler. Nesse sentido, viria a restabelecer os implícitos (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. O autor destaca, ainda, a hipótese levantada por Achard de que os implícitos não estão disponibilizados explicitamente sob uma forma sedimentada, mas através da repetição e formação de um efeito em série de uma ‘regularização’ (nomeação utilizada por Achard), que poderá ruir se um acontecimento novo perturbar a memória. Essa perturbação desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior, ocasionando, sob o choque do acontecimento, um jogo de força na memória. Para Pêcheux,

[...] a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, réplicas, polêmicas e contra-discursos ([1975] 2009, p. 56).

A memória em questão para Pêcheux ([1975] 2009), a discursiva, faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos (MARIANI, 1996). Courtine e Haroche ([1988] 1994) afirmam que a linguagem é o tecido da memória. Há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Orlandi (1993) diz que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.

Em nosso trabalho, tratamos do pré-construído como um elo que possibilita articulação, no discurso, em sua multiplicidade de formas significantes, em suas

condições sócio-históricas e ideológicas. Nosso corpus prescinde de uma relação de pré-construídos retomados na mídia em forma de paráfrases. O recorte e a materialidade do corpus são determinantes para o eixo de análise que nos dispomos a desenvolver, tendo como condição de produção norteadora do discurso a sociedade da imagem. E é da sociedade e de suas práticas em funcionamento histórico e ideológico que trataremos a seguir.



## *Parte II*

## CAPÍTULO II

### SOCIEDADE EM MOVIMENTO: DISCIPLINA, CONTROLE, MODERNIDADE E ESPAÇO URBANO

#### II.1 O saber-poder e a constituição da sociedade disciplinar

Nossa escolha temática está configurada em uma posição de estudo que abarca uma instância de leitura importante na observação histórica da relação mídia e sociedade: o saber-poder que funciona na circulação e (re)produção de sentidos e que se constitui no discurso por/em trajetos de memória.

Localizamos, em um primeiro momento, a mídia em uma posição de poder em sociedade: a de informadora, nomeação difundida na esfera do senso comum e fundada nas Ciências da Informação, mas que não cabe em nossa posição discursiva de leitura e observação. Clivada pelos conceitos que constituem a AD, tal como discurso, sentido e sujeito, tomaremos o conceito de informação como (re)produção de sentidos<sup>26</sup>.

Em nossa tese, a mídia é observada em um lugar singular de poder, não o poder que vigia ou ameaça, mas o poder que regulariza a versão possível – já condicionada em uma prática (técnica e ideológica) instituída, que tem lugar social definido. Com esse pensamento, dispomo-nos a observar o leque que relaciona o discurso da mídia e suas relações sociais, entendendo que o poder não é da mídia – como detentora manifesta das versões escolhidas ou dotada de um lugar de intenção lógico e claro, mas é exercido e regulado por forças ideológicas que são,

---

<sup>26</sup> Em uma entrevista concedida à revista **Teias**, a pesquisadora e analista de discurso – referência em nosso percurso de estudo em AD – Professora Dr. Eni Orlandi, propõe que tenhamos o cuidado teórico de fazer deslizar as nomeações para o lugar teórico que as constitui. A autora o faz, por exemplo, nas relações de mídia e discurso ao propor que “pensando através da Análise de Discurso, haveria um deslizamento para noções como: usuários = sujeito; navegávamos = percorríamos relações de sentido, dados = fatos de linguagem; interagimos = praticamos gestos de interpretação; transformam-se = derivam; informações = sentidos; formato de textos = textualizam-se em diferentes materialidade significantes como textos, imagens, sons, vídeos; ambiente urbano: condições de produção dadas” (ORLANDI, 2006).

antes, políticas, econômicas e sociais. Somente na e pela história e pela memória é que podemos dar conta desse processo complexo e irrefutável de produção de sentidos. Orlandi refere que a memória discursiva, na rede interdiscursiva, está ligada a um dispositivo primeiro. Na explicação da autora,

[...] o dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação na rede de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto por que a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós. Este dispositivo ideológico da interpretação funciona no espaço da relação linguagem/mundo. Os sujeitos são submetidos ao acaso e ao jogo, mas também à memória e à regra. Face à imprevisibilidade da relação do sujeito aos sentidos, toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente (mais ou menos) desenvolvidas que são historicamente determinadas (ORLANDI, 2001, p. 28).

Para costurar este percurso de interpretação da mídia, faz-se princípio explicitar a noção de poder em que construímos nosso percurso de leitura e as nuances teóricas que norteiam essa concepção de lugar social (de poder), na medida em que entendemos que as sociedades são sempre constantes construções de suas próprias referências: como as lutas pelo poder são lutas por fixação/manutenção de significados, tem poder quem detém os meios de produção e circulação de sentidos.

De acordo com a leitura filosófica de Foucault ([1979] 2007), apesar da disciplinarização, do controle e da vigilância contínua, nenhum poder é absoluto ou permanente; ele é, pelo contrário, transitório e circular. O exercício de poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra; ao contrário, ele se elabora, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados e que estão inexoravelmente ligados à história e à ordem do discurso já instituído. Conforme o autor,

[...] de fato, a interpretação não aclara uma matéria que com o fim de ser interpretada se oferece passivamente; ela necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo ([1971] 1996, p. 15).

Consonantes ao pensamento do filósofo consideramos imperativo levar em conta a presença das determinações sócio-histórico e ideológicas que caracterizam o processo de produção discursiva e determinam a produção de efeitos de sentido e a própria existência real<sup>27</sup> da sociedade. Mas, será possível mensurar a presença do poder como entidade de supremacia na circulação do saber na mídia? Para fundamentar essa questão recorreremos a pontos teóricos, desenvolvidos em períodos específicos da história das sociedades ocidentais em sua formação, tendo como fontes principais de reflexão autores como: Foucault, no aspecto filosófico da história da ordenação social no Ocidente ([1971] 1996, [1977] 2002, [1979] 2007); Deleuze, na direção da concepção da sociedade de controle ([1990] 1992); Touraine, em uma posição sociológica e crítica acerca da modernidade ([1992] 2008); e Pêcheux, em uma posição discursiva ([1975] 1990, [1975] 2009), que entende a relação sociedade e poder como constante relação de forças sustentadora dos discursos.

Para Foucault ([1971] 1996), uma sociedade sem relações de poder é uma abstração. Cabe-nos destacar que, para ele, entre o poder e o saber não se estabelece uma relação de nexos causal, em uma ordenação positivista. Ao contrário de pensar o primeiro como causa e o segundo como efeito (ou vice-versa), Foucault enfatiza a existência de um pleno entrelaçamento (encontro) entre um e outro. E foi esse encontro do poder com o saber que possibilitou, justamente, a referida configuração da sociedade disciplinar, que se efetivou nos séculos XVII e XVIII, analisada pelo filósofo; do mesmo modo como permitiu que os cuidados com a disposição do espaço, com o controle do tempo, com a ininterrupta observação e vigília atreladas à elaboração de registros, à distinção de condutas e hábitos e à produção de conhecimentos específicos fossem difundidos em todas as esferas da sociedade. Mas, para que essa difusão se tornasse possível, foi necessária a articulação de um dispositivo fundamental: o da visibilidade.

---

<sup>27</sup> Nosso entendimento de real inscreve-se na concepção de Pêcheux fundamentada na obra **O discurso: estrutura ou acontecimento**, levando em consideração que, na condição do universo físico-humano, “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo). Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (2002, p. 29).

Em um primeiro momento, Foucault ([1979] 2007) aponta a visibilidade como elemento indispensável dentro do Panopticon<sup>28</sup>, já que possibilitava não somente o poder de controlar o preso, o aluno, o doente, o louco, o operário, como também, por conta da observação cotidiana, a consecução de um conjunto de saberes com o objetivo de moldar seus comportamentos, pensamentos e costumes. Deriva daí a conclusão de que o “ver sem ser visto” predominava completamente neste período. Entretanto, depois, com a configuração do que o filósofo chamou sociedade disciplinar, outras características passaram a ganhar visibilidade, particularmente no que se refere à expansão das áreas de atuação dos saberes e, conseqüentemente, ao alargamento do poder de vigília.

Nesse quadro social descrito por Foucault (Ibid.), o anterior “ver sem ser visto” intrínseco à arquitetura panóptica (das prisões, das escolas, dos hospitais, dos hospícios, das vilas operárias), através da difusão de saberes, multiplicou-se pelos espaços públicos. Portanto, a repercussão dos saberes acerca da criminologia, da pedagogia, da classificação de doenças, da psiquiatria e das formas de moradia espalhou-se e auxiliou a produzir um cotidiano tomado por diversas circunstâncias de poder.

Ao considerar esses aspectos, visualizamos como singular a afirmação de que o dispositivo da visibilidade constituiu-se como fator preponderante para o entrelaçamento (encontro) do poder com o saber no correr histórico da sociedade. Dito de outra forma, as exigências sociais de finais do século XVIII e início do XIX, sobre as quais Foucault se debruça, encontraram na visibilidade da sociedade disciplinar um eixo de expansão dos procedimentos de controle do meio social. Por outro lado, a organização da sociedade disciplinar, precisamente por se caracterizar como uma “anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, [1977] 2002, p. 120), representou um mecanismo com disponibilidade tanto de vigiar quanto de incutir e difundir o controle pela sociedade.

Considerar o caráter da visibilidade em seu mecanismo histórico de organização vem ao encontro da relação mídia e poder que discutimos em nossa tese. A mídia tem papel determinante no processo de difusão de saberes e valores

---

<sup>28</sup> Michel Foucault ([1979] 2007) faz uma analogia, em sua obra **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, entre a arquitetura da prisão, em forma de panopticon, e a sociedade daquele momento. O panopticon (pan: todos, ópticos: olho) era uma prisão desenvolvida de forma que o carcereiro poderia vigiar todas as celas do prisioneiro a partir da posição central da construção.

na sociedade contemporânea. No caso da mídia, como meio de circulação de sentidos, se o controle não ocorre pela via da vigilância repressora da presença e da ordenação do olhar de sujeitos em presença, se dá na emergência de modelos de realidade; no agenciamento da consciência, como praticante de gestos de interpretação, produtora de fatos de linguagem, de posições-sujeito e instituições atuantes na esfera de organização e política social. Retomando Foucault,

[...] se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso ([1979] 2007, p. 8).

No panopticon descrito por Foucault, o olhar é tomado como instrumento, há o uso do olhar do próprio sujeito como objeto de controle. Em face à nossa reflexão, na mídia da atualidade, é como se o olhar se reproduzisse em uma naturalização de práticas simbólicas e pensamentos a serem repetidos, retomados e retroalimentados sob diferentes formas e lugares; nas materialidades significantes (em suas formas de textualizar – constituídas por arranjos simbólicos), por exemplo, no jornal como opinião do cronista, no programa humorístico como bordão inocente, etc., e tomadas, assumidas como verdade por sujeitos em diferentes lugares sociais, sejam eles letrados, especialistas ou não, em uma esfera do senso comum. E, então, o poder vai consolidar-se ou como um mecanismo de autovigilância, ainda a ser pensado, ou como alternativa dada, com pequena ou nenhuma margem de reflexão. Nesse sentido, o panopticon obedece a dois princípios relevantes para o tecer de nossa análise da mídia: o da verticalidade; na medida em que divide as instâncias de poder de forma hierarquizada (existirá, sempre, alguém superior que efetivará a vigilância de seus subalternos); e o da horizontalidade, que transforma todos em vigilantes uns dos outros.

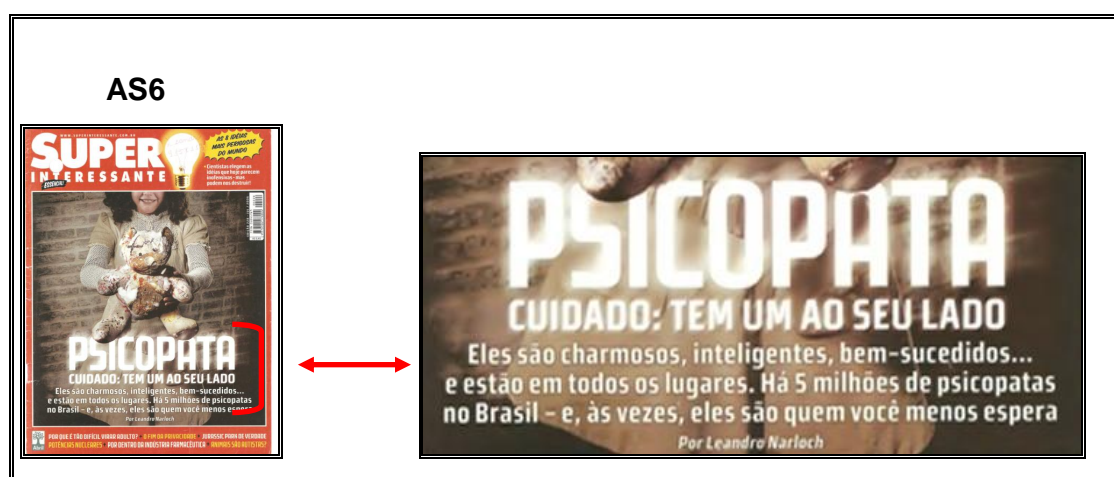
Considerando os aspectos apontados por Foucault ([1977] 2002), dados em uma análise do modelo de sociedade que vigorava no desenvolver de seus estudos, acrescentamos, então, trazendo a questão do poder para uma leitura em nossa atual sociedade, o mecanismo da autovigilância. Mecanismo esse presente e naturalizado como prática e cultura, que define e identifica o sujeito socialmente.

Em nossa leitura, além da autovigilância autônoma, em que a mídia (re)produz seu lugar de sustentação democrática, que é sustentado como premissa histórica de direito social, ocorre um deslize, que se orienta para um lugar outro, à medida em que a elaboração de seus objetos de significação está atrelada, inevitavelmente, a interesses econômicos e políticos e também porque a relação com os sujeitos ‘consumidores’ precisa ser mantida na ordem de uma economia da informação (BOURDIEU, [1989] 2007).

O *panoptismo* é um dos traços de identificação em nossa sociedade, mas não como outrora, e sim materializado em outra forma de vigilância. Esta outra forma é de poder, exercida nos e pelos sujeitos como vigilância introspectiva e contínua, como práticas simbólicas de correção, isto é, de formação e transformação dos sujeitos em função de dados “informativos” de como viver melhor, como ser mais feliz, como se defender da violência, enfim, do que é melhor saber e quando saber. Este tríplice aspecto do *panoptismo* – vigilância, controle e correção - pode ser pensado a partir do modo como repercute em uma dimensão fundamental e referente das relações de poder que existe em nossa sociedade (FOUCAULT, [1979] 2007).

Trazemos, então, um recorte textual de nosso corpus que exemplifica esta questão do poder e da identificação em sociedade. Vejamos a edição 228 da revista *SuperInteressante* de julho de 2006:

### Recorte 9 – AS6



A partir do momento em que não existe mais a referência de uma 'informação pura', desinteressada e controlável (objetiva), mas sim um lugar de produção de sentidos regido por interesses palpáveis em sua historicidade, essa democratização idealizada "escorrega". Isso porque a mídia também atua como tecnologia de poder e de controle na medida em que constitui uma ordem discursiva que se marca como lugar de identificação do sujeito no todo social e como arquivo de reconhecimento e memória (Quem é o sujeito psicopata? Como age? Como você pode reconhecê-lo?).

O recorte no arranjo simbólico, não tem, em princípio, nenhum rigor psiquiátrico ou psicanalítico à descrição dos sujeitos desse tipo de comportamento como "psicopatas". Na verdade, nem mesmo os teóricos ou os comprometidos profissionais da área têm muita clareza quando se trata de fazer diagnósticos. No entanto, a mídia toma, pelo viés das práticas de violência, autoridade para discursivizar sobre a psicopatia ressaltando uma posição ideológica do que seja o 'mal' em oposição ao que seja o 'bem'.

Como sabemos, o desenvolvimento do discurso da ciência determinou, desde fins do século XIX, que psicopatia tem a ver com desvios no padrão "normal" de desenvolvimento da personalidade, particularmente na formação do caráter. O cinema e a literatura policial concentraram-se na popularização do *serial killer* ou do mau caráter puro e simples. O primeiro é o psicopata, temperado pela violenta excitação e dissimulação, que vive de suas fantasias aberrantes, sem distinguir entre experiências imaginárias e reais, alheio ao controle social. O segundo é como se fosse cocaína "encarnada", onipotente e amoral.

Ora, numa época já descrita como de corrosão do caráter (SENNET, [1998] 2004), por debilitação dos padrões clássicos de sociabilidade, esvaziamento político, enfraquecimento da disciplina do trabalho, etc., poderia estar chegando ao fim o ciclo do valor absoluto do bem, sempre entendido como ponto para onde convergem todas as forças de equilíbrio da comunidade.

O que a mídia faz, no arranjo que tomamos como exemplo de nosso corpus, é propagandear o psicopata em um delinear da espetacularização do mau sujeito, pior, da produção do efeito de paranóia social, já que anuncia: "Cuidado: tem um ao



seu lado”. A questão patológica e a construção subjetiva do sujeito psicopata não estão em questão. O que funciona ideologicamente é a reiteração do individualismo e a necessidade de agir contra os maus sujeitos (psicopatas ou não) que fogem ao controle e à normalidade estigmatizada socialmente, trazidos de uma memória social.

O reconhecimento da mídia, na ordem social, como refúgio de memória, está também vinculado e marcado ideologicamente à produção e à reprodução de verdades. O parecer de Foucault ([1979] 2007), nesse sentido, é significativo para nossa reflexão:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). **A verdade é deste mundo**; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; **o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro** (FOUCAULT, [1979] 2007, p. 12)<sup>29</sup>.

Uma vez que a mídia se faz um lugar, e não meramente meio, de busca e identidade sobre e para o sujeito, de divulgação do sujeito e de suas práticas, bem como da ciência e da sociedade como um todo, ela age, por um lado, como olhar controlador motriz, mas não imperativo, não repressor. Primeiro, porque todos os sujeitos podem estar, em suas práticas sociais, sob a mira das máquinas de celulares portáteis, das câmeras de segurança nos supermercados, etc., como que expostos em uma janela, o que não impede que os sujeitos e as instituições deixem de cometer ‘maus’ atos, passem despercebidos, burlem a ordem estabelecida e, neste ponto, a política do olhar, vigilante, se desloca, dando e/ou dividindo lugar com outras possibilidades de controle e atribuição de sentidos.

Na mídia, tal como a observamos em nosso corpus, os sentidos são rearranjados em uma premissa de direito, no eixo da sua história, como ferramenta essencial no andamento de uma sociedade democrática. Vemos, nessa

---

<sup>29</sup> Grifos nossos.

composição de sentidos, um acúmulo de dizeres que ressoam, como o da garantia da livre expressão, dos direitos dos cidadãos, etc., ao ponto de se naturalizarem em ideias e práticas que se perpetuam nas diversas esferas sociais. Essas práticas são simbolizadas e retomadas como opinião pública, tecidas no eixo da sociedade em funcionamento; no eixo da obviada, do estabilizado.

Ainda na leitura do funcionamento social das relações de poder proeminentes nos séculos XVIII e XIX, Foucault localiza as práticas de vigilância do olhar como uma ilusão dos reformadores daquele período, tendo em vista que a opinião só era considerada efetivamente boa se fosse “a consciência imediata de todo o corpo social, eles acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas” ([1979] 2007, p. 224). O filósofo explicita que os reformadores não tinham conhecimento das condições reais de opinião “os media, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois cinema e televisão” (Id.Ibid.).

No cenário social do século XXI, a conexão entre sociedade e a mídia – no caso, a mídia impressa que é nosso objeto - se apresenta como instituída, presente e necessária (cria-se a necessidade na máxima ideológica de informar como parte de um processo social de legitimidade, ao mesmo tempo em que as novas possibilidades tecnológicas são atribuídas como avanço, como democratização do saber veiculado pela mídia) para a manutenção dos discursos regidos por uma ordem ideológica sempre remissiva a um já ‘repetido-dito’ em fusão a um já ‘repetido-mostrado’.

Ainda na esteira reflexiva que Foucault desenvolveu, pensar que “a prisão é a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça” (FOUCAULT, [1977] 2002, p.123) nos leva a considerar o cotidiano social como uma instância prenhe de inquietações relacionadas à obediência de regras, disciplinamento de condutas e respeito (desrespeito) às leis. E, da mesma maneira, o seu inverso, em que pese enfocá-lo como um domínio atravessado por preocupações conducentes às intimidações, sanções e ameaças de punições aos crimes, desvios e infrações fatalmente cometidos. Mais que isso, esta reflexão nos é pertinente na medida em que pensamos a mídia como parte do complexo social de (re)produção de práticas de saber/poder.

No que condiz à ampliação do número dos potenciais vigilantes em uma sociedade disciplinar, sublinhamos um fator também como base de reflexão. Um primeiro que se relaciona à função desempenhada, propriamente, pela disciplina. Já que a mesma “[...] cria espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias [...]”(FOUCAULT, [1977] 2002, p.141). Identificando-se, portanto, a primeira de suas grandes operações, “[...] a constituição de quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, [1977] 2002, p.126-7).

Com efeito, a expansão da sociedade disciplinar interferiu nas formas de atuação dos instrumentos de controle e fiscalização no espaço público. Em função, principalmente, do dispositivo da visibilidade, foi-se configurando um quadro onde a vigilância e o ordenamento social passaram a ser desempenhados por outros ‘olhos’ que não, exclusivamente, os dos mecanismos de repressão e perseguição do Estado. O exemplo que trazemos corporificado em nosso objeto de estudo é o da mídia impressa. Não desviamos, portanto, do foco de que essa materialidade existe na e pela história e é constituinte social de discurso.

Como sabemos, a posição da mídia vem sendo historicamente institucionalizada em um compasso tecnológico desenfreado. Sua materialidade discursiva nos faz refletir sobre um modo de vigilância que se manifesta como uma consciência interiorizada e discursivizada nos modos de pensar, de agir, de acreditar, de desacreditar... de “enxergar” o mundo e suas práticas, já tão evidentes em sua repetição quanto incontroláveis nas manifestações do sujeito. Isso se dá de tal modo que, gradativamente, a vigília, o controle e o disciplinamento estão diluídos incontestes no meio social urbano. Essa diluição social repercute no discurso da mídia e constrói uma disciplina regular e pulverizada sob a égide da informação de interesse público, ou seja, uma disciplina engajada a relações de poder; um poder bifurcado, “um poder [...] que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um” (FOUCAULT, [1977] 2002, p. 107).

Além disso, o saber/poder que funciona na mídia está relacionado a uma ordem de reprodução de “verdades”, “verdades” que só podem assumir tal estatuto em condições históricas próprias. São essas condições que delineiam os ditos e não-ditos (PÊCHEUX, [1975] 2009). Essas condições convergem no jogo que o poder estabelece sobre o sentido de verdade. De acordo com Orlandi (2001) não pode haver unidade de sentido, no entanto

[...] o sentido claro é aquele que se estabiliza, o sentido dominante. O poder está sempre rodeando os sentidos que produz com uma grande quantidade de discursos que teria a finalidade de explicá-los, desambigüizá-los, para nos dar a certeza do (seu) sentido (verdadeiro) (ORLANDI, 2001, p. 144).

Em nossa perspectiva discursiva, a “verdade” é, portanto, relativa aos sentidos que “colam” em um dado momento sócio-histórico e ideológico e que são hegemonizados em uma constituição de poder em sociedade.

Nessa medida, e ainda recorrendo à transitoriedade das circunstâncias de poder em uma sociedade disciplinar, Foucault observa o intrínseco movimento de difusão de saberes e multiplicação do número de potenciais vigilantes/vigiados, fatores que contribuem para a consecução de um redimensionamento das maneiras de se conceber os sujeitos, assim como as suas possíveis liberdades nas práticas sociais já que “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, [1979] 2007, p. 148). Isso porque “é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo” (FOUCAULT, [1977] 2002, p. 148).

Tais considerações reafirmam a questão de que o poder não é imputável ou localizável, mas configurável como uma instância transitória, uma vez que são as diversas circunstâncias cotidianas (com suas surpresas e eventualidades) que contribuem para o desencadeamento de práticas, não menos variáveis, de relações de poder. Tanto isso procede que, não por acaso, a expansão da sociedade disciplinar trouxe consigo não só preocupações que remetem à ordem repressiva (vigilância, disciplinamento, condicionamento, controle) como também à ordem reflexiva (autopenitência, vergonha, remorso). Esta última pode ser pensada pela via dos sentidos postos em questão.

A estrutura social, nessa perspectiva, atravessada por múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um lugar específico, como um aparelho de Estado, mas que são imanentes ao corpo social. Relações de poder estas que permeiam a realidade mais concreta do sujeito e que se mostram nas práticas sociais cotidianas. Nessas condições sociais, Foucault questiona algumas proposições acerca da teoria do poder e apresenta a ideia de microfísica do poder, ou seja, não se trata mais de conceber o cotidiano social a partir de direcionamentos de sujeitos ou grupos dominantes que perturbam, obscurecem, velam as condições de existência (FOUCAULT, [1979] 2007) de modo a fazer valer as relações de dominação do poder. Trata-se, sim, de enfatizar as condições de possibilidade, a transitoriedade do poder, a lógica circunstancial que o caracteriza como uma instância cortada por redes que interferem, ininterruptamente, na construção de sujeito e de sentido.

Observamos que, no enfoque analítico de Foucault (Ibid.), primeiramente, há um questionamento do próprio estatuto do sujeito, posto que as necessidades e exigências sociais levam-no a desempenhar determinadas “funções de sujeito” (FOUCAULT, 1996, p. 83). Depois, aponta a dificuldade de enxergar-se a disposição dos sujeitos em estratificações sociais, já que essas diversas “funções de sujeito”, com muita frequência, são desencadeadas em razão de uma multiplicidade de circunstâncias e relações cotidianas que se repetem e se naturalizam como práticas e discursos. Essas relações são condições para que o sujeito exista e discursivize-se no círculo social.

Diante da compreensão desses aspectos propostos por Foucault ([1977] 2002), e trazendo seu aporte filosófico para uma posição discursiva de leitura, entendemos que os sujeitos se tornaram sujeitos sociais com a expansão da sociedade disciplinar, um deslize para uma sociedade clivada pela profusão de imagens, do apelo ao consumo e da liberdade para consumir. Isto é, longe de estarem tomados por uma consciência plena de seus pensamentos e atos, os sujeitos encontram-se assujeitados (ORLANDI, 1999) por uma lógica de poder e de saber que menos os impõem a seguir as regras quanto, em concomitância, os estimula a participem voluntariamente sob a forma – e lugar - de vigilantes. Essa vigilância é articulada pelo discurso pelo social.

Sujeitos, poder e sociedade estão articulados no discurso. Orlandi (2001) diz que no sujeito há um desejo constitutivo, ou seja, o sonho de fazer a cópia fiel; de um lado a vontade do autor, e do outro o da unidade, da estabilidade, da imutabilidade, da integridade. Entendemos, nesta perspectiva, que o sujeito ao formular filia-se a redes de sentido. Essa filiação está atrelada à ideologia e ao inconsciente determinados pela relação com a língua e com a história, mediada pela experiência simbólica e imaginária. Ao submeter-se à língua(gem), o sujeito se reflete em sua interpelação pela ideologia, pois pela imposição de dar sentido, ele pratica o gesto de significar(-se), gesto este provido de um movimento sócio-historicamente situado. E, então, acontece uma articulação entre a ideologia e o inconsciente, produzindo o que Orlandi (2001, p. 101) chama de tecido de evidências “subjetivas”, tal que constitui o sujeito e não o afeta.

Pensamos, nessa tomada teórica, que há um jogo da linguagem na história e na produção do sentido. Ainda com Orlandi (2001, p. 102), “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”. Nesta ótica, não há como conceber os sujeitos sem que percamos a dimensão das condições de possibilidade e das exigências sociais que fazem com que os mesmos não sejam mais percebidos como detentores de uma total consciência em relação a suas vontades e posicionamentos, ou meros subjugados, e sim como parte das relações sociais de poder.

Para chegar a essa nova economia das relações de poder Foucault ([1971] 1996), deixa de lado alguns postulados que em sua época influenciavam a posição tradicional da esquerda e que, sob alguns aspectos, pareciam ser as únicas direções para se pensar o poder. Como ele sublinhava,

[...] não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em de constituição, de soberania etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentavam-se em denunciá-los no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; o capitalismo ocidental era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada (FOUCAULT, [1979] 2007, p. 6).

Podemos compreender, assim, que o interesse de Foucault não era a construção de um novo conceito, mas sim a análise do poder como prática social, historicamente constituída, e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade. Assim, mais do que responder à pergunta ‘o que é o poder?’. Para o autor, é mais importante indagarmos

[...] quais são, em sem seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? (Ibid., p.174).

Para Foucault, o poder não é unilateral, tampouco estanque no trajeto de posições dominadoras e dominadas. É, pois, no social que essas relações se alternam e ganham forma na ordem do discurso. Segundo o filósofo, o discurso não é somente lugar de expressão de um saber, mas é através dele que o poder se exerce. Há em todo discurso uma “vontade de verdade” que, ao trazer em si a oposição entre o verdadeiro e o falso, classifica algo como verdadeiro. Vontade essa que, para o autor, precisa ser questionada, possibilitando compreender as condições de formação de um discurso, percebendo por quais desejos e poderes o sujeito luta e quer se apoderar.

## **II.2 O deslize para a sociedade de controle, a modernidade e o espetáculo**

Pensar a constituição da sociedade de controle nos leva a uma busca não de suas origens primeiras, mas de sua emergência histórica, suas surpresas, seus abalos e seu jogo de forças. Neste sentido, uma das ferramentas teóricas fundamentais que buscamos nos é oferecida por Foucault, como vimos no capítulo anterior.

Foucault ([1979] 2007), entendendo que o sujeito está inserido em relações de produção e sentido e, portanto, em relações de poder, apresenta uma formulação do poder como relação de forças, como exercício. Insere a questão do poder num regime não apenas de castração e impedimentos, mas, fundamentalmente, no regime de produção na medida em que ele cria, incita e instiga.

Tendo como ponto de partida o pensamento de Foucault, destacamos a posição tratada por Deleuze ([1990] 1992) e entendemos que há, no enclausuramento, a operação fundamental da sociedade disciplinar, com sua repartição do espaço em meios fechados (escolas, hospitais, indústrias, prisão, etc.) e sua ordenação do tempo de trabalho. Deleuze (Ibid.) chamou esses processos de moldagem, pois um mesmo molde fixo e definido poderia ser aplicado às mais diversas formas de sociabilidade. A disciplina midiática, porém, não está restrita aos muros de uma instituição e aqui damos abertura à aproximação do movimento de atualização que Deleuze faz a partir de Foucault:

Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento. [...] o indivíduo do século XIX não cessa de passar de confinamento em confinamento: primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. [...] Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os confinamentos [...] são as sociedades do controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, [1990] 1992, p. 219).

A sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa alguma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. O que haveria, segundo Deleuze ([1990] 1992), seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social. Há que se notar um aspecto básico, o de que sociedades disciplinares e de controle estruturaram de forma diferente suas informações.



No primeiro tipo de sociedade, teríamos uma organização vertical e hierárquica das informações. Neste caso, o problema do acesso à informação, por exemplo, confunde-se com a posição do indivíduo numa hierarquia, seja ela de função, posto, antiguidade, etc. Além disso, as informações parecem acoplar-se à estratégia de compartimentalização que configura o dispositivo disciplinar. Dessa forma, cada instituição detém seu quinhão de informação, como algo que pertence ao seu próprio espaço físico. Há uma associação profunda entre o local, o espaço físico e o sentido de propriedade dos bens imateriais.

Como afirma Deleuze (Ibid.), a passagem de uma sociedade disciplinar a uma sociedade de controle tem como estratégia fundamental esvaziar a imagem da sua virtualidade para torná-la pura informação, parte dos dispositivos de vigilância e monitoramento. Ao atribuir à imagem a potencialidade da informação, faz-se um deslocamento da abordagem do campo de representação, passando a compreendê-la enquanto a própria expressão dos acontecimentos. “Não creio que os media<sup>30</sup> tenham muitos recursos ou vocação para captar um acontecimento. Primeiro, eles mostram com frequência o começo e o fim, ao passo que um acontecimento, mesmo breve, mesmo instantâneo, prolonga-se” (DELEUZE, [1990] 1992, p. 198). Seja na cobertura de uma guerra, seja acompanhando as rotinas exibicionistas dos *reality shows*, seja nas capas das revistas, as imagens que nos chegam parecem extrapolar o interesse pelo que se diz acontecimento, mas apenas em reafirmar um algo mais, um não-dito ideológico, na superexposição de um componente significante como forma de espetacularizar<sup>31</sup>.

Deleuze afirma que, nas sociedades disciplinares, “o poder disciplinar é, a um só tempo, massificante e individuante, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo” ([1990] 1992, p. 223).

Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de

---

<sup>30</sup> Tradução do português de Portugal.

<sup>31</sup> Na sequência trataremos do conceito de sociedade do espetáculo a partir de Debord (1997) bem como do conceito de espetacularização ao qual nos ancoramos, como forma de discursivizar repetidamente na circulação de sentido nas mídias da atualidade.

vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou ainda a rejeição.

Deleuze (Ibid.) postula também que a cada sociedade correspondem certos tipos de máquinas, as quais exprimem as formas sociais que lhes deram origem. Dessa maneira, as antigas sociedades, marcadas pelo poder soberano, manejavam máquinas simples, como alavancas e roldanas, enquanto as sociedades disciplinares mais recentes usavam máquinas energéticas e, as sociedades de controle, computadores.

Por meio das novas tecnologias de comunicação/informação, na sociedade de controle, nada escapa de uma documentação, partilhada entre diferentes instituições, cada vez mais abertas ao intercâmbio, produtoras de um controle incessante.

Um exemplo dessa sociedade de controle é o duplo processo de transformação da sociedade capitalista. Do ponto de vista econômico, o setor de produção deixa de ocupar papel preponderante para dar lugar ao setor terciário de produção de serviços. Neste setor, as forças informacionais figuram entre os principais novos produtos desta economia que se diz global. Na outra ponta do processo, há uma organização social que, cada vez mais, significa-se numa ordem cuja virtualização se torna não-espço do político (HARDT, 1996). Entendemos que há um deslize, que o espaço da virtualização (re)significa o político no entorno do consumo, ou melhor, do anseio permanente de práticas consumistas como sendo naturalizadas e necessárias a um modo de vida e de relação social do sujeito com seu meio de convivência. Vivemos em uma sociedade em que a necessidade de fabricar um corpo dócil apto ao trabalho da indústria já não é mais tão importante quanto a estratégia de produzir consumidores – cada vez menos políticos -, adequados a um projeto de mercado. Um espaço já desfeito de seus muros e edificado no controle do mercado. A passagem da ordenação disciplinar vigilante para a reorganização de controle, disposta em uma questão de mercado, afeta a ordem simbólica e as relações de poder em sociedade.

Já do lugar da sociologia, Touraine ([1992] 2008) pensa as questões de constituição social de forma crítica, trazendo aspectos de observação importantes para nossa tese, pois remontam um social funcionando a partir do conceito de modernidade (concepção materialista e racionalista) na história do Ocidente.

Segundo Touraine (Ibid.), o Ocidente viveu e pensou a modernidade como revolução e fez desse processo uma tentativa de apagamento da história. Segundo o autor,

[...] de século em século, os modernos buscaram um modelo "natural" de conhecimento científico da sociedade e da personalidade, fosse esse modelo mecanicista, cibernético ou repousasse sobre uma teoria geral dos sistemas. E essas tentativas foram constantemente sustentadas pela convicção de que, fazendo tábua rasa, do passado os seres humanos se libertam das desigualdades transmitidas, dos medos irracionais e da ignorância (TOURAINE, [1992] 2008, p. 19-20).

Além da tentativa de construir uma tábua rasa de sua história, concordamos com Touraine quando afirma que temos vivido numa sociedade de consumo, onde as mercadorias passam a mediar nossas relações formando uma sociedade que vive a "modernidade triunfante" (Ibid., p. 15). A emergência dessa sociedade de consumo é fruto dos avanços e das mudanças que a sociedade, principalmente neste século, sofreu. O processo de mudança produtiva e de difusão das mercadorias possibilitou que novos valores sociais fossem surgindo, fundamentalmente baseados no consumo. A individualização do consumo, proporcionada pela diversificação e especialização da produção, é atualmente um dos grandes elementos para se compreender os novos padrões da sociedade. Conforme o sociólogo,

[...] nossas idéias sobre o consumo foram dominadas durante muito tempo por dois tipos de explicações: de acordo com o primeiro, o consumo tem a forma de uma escada que vai dos bens mais indispensáveis, a alimentação, aos que comportam a maior parte da livre escolha, os lazeres, passando pela vestimenta e a habitação; de acordo com o segundo, o consumo é a linguagem do nível social, porque o que cada um de nós acredita ser seu gosto é determinado pelo lugar que ele ocupa na sociedade e sua tendência de subir ou de descer, de sorte que o consumo aparece estreitamente determinado pelo status social (TOURAINE, [1992] 2008, p. 152).

Touraine afirma que a sociedade de consumo nos levou a um mundo de sinais, cujo arranjo invade nossas vidas, proporcionando uma satisfação imediata de nossas necessidades. As relações de consumo são, para Touraine, determinantes sociais de lugar e, portanto, de poder e identidade, já que "a

sociedade moderna não é nem holista nem individualista; ela é uma rede de relações de produção e de poder” (Ibid., p. 277).

O postulado sociológico da modernidade relaciona o social com as relações de produção ligadas à constituição dos sujeitos e do poder. Esse pensamento acerca da modernidade aproxima-se de algumas considerações teóricas, antecipadas por Pêcheux ([1975] 2009), em sua análise do sujeito e do discurso.

Para Pêcheux (Ibid.), em sua posição discursiva, a consideração do social está diretamente ligada à concepção que ancora sua teoria e relaciona discurso, sujeito e ideologia. O autor entende o social como espaço de produção de sentidos, de constituição discursiva. Sendo assim, o discurso, assim como o sentido e o sujeito, são (re)significados no social, isto é, os dizeres são determinados por disputas pelo poder tramadas na conjuntura sócio-histórica, na trama das formações sociais em que estão postos os lugares de poder a serem (ou não) ocupados e permitidos de serem ocupados.

Segundo Pêcheux ([1983] 2002), para explicar o que deve ser levado em conta na análise, figura, além da própria superfície discursiva, ao lado do referente do discurso, a colocação dos sujeitos/protagonistas desse discurso na sociedade. O analista ressalta que não se trata da presença física individual, mas de lugares determinados em uma estrutura social. Para o autor,

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço ([1983] 2002, p. 56).

Nessa perspectiva, Pêcheux ([1983] 2002) afirma que a identificação discursiva se dá pelas filiações sócio-históricas, na sociedade em movimento, admitindo uma agitação no interior das mesmas. A práxis (trabalho) torna possível sempre de forma consciente e inconsciente o deslocamento do sujeito. O sujeito busca o controle de seu dizer, instalando a possibilidade de criação do novo. O trabalho do sujeito, para Pêcheux (Ibid.), se dá em todos os lugares discursivos e não em determinados lugares privilegiados, preestabelecidos. Nesse sentido, para

esse autor, ao contrário, toda identificação carrega a possibilidade de crítica, de negação do estabilizado.

Para nossa reflexão, a partir das teorias supracitadas, o que permanece e está relacionada ao nosso trabalho é a ideia de que o poder não é exercido, nem imposto, e sim constituinte das práticas sociais. Ganhamos subsídios para a compreensão de que o poder do discurso só pode ser trazido de sua opacidade na linguagem pelo/no efeito(s) de sentido(s) (no gesto interpretativo de leitura, por exemplo) que esse discurso faz circular e nos vestígios da multiplicidade histórica do antes, do agora e do devir possível e imerso no discurso. Nosso objeto de estudo midiático é, sem dúvida, lugar em que o jogo discursivo está tramado em formas (linguagens) dadas à visibilidade e à (re)produção de sentidos em âmbito social de circulação.

Como lugar de produção de veios temáticos a serem consumidos, a mídia prescinde de uma construção na atratividade, mais que isso, ela precisa promover a indução desejosa de aceitação, para que se promova o consumo ou, pelo menos, que os saberes ali circundantes se tornem viáveis em um processo que Pêcheux ([1975] 2009) chama de identificação e que não podemos desconsiderar. Isso se dá em uma permanência de repetibilidade quantitativa que colabora para a manutenção de um discurso em detrimento de outros. Orlandi explicita o movimento midiático de (re)produção de sentidos com didatismo:

Um exemplo: a novela das 6hs diz algo, nas revistas da mídia este algo é repetido, na novela das 8hs aquilo é dito de outro modo, como um eco, o comentarista da TV retoma etc. Na segunda vez que ouvimos, aquilo nos parece familiar, como se fizesse parte da memória já experimentada, na qual nos reconhecemos (2001, p. 182).

Consequentemente, só se pode falar de sentidos e práticas sociais enquanto recortes (os possíveis ideológicos) da realidade.

O mote das práticas sociais e sua relação com a ideologia nos permitem avançar para uma questão chave em nossa tese: o desenvolvimento da sociedade do espetáculo. No final da década de 1960, temos o surgimento do postulado das ideias do também pensador francês, Debord, a partir do livro **A sociedade do**

**espetáculo**, publicado em 1967, no qual o autor aponta que a forma assumida pelas mercadorias, e que substituiria outras no processo de dominação ideológica, seriam as imagens. Segundo Debord ([1967] 1997), a imagem é fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real. Nesse quadro social, especialmente tomado pelo advento e popularização da mídia televisiva, faz-se necessário atentar para o que nos cerca, o social que nos constitui como sujeito, ou seja:

Têm de olhar para outros (estrelas, homens políticos etc.) que vivem em seu lugar. A realidade torna-se uma imagem, e as imagens tornam-se realidade; a unidade que falta à vida recupera-se no plano da imagem. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela notória degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. As relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria de que Marx falou, mas diretamente pelas imagens (DEBORD, [1967] 1997, p. 54).

Para Debord (Ibid.), no entanto, a imagem não obedece a uma lógica própria. A imagem é uma abstração do real e o seu predomínio, isto é, o espetáculo, significa um “tornar-se abstrato” do mundo. A abstração generalizada, porém, é uma consequência da sociedade capitalista da mercadoria que, nas condições históricas e de produção discursiva em que Debord reflete o social, tem no espetáculo uma forma própria de se marcar. A mercadoria se baseia no valor de troca, em que as qualidades concretas do objeto são anuladas em favor da quantidade abstrata de dinheiro que este representa. No espetáculo, a economia, de meio que era, transformou-se em fim, a que os sujeitos submetem-se totalmente, de modo que a alienação social alcançou o seu ápice: o espetáculo é uma verdadeira religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade, ele próprio criou. Segundo o autor,

[...] a produção de mercadorias, que implica a troca de produtos diferentes entre produtores independentes, permaneceu por muito tempo artesanal, contida numa atividade econômica marginal, na qual sua verdade quantitativa ainda está dissimulada. Entretanto, nas situações em que encontrou as condições sociais de grande comércio e da acumulação de capitais, ela assumiu o domínio total da economia. A economia toda tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser durante essa conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo (Ibid., p. 29).

Nessa base, Debord ([1967] 1997), tomado em suas reflexões pelas condições de produção de seu tempo, condena toda a sociedade existente, não somente fraquezas individuais e imperfeições. Em 1967, Debord distinguia dois tipos de espetáculo. O “difundido” (o tipo ocidental, “democrático”) caracterizava-se pela abundância de mercadorias e por uma aparente liberdade de escolha. No espetáculo “concentrado”, ou seja, nos regimes totalitários de toda a espécie, a identificação mágica com a ideologia no poder era imposta a todos para suprir a falta de um real desenvolvimento econômico.

A forma de poder espetacular justificava-se denunciando a outra; e nenhum sistema, além destes dois, devia ser imaginável. Debord (Ibid.) reconheceu na União Soviética, nada menos do que vinte e cinco anos antes de seu fim, uma forma subalterna - e destinada, enfim, a sucumbir - da sociedade da mercadoria. O autor (Ibid.) anunciou, no entanto, o aparecimento de um movimento de contestação de tipo novo: retomando o conteúdo liberatório da arte moderna, teria como programa a revolução da vida cotidiana, a realização dos desejos oprimidos, a recusa dos partidos, dos sindicatos e de outras formas de luta alienadas e hierárquicas, a abolição do dinheiro, do Estado, do trabalho e da mercadoria. Por isso, Debord ([1967] 1997) considerou o conteúdo profundo de 1968 como uma confirmação de suas ideias. Teve, porém, de admitir, em **Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo** (1988), que o domínio espetacular conseguiu se aperfeiçoar e vencer seus adversários; de modo que, já no final dos anos 80, é a sua própria dinâmica, a sua desenfreada loucura econômica que o leva em direção à irracionalidade total e à ruína.

Os dois tipos anteriores de espetáculo deram lugar, no mundo, a um tipo dado ao efeito de ‘integrado’. Sob a sistemática da democracia, este remodelou significativamente a sociedade segundo a própria imagem, pretendendo que alternativa alguma fosse sequer concebível. O poder passa a ter singular dominância no jogo de forças, pois se empenha em simular os sujeitos e seus modos de vida, desde o consumo da cerveja e seu incentivo via propagandas publicitárias, até os próprios revolucionários, que se negam a participar do jogo de consumo naturalizado no seio social e propagandeado por uma marca ideológica de imagens.

Há um efeito de sentido de que ninguém pode verificar nada pessoalmente. Ao contrário, temos de confiar em imagens e, como se não bastasse, imagens fabricadas. Em muitos aspectos, o espetáculo integrado (na publicação do jornal, da revista, do programa de televisão, da campanha publicitária, etc.) é muito mais conveniente do que os velhos totalitarismos.

As questões relativas à mídia, consumo e espetáculo, que começaram a tomar espaço na vida em sociedade ainda no século XX, repercutiram e foram ganhando contornos ainda mais latentes no século XXI, com a expansão dos modelos de comportamento e a potencialização do espetáculo como sendo natural, próprio da nossa sociedade. O século XX, marcado pela moderna sociedade do consumo e pelo triunfo do espetáculo, foi significativamente tratada por Debord:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação ([1967] 1997, p. 13).

De acordo com o autor, o espetáculo é uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. Aqui nos interessa sua análise da sociedade de outrora como dado histórico para a compreensão da sociedade atual, que entendemos como sendo uma sociedade da imagem. A visão de Debord está expressa de forma mais acabada na obra **A Sociedade do Espetáculo**. Está é também uma das principais obras, um texto fundador, que manifesta as concepções da Internacional Situacionista, organização contestatória da qual Debord foi um dos mais destacados representantes e que existiu de 1957 a 1972.

Debord ([1967] 1997) busca na vida cotidiana a base da contestação social de sua época. O espetáculo produzido pela sociedade capitalista fundamentada na mercantilização e no fetichismo generalizado abre caminho para sua teoria crítica da sociedade moderna. Um dos autores citado por Debord é Marx ([1867] 1986), em especial quando afirma que, à primeira vista, a sociedade capitalista aparece como uma grande coleção de mercadorias. Retomando Marx, Debord ([1967] 1997) afirma que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (Ibid., p. 13).



Mas, então, o que é o espetáculo? Debord nos apresenta inúmeras identificações do espetáculo. Ele é também uma cosmovisão; resultado e projeto do capitalismo; o modelo atual da vida dominante na sociedade; a afirmação onipresente da escolha já feita na produção e o consumo que decorre desta escolha; a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente; a presença permanente dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderno”; o sentido da prática total; a principal produção da sociedade atual; o herdeiro da filosofia baseada nas categorias do ver; o “sonho mau”; etc.

Essa temática de Debord vai ao encontro de uma concepção da sociedade de consumo, a própria sociedade do espetáculo. Isso, porém, difere sua abordagem das demais, pois aqui a passagem do *ser* para o *ter* é complementada pela passagem para o *parecer*.

Nesta sociedade, a do espetáculo, há a produção circular do isolamento (através do consumo individual de um automóvel, do consumo de várias televisões em uma mesma casa, etc.). Desta forma, a temática da separação e do isolamento assume um papel central na concepção de Debord ([1967] 1997). O consumo e a imagem (representação reificada) ocupam o lugar da ação direta. Provocam o isolamento e a separação dos sujeitos e seus modos de socializar, de se constituírem enquanto sujeito.

Debord ([1967] 1997) retoma um aspecto da sociedade do consumo que versa sobre o fetichismo da mercadoria. A mercadoria surge como força que ocupa a vida social e constitui a economia política, “ciência dominante e ciência da dominação”. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social [...]. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura” (Ibid., p. 31).

A abundância da produção de mercadorias produz a preocupação da classe dominante com o proletário enquanto consumidor, criando o humanismo da mercadoria, encarregado do lazer do trabalhador. “Assim, ‘a negação total do homem’ assumiu a totalidade da existência humana” (DEBORD, [1967] 1997, p. 32).

Nesse contexto dos anos 60, o consumo devia aumentar sempre, e este aumento foi possível pelo motivo de que contém em si uma privação, “a privação tornada mais rica”. O consumismo derivado daí leva a uma “sobrevivência ampliada”, produzindo também a produção de pseudonecessidades para garantir esse processo de expansão da produção e do consumo. Além disso, houve uma reconfiguração social que Debord descreve da seguinte forma: “a produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedades externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de banalização” (Ibid., p. 111).

Na sociedade em que domina o espetáculo, a oposição a ela também é envolvida. As lutas “espetaculares” são ao mesmo tempo falsas e reais. São falsas por não colocarem em questão a sociedade do espetáculo e por serem, elas mesmas, espetaculares. São reais pelo motivo de que expressam lutas reais entre classes ou frações de classes.

Debord ([1967] 1997) focaliza sua crítica à sociedade daquele momento concebendo-a como sociedade do espetáculo e esta se caracteriza pela generalização do fetichismo da mercadoria que invade a vida cotidiana. A crítica da vida cotidiana torna-se o fundamento da crítica à sociedade moderna. O espaço (e juntamente com ele o urbanismo, etc.), o tempo, o lazer, a cultura, a arte, a comunicação é perpassado por esta alienação generalizada da sociedade em seu funcionamento.

A mídia, para Debord, não está apenas inserida nessa sociedade em que o espetáculo tem papel fundamental. “[...] A rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia” (Debord, [1967] 1997, p. 171).

A tese de Debord (Ibid.) sobre a sociedade do espetáculo associada à mercadoria como lógica da sociedade vigente no final dos anos 60, vem repercutindo e ressoando na história, muito embora o sentido apocalíptico que caracterizou sua argumentação esteja um tanto superado, ou melhor, tenha sofrido movimentações no processo de constituição da sociedade atual. Um dos motivos dessa superação vem do fato de que Debord baseava-se em categorias como “verdade” – visto que se filia ao pensamento de Marx ([1867] 1983) na oposição realidade/alienação – e seu conseqüente falseamento pela mídia. O autor,

possivelmente atento à observação de seu tempo, não podia antecipar que o espetáculo poderia não apenas servir como constituinte caricaturizado do social, mas para ancorar socialmente verdades positivas. Daí que as intromissões midiáticas em outros campos institucionais poderiam ser vistas como excessos naquele momento, excessos esses que podem ser compreendidos justamente pelo que são: estruturantes sociais/culturais, não somente no nível da organização dos discursos, mas de uma ordem discursiva constitutiva. Nos comentários de 20 anos após o lançamento do seu texto fundador sobre o espetáculo, Debord afirma que:

O poder do espetáculo, tão essencialmente unitário, centralizador pela força das coisas e espírito perfeitamente despótico, costuma ficar indignado quando vê constituir-se, sob seu reino, uma política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo, ou outros tantos surpreendentes 'excessos midiáticos'. O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos. Frequentemente, os donos da sociedade declaram-se mal servidos por seus empregados midiáticos, mais ainda, censuram a plebe de espectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quase bestialmente, aos prazeres da mídia. Assim por trás de uma intimidade de pseudodivergências midiáticas, fica dissimulado o que é exatamente o oposto: o resultado de uma convergência espetacular buscada com muita tenacidade. Assim, como a lógica da mercadoria predomina sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou com a lógica da guerra predomina sobre as freqüentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia ([1988] 1997, p. 171).

Entendemos que o poder – a tirania, no dizer de Debord ([1967] 1997) – das imagens e dos produtores midiáticos funciona como qualquer outro poder, ou seja, naquilo que distingue e hierarquiza lugares sociais, num jogo de forças cujas práticas estão socializadas – da mesma forma que o dinheiro pertence em maior quantidade para alguns em detrimento de outros, mas é socializado. Não há praticamente campo que não seja afetado pela produção midiática, do poder judiciário – com jornais, revistas e canais de televisão próprios -, das instituições religiosas, com seus produtos fonográficos ou cinematográficos que enchem prateleiras especializadas. O que há de novo, atual, e que entendemos ser presente e determinante na compreensão do processo discursivo é como, nas várias instituições e nos enlaces sociais dos sujeitos, a entrada da mídia passa a ser constituinte em seu modo de discursivizar espetacularizado.

O que chamava a atenção aos críticos do sistema, na época em que Debord lança sua leitura sobre a sociedade e mídia, era como este autor se posicionava quanto à presença veemente de uma textualidade das cores vivas e de movimento na mídia, dos modos de descrever e explicar o social (o movimento, a cena, a versão) a partir de novos aparatos tecnológicos. A superação e o desenvolvimento de tecnologias, as do antes e as do agora, estão disponíveis e se constituem em uma discursividade ideologicamente determinada e presente nas condições de produção sociais.

O marco da reflexão de Debord sobre o espetáculo e sua relação com a mídia é singular. No entanto, trazendo essa historicidade para uma leitura da sociedade atual, do século XXI, nos importa pensar que o espetáculo na mídia, hoje, não é o diferente, o novo, o que extrapola, mas sim o constitutivo de todas as práticas discursivas em funcionamento na mídia em suas maneiras de textualizar. Essas são materializadas em texto, segundo a formação ideológica em que a mídia está inserida. Esses textos se corporificam em uma regularidade, com seus modos de dizer, que são construídos e saem das mesas de designers, diagramadores, artistas da informática, fabricados a partir de uma adequação de todo o dito à audiência, que se presta, em um efeito de transparência, a incitar os sentidos.

O que vemos como regularidade é que há um misto de razão e efeito de espetacularização na produção de textos na mídia; com formulações que se estruturam no exagero, na sutileza, na repetição descritiva em seus modos de (re)produzir sentidos.

Mesmo em uma materialidade que tenha por fim comercial tratar de lugares de saber e posições dadas ao efeito de legitimidade –, haverá recorrência ao modo espetacularizado de discursivizar. Esse modo de arranjar sentidos é efeito (matéria significativa) chave da prática midiática construída em uma textualidade possível, já dada, naturalizada e, ainda assim, repetida (parafraseada) sob ‘novas-velhas’ roupagens. Para os produtores de uma revista, de um programa de televisão ou de um site, essa produção pode ser tomada como processo corporativo de atendimento a um apelo público, necessidade de mercado; para os críticos, uma nova ordem de fetiche e alienação. Para nós, é entendido como um processo discursivo de produção de efeitos inevitavelmente estruturados pelo ideológico, que faz mostrar, ver e entender de um jeito e não de outro, portanto, tomado em uma

constituição ideológica reguladora de sentidos. É nesse mote que pensamos a questão do arranjo simbólico, que se efetiva por meio de práticas discursivizadas que envolvem um complexo de relações ideológicas de (re)produção de sentidos. Nesse complexo estão sendo movimentadas imagens pré-construídas, tomadas pela força do imaginário que contorna o que é formulado e textualizado para construir um objeto já subjetivado pela ideologia, que interpela e precede a textualidade, que é lugar de unidade discursiva.

Estamos alinhados a esses pontos de reflexão entre sociedade e mercado por entendermos a necessidade de percorrermos o andar da história para chegarmos à compreensão do discurso na mídia. Esse processo nos auxilia no entendimento do funcionamento ideológico, estrutural e político da sociedade do século XXI. O motor social que orienta, identifica, promove sujeitos, ideias e discursos nessa sociedade precisa ser trazido da transparência. Compreender como se dá esse percurso irregular e ideológico é caminho, e não fim para uma análise do discurso da mídia em sociedade.

### **II.3 A sociedade da imagem e seus modos de (re)produção de sentidos no espaço urbano: o arranjo simbólico**

O dispositivo teórico que alça nosso interesse de pesquisa é também o fator motriz da constituição do nosso corpus de análise, o qual trazemos à baila como unidades discursivas significantes.

A partir das definições de sociedade disciplinar e de controle que retomamos nos capítulos anteriores como caminho para uma compreensão histórica dos trajetos sociais e seus modos de reprodução na história dos sujeitos, propomos, a partir deste ponto, avançar rumo ao presente em uma concepção da sociedade atual e suas marcas estruturais e ideológicas, atentando para uma leitura dos movimentos de sentido que constituem o que chamamos de sociedade da imagem, entendendo que esta sociedade é constituída no espaço urbano.

A retomada a que nos referimos diz respeito a aspectos teórico-descritivos trabalhados por Michel Foucault (saber-poder e sociedade disciplinar), Gilles

Deleuze (sociedade de controle), Michel Pêcheux (a relação do discurso com o social), Alain Touraine (conceituação de modernidade e consumo) e Guy Debord (conceituação da sociedade do espetáculo) que versam acerca da história social no Ocidente e que constituem, para nós, um caminho para a compreensão da história e memória social através do tempo. Esse percurso de leitura se faz processo na medida em que o devir social que desemboca na forma, na estrutura e em discursos da sociedade atual, vêm se constituindo no tempo e no espaço urbano historicizados.

Em seu tonus estrutural, podemos dizer que o espaço urbano é “esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2001, p. 2). O espaço simbólico a que Orlandi (Ibid.) refere-se está efetivamente marcado pela geografia da cidade e sua heterogeneidade constitutiva.

A cidade é um resultado e também um pressuposto do desenvolvimento capitalista (ORLANDI, 2004). Ela se constitui ainda como um núcleo grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos. Assim, observá-la, segundo Orlandi (Ibid.), é procurar compreender as alterações que se dão na natureza humana e na ordem social.

O conceito de espaço urbano está diretamente vinculado, na base teórica a que nos vinculamos, a fatores históricos e ideológicos. As configurações urbanas que hoje conhecemos surgem a partir da organização do mercado e da movimentação consumidora de mercadorias, da composição de mercado de produção e, mais fortemente nas últimas décadas, de mercado de consumo, associado à divisão do trabalho. De acordo com Bourdieu,

[...] a unificação do campo econômico mundial, pela imposição do reino absoluto do livre comércio, da livre circulação do capital e do crescimento orientado para a exportação apresenta a mesma ambigüidade que a integração no campo econômico em outros tempos: embora dando aparência de um universalismo sem limites, de uma espécie de ecumenismo que encontra suas justificativas na difusão universal dos estilos de vida *cheap* da “civilização” do MacDonal’d’s, do *jeans* e da coca-cola [...] (2001, p. 107)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Grifos do autor.

A partir dessa consideração da aparente unificação do mercado, entendemos que o espaço urbano mantém-se, até o tempo presente, como local de troca, de mercadorias, tal como a informação, objeto considerado uma mercadoria no contexto presente. Com o advento da modernidade, a comunicação, tal qual a concebemos hoje, torna-se elemento fundamental para a organização e proliferação do mercado, da estruturação do trabalho e das formas de consumo. Novos modos de conviver socialmente se estruturam com base no movimento da história, os sujeitos significam-se no espaço urbano e produzem materialidades significantes em diferentes formas, em relação as quais a imagem tem lugar determinante.

A imagem constitui de forma orgânica os espaços da cidade. Os centros urbanos, em toda sua complexidade, funcionam como espaço de fluxo de sentidos, cujas formas de circulação são variadas em suas materialidades. Estradas, ruas, placas, sinais de trânsito... nomes de prédios, de instituições, de regiões, as vestes dos sujeitos, os cortes de cabelo, circulação de meios de transporte e toda forma de organização.

Circular no espaço urbano é, antes de tudo, uma experiência sensorial e imagética, das ações que constroem a visualidade da cena urbana, instaurando contornos sinuosos: os espaços cheios e os vazios, o colorido das barracas de camelôs e os néons, a arquitetura das casas antigas (depredadas, habitadas, desabitadas, etc.) e dos prédios modernos (inelegíveis para alguns e matéria de identidade cosmopolita para outros), a movimentação dos sujeitos pelas ruas, na disputa por espaço com barracas, bicicletas, carros e tantas outras materialidades. Esse tecido imagético que se constrói no espaço urbano se dá pela interligação de várias imagens, pois uma imagem nunca está só, está sempre em relação com outras e em relação com o campo de visibilidade que a sustenta, seja ele material ou imaterial e sempre ideologicamente corporificado. Esse todo urbano dado ao excesso, à sobra... à exaustão é, pois, traço de sentido constitutivo da expressão das questões sociais materializadas nos modos de textualizar, em que a imagem está inclusa, bem como nos modos de multiplicar da mídia. Orlandi assim refere-se a uma homogeneização dos efeitos da mídia:

A nossa posição é de que tanto a informação como a mídia produzem realmente (diversificação) dos meios, mas, ao mesmo tempo, homogeneízam os efeitos. Daí uma idéia de criatividade caracterizada pela deslimitada produção (a enorme variação do 'mesmo' (1996, p. 16).

Relacionando a sociedade (sempre aqui tomada como parte do complexo urbano discursivo) com as práticas de mídia nela inseridas, o espaço urbano onde o discurso da mídia se lança ideologicamente e constitui seu discurso está sendo pensado como um emaranhado de imagens, nas quais se somam informações de temporalidades distintas que coexistem simultaneamente no mesmo espaço. No efeito de coexistência do passado e do presente, o agora torna-se um imperativo, uma geografia discursiva, uma topografia de sensibilidades costurada de sentidos históricos, para nós, significantes. Dessa forma, tem-se um tecido discursivo que apreende as formas de textualizar, compreendendo, como já mencionamos, as inscrições em paredes (sejam elas grafitadas ou pichadas), os panfletos jogados ao chão, o letreiro luminoso visível até os arredores da cidade e do espaço aéreo, entre outros. Tais informações podem ser retomadas pela mídia, o que caracteriza uma espécie de fabricação de uma realidade suprimida a partir das marcas que constituem o urbano.

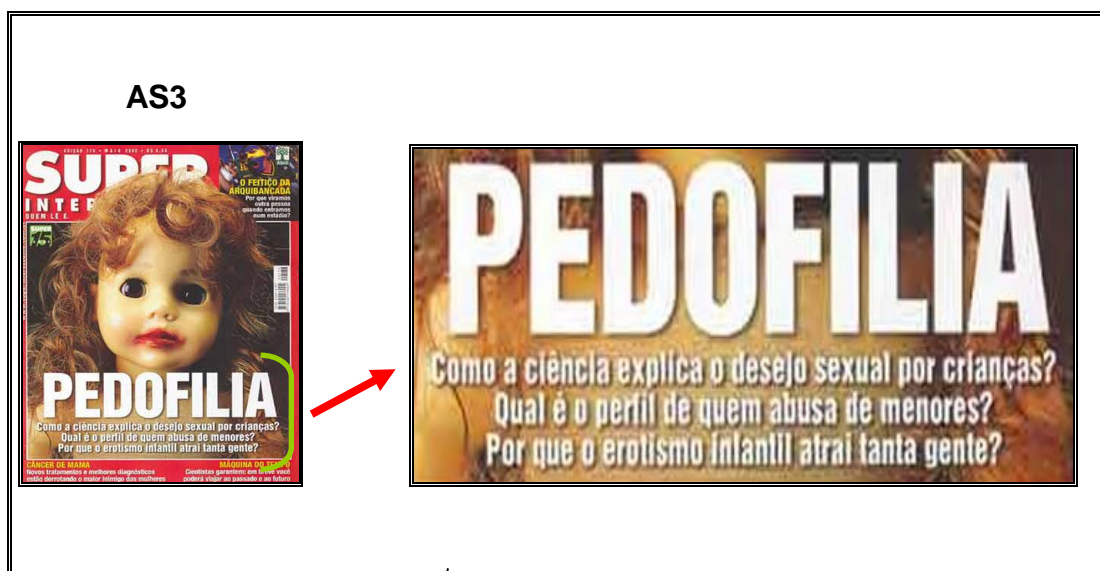
Em meio a esse emaranhado discursivo em que a mídia tem lugar na sociedade, a relação de sentidos, ou melhor, de efeitos de sentido se estrutura numa relação de identificação; sujeitos e sentidos se aproximam e se refutam no complexo de formações ideológicas em que estão imersos. Sinalizando a materialidade ideológica, um discurso só tem sentido para o sujeito quando ele reconhece-se no social, onde está investida uma gama de formações imaginárias que designam o lugar que os sujeitos atribuem-se mutuamente (PÊCHEUX, [1975] 1993). O que está em jogo nessa perspectiva é o processo que Pêcheux (Ibid.) chama de identificação do sujeito com o discurso. Traremos uma reflexão sobre o processo de identificação, tendo como norte o exemplo do lugar da ciência como referência de saber e autoridade, e suas implicações no bojo discursivo, já que o discurso científico é um dos mais divulgados na e pela mídia como lugar de verdade.

O exemplo ilustrativo que trazemos é um recorte de nosso corpus que materializa (e justifica) nossa leitura sobre o modo de tomar a ciência no discurso



da mídia e sua relação com o movimento de sentidos na esfera de produção midiática:

### Recorte 10 – AS3



Em nossa sociedade, um dos discursos referenciais na organização social é o da ciência – das ciências naturais, antes de tudo –, que funciona como um lugar da verdade e que, de alguma forma, está intimamente ligado ao discurso da inteligência, do esclarecimento, em um lugar de prestígio social (ideologia iluminista); sentidos esses (re)produzidos na mídia. Tomar a ciência como discurso de verdade, das descobertas e da consolidação da verdade é parte de uma construção social atual, o que a mídia faz ressoar também como forma de arregimentar escolhas. No entanto, a propósito da questão interdiscursiva que mobiliza sentidos no recorte destacado (o AS3) de nosso corpus, observamos os entornos de sentido que são possíveis no enlace semântico da história e que constituem o conceito de pedofilia em dadas condições de produção.

O sentido de pedofilia como uma construção social e ideológica, que vai ganhando matizes naturalizadas em nosso tempo, está condicionado a questões mais profundas e que são ordenadoras do/no social. O próprio da pedofilia é etimologicamente um contrassenso quando pensado nas atuais circunstâncias. *Paidós* em grego quer dizer criança, e *filéo*, da mesma língua, quer dizer amar

fraternalmente. Portanto, em uma leitura deslocada da dinâmica sócio-histórica e literal, seria estranho que a prática de “amor fraterno por crianças” seja algo que a sociedade reputa como um crime hediondo. Mas, então, em que sentido a pedofilia seria uma construção ideológica?

Poderíamos ser levados a pensar que tratar a pedofilia como uma construção social é pensar as relações sexuais entre adultos e crianças como um fenômeno típico de nosso tempo. Isto não procede. Estudos (como o da **História da Sexualidade** desenvolvido por Foucault) dão provas de que relações sexuais entre adultos e infantes é uma prática arraigada nas sociedades também do ponto de vista histórico.

A naturalidade de pensar que se trata de um fenômeno tipicamente hodierno vem da superexposição (característica do modo espetacularizado de discursivizar sobre na mídia) midiática que tal discurso vem recebendo. Portanto, falar numa construção sócio-ideológica da pedofilia não significa falar na irrupção de um fenômeno novo, e sim de falar como a mídia, em seus modos de arranjar, simboliza a (re)produção de uma gama de significações de aparência *nova* (atual, pertinente) para uma prática historicamente recorrente. É dizer que somente em nossas atuais condições de produção faz-se possível, pela via da retomada interdiscursiva, que essas relações sexuais sejam (re)significadas como *abusos*.

Como sustentar o discurso de que a relação sexual entre adultos e crianças é algo hediondo, num contexto em que os pequenos ainda não apareciam como sujeitos de certos direitos inalienáveis? Como sustentar o discurso de que estas relações são criminosas quando ainda não havia a compreensão naturalizada da infância como fase inicial da vida, circunscrita pelos interditos da sexualidade genital? Não seria possível uma criminalização das relações sexuais entre adultos e crianças numa sociedade onde aqueles valores infantis não existissem, isto é, onde eles não fossem ideologicamente aceitáveis.

A pedofilia, portanto, só pode ser significada como violência profunda e como crime hediondo, cometido contra uma criança, em um contexto histórico e ideológico que construiu e naturalizou o conceito de infância como fase imaculada da vida, onde a sexualidade genital é compreendida como desvio precoce num processo de maturação do corpo infantil.

Queremos salientar, ainda, que o discurso midiático, em sua ordem simbólica, impõe-se aos sujeitos sociais como um 'outro' imediato, aceito socialmente como mediador, tomando para si a posição de quem tem, não apenas o acesso, mas a autorização – constitucional – para proceder em suas práticas no meio social. Em seu lugar legitimado, a mídia segmenta o que dizer sobre a saúde, a sexualidade, a violência, o lazer, a cultura... e sobre os sujeitos, assim como 'se coloca' no lugar do cientista, do educador, da família, do médico, etc., num processo de reiteração sedimentado em uma aparente posição de mediação social - técnica e positiva, tomada pelo ideológico e marcada na historicidade.

Dando continuidade à nossa reflexão acerca das identificações simbólicas, na teoria proposta em Pêcheux ([1975] 2009), tais identificações agem no sentido de garantir o silenciamento de outros sentidos possíveis. Quando a mídia age (simplifica, temporaliza, segmenta) sobre os discursos sociais (como exemplificamos com o discurso da mídia sobre a ciência presente no AS3), não é improvável que sobreponha seu funcionamento discursivo ao discurso da própria ciência, com suas práticas de pesquisa comerciais e suas condições de produção. Esse recobrimento funciona produzindo uma identificação com o valor-mídia que ali se apresenta; ou produzindo a ilusão de abarcar todo saber, a partir da *descoberta* mais recente da ciência dada à materialização textual como objeto, justamente porque esse objeto vem materializado sob um efeito de encantamento, num movimento de captura imaginária. Há, dessa forma, um achatamento, uma horizontalização da memória social e das relações de sentido.

Trabalhar com as relações de sentidos na mídia é, antes de qualquer análise, um processo de leitura histórica. Portanto, a produção/leitura dos objetos midiáticos, seu modo de funcionamento, a relação entre memória e arquivo, e o posicionamento do sujeito nos acontecimentos discursivos que se dão na mídia, assim como nas filiações que atravessam os meios, são dadas à análise discursiva na medida em que funcionam interdiscursivamente.

Consideramos que uma produção discursiva qualquer na mídia – notícia, *weblog*, fórum de debates em portais, quadrinhos, anúncios, revistas de informação, programa de auditório, comédia, *talk show*, sequência musical no rádio – apresenta projetos de interlocução tão díspares que podem desafiar qualquer estrutura conceitual unificada, justamente aquela que pretende dar conta destes

fenômenos no todo discursivo. Essa heterogeneidade de formas e conteúdo estão, entretanto, regularizadas em seu modo discursivo de identificação e produção de sentidos no espaço urbano em que a mídia exerce suas práticas.

A partir da constituição do espaço urbano como sendo constituinte do social em que a mídia discursiviza, chamamos a atenção para um ponto determinante de nossa tese que culminará nas efetivas análises desenvolvidas na parte III e que se estruturam a partir de uma designação que funda o nosso recorte metodológico e delimita nossa posição teórica e analítica: a de arranjo simbólico (AS). Tomemos um recorte como ilustração e abertura de nossa explicitação teórica e metodológica:

### Recorte 11 – AS1

#### Arranjo Simbólico – AS1



A nossa escolha pela designação **arranjo simbólico**<sup>33</sup> se deve a todo o processo de construção da tese, que envolve conceitos da AD – posição teórica e nossa leitura do corpus - e que vê, no espaço midiático em que as publicações impressas são produzidas e postas em circulação, a marca de divulgação e atratividade em um lugar (o fronte, a face material, que expõe visceralmente a revista e o que ela quer destacar) cujas posições são mobilizadas para a produção de efeitos de sentido a todo o momento.

A mídia, segundo Orlandi (2007), põe a linguagem em funcionamento. Essa linguagem, nas publicações de mídia impressa, é arranjada, mas esse arranjo não se limita a uma ordem material de forma, cor e conteúdo, ou mesmo da exposição majoritária do fato do momento que ganha espaço de destaque; vai além, pois traz em sua textualidade elementos tomados em um imaginário já instituído e que faz o discurso funcionar (fazer sentido) em suas diferentes textualidades. Sendo assim, é dado ao gesto, “o gesto de interpretação” que, “[...] fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é arranjo)” (ORLANDI, 2007, p. 17). É arranjo porque traz consigo o mecanismo de antecipação, no qual “todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ [...]. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (ORLANDI, 1999, p. 39). Além disso, é arranjo porque deixa vestígios das relações de forças da posição ou posições dos sujeitos envolvidos no processo discursivo, já que podemos dizer o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.

Para nós, o arranjo simbólico ganha contornos de conceito teórico-metodológico singular no trabalho de análise da mídia sob o qual nos debruçamos, em função de compor nossa base principal de norte teórico, de inspiração em Pêcheux ([1975] 2009) e Orlandi (1999), donde figuram a heterogeneidade de sentidos possíveis em nosso social e a formação ideológica. Ambas fazem-se presentes na materialidade das redes parafrásticas que retomam sentidos em uma repetição sustentada no saber já interdiscursivizado.

---

<sup>33</sup> Grifo nosso.

A questão que singulariza o arranjo simbólico como conceito se deve a um processo complexo e determinante na produção discursiva no âmbito social midiático: o processo de constituição, formulação e circulação (ORLANDI, 2001).

Sobre a relação de arranjo simbólico com o processo de constituição, formulação e circulação na mídia, entendemos que no processo de constituição dos sentidos temos o trabalho da memória (interdiscurso), a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos produzidos a partir dessa posição-sujeito. Já no processo de formulação, temos a relação do discurso com o texto que atualiza a memória em presença, a individualização do sujeito pela sua função-autor. No processo de circulação, temos o funcionamento das circunstâncias de enunciação e a experiência de mundo (os fatos, os acontecimentos, os seres) como elementos desencadeadores e os sujeitos sociais que assumem a função-autor em seus percursos (por onde circulam), nas diferentes materialidades. O encadeamento da constituição, formulação e circulação discursivas é que dão corpo ao arranjo simbólico, em seu manuseio cotidiano, e que sustentam a (re)produção de sentidos em um contínuo movimento discursivo<sup>34</sup>.

Esses três processos funcionam simultaneamente no discurso da mídia, e tanto o sujeito quanto o sentido são afetados por eles. Um sentido é como ele se constitui, como se formula e como circula. E o sujeito em sua função-autor tem sua forma afetada pelo meio social/cultural em que se constitui e se identifica ideologicamente.

Para compreendermos a pertinência que estabelecemos (ORLANDI, 2001) entre constituição, formulação e circulação do sentido, trataremos do funcionamento do processo de formulação, sobre o qual Orlandi (Ibid.) elabora uma teoria sobre os fatos como versões que constituem a discursividade da mídia e que apontam às evidências de sentido. Uma circulação de sentidos cujas vozes se entrecruzam na construção dos mais diversos sentidos. A mídia impressa – como é o caso de nosso objeto de estudo - cria, diariamente, conflitos de vozes que precisam ser filtrados, para que a chamada plurivocidade interpretativa possa ter,

---

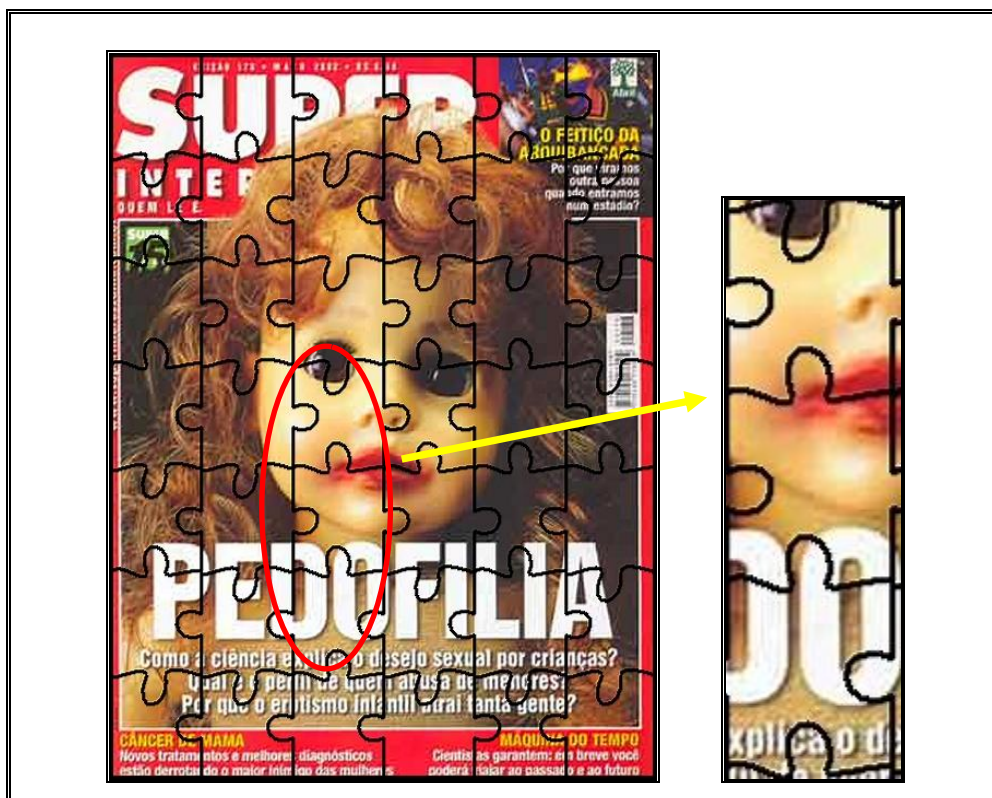
<sup>34</sup> O esquema que dá visibilidade a esse movimento discursivo está na página 34.

de certa forma, possíveis pontos de chegada, que não nos deixem inteiramente à deriva.

No arranjo simbólico a diferença entre formulações – versões - é significativa, não ocasional e atual, como se pretende. Ela representa uma relação (filiação) do texto com o discurso e deste com a memória discursiva. Portanto, situa-se nas mediações entre o real da textualidade em si e o real da história, fazendo sentido na medida mesmo em que materializa sua especificidade.

O conceito de arranjo simbólico só existe na relação do processo de constituição – formulação – circulação. Neste, sujeito, memória, história e movimento de sentidos confluem para que a discursividade tome forma e (re)produza sentidos. É como um quebra-cabeça, usando uma metáfora explicativa de nossa formulação conceitual, onde as peças não são uniformes, mas estão pré-construídas e produzem sentidos no todo complexo de montagem, a partir do modo como as peças são desenhadas e depois encaixadas. Encaixe que só se efetiva no lugar para o qual o recorte foi produzido (o encaixe do interdiscurso e da formação ideológica). Observemos a ilustração metafórica de um recorte de nosso corpus, a qual ilustra a explicação do conceito de arranjo simbólico que propomos:

## Recorte 12



Pensando nossa questão teórica de arranjo simbólico, a metáfora do quebra-cabeça faz sentido na medida em que o arranjo simbólico significa em sua interrelação nas diferentes textualidades. Textualidades que não podem ser analisadas separadamente (como a dicotomia verbal x não-verbal), pois, independente de suas formas textuais, são arranjadas na dependência interdiscursiva de sentidos possíveis, tomados em uma formação ideológica que orienta a “montagem” e, portanto, as versões que se alinham a determinados sentidos e que produzirão efeitos de sentido.

No recorte que mostraremos a seguir, podemos visualizar a reunião dos arranjos simbólicos que compõem nosso corpus, dando ênfase à conjunção de versões e sentidos que eles materializam e que nos propomos a analisar:



## Recorte 13



Em meio à heterogeneidade textual constitutiva do discurso da mídia e sua constituição historicamente determinada, entendemos a mediação necessária em que o simbólico opera no discurso. Dessa forma, entender como essa discursividade é arranjada passa a ser processo determinante na compreensão da produção de efeitos de sentido.

## *Parte III*

## CAPÍTULO III

### O DISCURSO DA VIOLÊNCIA DA MÍDIA DO ESPETÁCULO

#### III.1 O movimento parafrástico da mídia: arranjos e sentidos

*“Se tudo termina em visibilidade, que é como o calor na teoria da energia, a forma mais degradada da existência, o ponto crucial entretanto é conseguir fazer dessa perda de todo espaço simbólico, dessa forma extrema de desencantamento da vida um objeto de contemplação, de sideração e de desejo perverso”.*  
Jean Baudrillard

Se considerarmos o lugar institucional e social dos meios de divulgação bem como as recentes formas de desenvolvimento de ferramentas da comunicação eletrônica, estamos diante de aspectos de reflexão que perpassam nosso estudo do discurso na mídia e que são parte do tecer de nossas análises. Esse espaço social em que a mídia desenvolve suas práticas não se constitui dos traços sociológicos empíricos — classe social, idade, sexo, profissão —, mas das formações imaginárias que vão sendo alinhadas a partir das relações sociais que funcionam no discurso, tal como o imaginário que se tem de um pai, de um país e sua identidade, da infância, de uma criança, etc. Há, em toda textualidade, mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significada.

Em uma relação aproximativa com o conceito lacaniano de imaginário<sup>35</sup>, Pêcheux ([1975] 2009) define que as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. As formações imaginárias se manifestam, no

---

<sup>35</sup> Segundo Lacan, "quando dizemos que o eu nada sabe dos desejos do sujeito, é porque a elaboração da experiência no pensamento de Freud no-lo ensina. Essa ignorância não é, pois, uma pura e simples ignorância. Ela se manifesta, concretamente, no processo da Verneinung (denegação), o que, no conjunto estático do sujeito, se chama desconhecimento" (LACAN, [1953-1954] 1986, p. 194). Em outro lugar, acentua que "o eu é uma construção imaginária. O fato de ele ser imaginário não retira nada a este pobre eu - diria até que é o que ele tem de bom". E mais adiante, "Descartes não sabia [...] que o sujeito do inconsciente se manifesta, que isso pensa antes de entrar na certeza" (LACAN, [1964] 1990, p. 40).

processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o sujeito projeta uma representação imaginária do seu interlocutor e, a partir dela, estabelece suas estratégias de formulação discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo discursivo dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os discursos possíveis e imaginados.

No transcorrer deste processo social e discursivo, observamos no embaraçamento das materialidades textuais em nosso corpus, que a imagem, arranjada simbolicamente, passa por um processo de produção ligado às formações imaginárias ideologicamente determinadas em sua corporalidade historicizada. Como materialidade formulada por instituições (sujeitos) de comunicação – no âmbito das práticas da mídia impressa, a imagem tem lugar, no imaginário, e em tudo que o constitui por uma via vertical (do interdiscurso) pré-construída que se marca no processo de formulação subjetivado na mídia. Explicitaremos a constituição pré-construída a qual nos referimos a partir da questão/tema que é tomada como regularidade e recorte em nosso corpus: a violência e sua relação com as versões tidas como factuais no âmbito social de (re)produção de sentidos na historicidade de nosso país.

O percurso histórico da violência em sociedade é presente em nossa construção social. O Brasil nunca esteve livre das marcas profundas do conflito e da violência evidenciados pela enorme diferença sociocultural, pela disparidade de renda, pelo passado escravocrata, pelas políticas autoritárias. A partir da primeira parte da década de 1980, o tema da violência ganha espaço crescente na mídia por uma via que se mostra heterogênea na superfície versada em nosso corpus, mas que, no entanto, é ideologicamente marcada em uma horizontalidade já simbolizada nos entornos dos já-ditos possíveis sobre a violência em suas diferentes manifestações.

Não podemos perder de vista, ainda, que a violência sempre esteve presente em qualquer coletividade, pois a luta e a disputa são fundamentos de qualquer relação social. Entretanto, a violência como fenômeno, possibilidade de negociação, de redefinição do entendimento da realidade, de construção de um novo conceito

sobre uma dada realidade, é deslocada para fora da arena da mídia, daí a importância de pensar o dentro e o fora, em termos de condições de produção no momento de análise.

Convém explicitar que observamos a temática da violência posta em circulação a partir de uma perspectiva em que a espetacularização é o que dá corpo à reformulação, ou melhor, à reorganização do espaço público, assim como do espaço privado, pois os clamores por menos violência na mídia dizem respeito àquela violência dada ao choque - espetáculo, como é o caso da violência física contra a criança, potencializada por retoques e disfarces, explicitando formas e práticas classificadas como cruéis e repulsivas. Ora, aqui, o discurso midiático não é o da apresentação dos fatos, mas uma ou mais versões da construção do real de um discurso sobre a violência que transcorre no funcionamento social. Nessas condições, há o silenciamento da multiplicidade de sentidos possíveis para nomear e narrar uma dada realidade assim como a fixação de apenas alguns relatos e imagens sobre ela. Simbolizam-se parafrásticamente os efeitos da ideologia que naturaliza certos sentidos e dizeres como indesejáveis (PÊCHEUX, [1975] 2009). É essa a voz que intervala, apaga, altera, dá destaque e costura a veia ideológica de todas as vozes e sujeitos implicados no processo de (re)produção de sentidos.

Em nosso corpus esta relação dos textos com a exterioridade é marcante (em sua historicidade) e marcada na textualidade da imagem. Vejamos um exemplo de como vemos esta articulação dos sentidos e da ideologia em um dos arranjos simbólicos (AS2) que constituem nosso corpus de análise:

## Recorte 14 – AS2



O recorte aparenta ser de duas jovens; sim, aparenta, pois tratamos de descrever a imagem discursivamente e as formas da imagem que estão na superfície textual. A composição imagética do vestuário, da postura, da exposição do corpo, do lugar – a calçada, a rua - e do arranjo que é corporificado nesta mídia nos conduzem a um pré-construído no efeito de identidade juvenil e feminina (sendo que a questão de gênero, aqui, é parte descritiva do arranjo, e não o foco teórico e analítico) em sua superfície textual. Até aqui, trata-se de uma observação descritiva, senão pela observação de um vestígio discursivo flagrante: a exibição da face não-aparente da textualidade imagética em questão (mostrada pelas setas indicativas). Esta marca nos conduz a um lugar de sentido que evoca uma relação para além da imagem em seus traços e materialidade semiótica.

Os rostos borrados e não identificáveis não são marcas estranhas – não se prestam ao efeito de estranhamento, na medida em que conhecemos e fazemos parte de um complexo social (um lugar social letrado e consumidor dos produtos ditos informativos de mídia) regado e institucionalizado em um estado de direito regido por leis que são de domínio público.

De acordo com Audoin-Rouzeau (2008, p. 404) o rosto é “a parte mais humana do homem” e a divulgação de rostos não-aparentes é recorrente na mídia. Esta regularidade já funciona no senso comum e está amparada em base legal<sup>36</sup> (no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), fundamentada no discurso de proteção à imagem de crianças e adolescentes<sup>37</sup> em situação de risco, violência ou qualquer exposição remissiva a danos físicos e/ou morais em âmbito público de divulgação.

Os indícios materiais (técnicos) e descritivos do recorte do objeto (roupa, postura, lugar, enquadramento, etc), fora da observação das condições de produção e suas ressonâncias históricas tomadas nos sentidos da atualidade, declinam. É a história e a ideologia social que nos permitem dar visibilidade a sentidos da infância e da violência que invocam memórias interdiscursivas, da prostituição infantil e do seu lugar social no cerne da violência contra crianças praticada em nosso País, já ideologicamente naturalizadas e ressignificadas. Este é o nosso enlace para dar corpo aos recortes de análises que serão desenvolvidos nos próximos subcapítulos, tendo como orientação que “a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história” (ORLANDI, 2007, p. 18).

Entendemos, assim, que a formulação dá corpo aos sentidos versados em questão, e, ao ser posta em circulação na sociedade via mídia, o arranjo simbólico é dado a gestos de interpretação<sup>38</sup> alinhados a memórias e sentidos já instados no social.

Para nós, embasados na teoria pecheutiana, os sentidos estão materializados em nosso corpus em uma rede de paráfrases que sustentam o ideológico como constitutivo do discurso. Esta rede é recortada por nós em sequências que são indícios da ideologia do espetáculo reproduzida pela mídia em versões

---

<sup>36</sup>O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) entrou em vigor em 13 de julho de 1990, substituindo o antigo Código de Menores, Lei Federal nº 6.697 de 10 de outubro de 1979.

<sup>37</sup> “Art. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, **ao respeito** e à dignidade como pessoas humanas em **processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais** garantidos na Constituição e nas leis”; [...] Art. 17 - O direito ao respeito consiste na **inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral** da criança e do adolescente, **abrangendo a preservação da imagem, da identidade**, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL 1990). [grifos nossos]

<sup>38</sup> Segundo Orlandi (2007, p. 18), “o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

(re)produzidas em uma ordem de horizontalidade repetida, ainda que tomadas em uma aparência de criatividade e de atualidade tecnológica, bem como do interesse público em saber sobre os sentidos que são simbólicas no espaço social. Um espaço social em que a visibilidade do rosto<sup>39</sup> perpassa uma historicidade expositiva da impressão (do efeito imediato, direto) da emoção, como uma janela, uma entrada, um lugar que acumula a discursividade da aparência de trazer à tona uma verdade e/ou do íntimo deflagrado pelas marcas da expressão simbólica. A face como cartão de visita, lugar de exposição, de identidade, é um modo ocidental de significar naturalizado e marcado no convívio social.

Segundo Debray, em seu estudo sobre a imagem e a história do olhar no Ocidente, “pensar a imagem supõe, em primeiro lugar, que não se confunda pensamento e linguagem. Já que a imagem faz pensar por meios diferentes de uma combinatória de signos” ([1992] 1993, p. 40). Para o autor, a marca da nossa era é a força da imagem e da aparência, de modo que o que está por trás dessa imagem, a aparência e o espetáculo, fica diluído pelo poder econômico.

Em nossa posição teórica de leitura e análise, entendemos que a imagem é, sim, uma marca discursiva significativa de nosso tempo (como já desenvolvemos na primeira parte de nossa tese), no entanto sua força e suas relações com o poder econômico, político e social não estão por trás<sup>40</sup> da imagem; acrescentamos, isso sim, que elas são constitutivas de sua materialidade e da exterioridade que as fazem funcionar. Este aspecto de leitura discursiva é o que dá visibilidade à ideologia e o que possibilita a análise da imagem como parte do arranjo discursivo na mídia, em nosso tempo presente.

Nos recortes em questão do nosso corpus, consideramos que a paráfrase é estruturante da discursividade na imprensa (mídia) e entendemos que ela está marcada de modo singular na tessitura da imagem, já que elenca pré-construídos da violência tomados em uma historicidade. “Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la” (ORLANDI, 2007, p. 16).

---

<sup>39</sup> Abordaremos o rosto como materialidade discursiva regular que marca o ideológico no discurso da mídia na sequência do capítulo III.

<sup>40</sup> Grifo nosso utilizado como forma de enfatizar nossa posição teórica de que a ideologia não é ocultação, e sim constituição do discurso.



No intuito de dar visibilidade a este processo discursivo que descrevemos, levamos em conta o efeito de unidade em que os arranjos simbólicos são construídos e a textualidade imagética que os constitui.

Seguindo nossa proposta de trabalho analítico, é mister considerarmos, como já desenvolvemos nos capítulos anteriores, a produção do discurso no espaço de mídia impressa como produção para o consumo. Não objetivamos, portanto, discutir a legitimidade das maneiras de (re)produzir sentidos que caracterizam o processo de produção de fatos de linguagem midiática, tampouco refletir sobre níveis de influência dos produtos de mídia na vida dos sujeitos em sociedade.

Nossa análise dá atenção, no espaço de discussão da posição social que a mídia (na prática de imprensa) assume, para o fato de que a produção dos objetos de consumo na mídia é regulada por empresas que já abandonaram o papel (ou nunca o desempenharam) de prestadoras de serviço, como divulgadoras imparciais e desinteressadas dos acontecimentos sociais e promotoras de entretenimento em massa, muito embora mantenham a posição de formadoras de opinião e propagadoras de modelos de comportamento.

Com efeito, há na imprensa atual uma orientação que privilegia a expressão de sentidos latentes e (e por que não dizer parcialmente inconscientes?), cuja manipulação técnica exerce influência sobre amplos setores (sociais e, portanto, institucionais) da sociedade. O caráter ideológico presente é o fio motivador na formação do discurso, o seu grande regente.

Se a discursividade da mídia, em sua materialidade, (re)instaura sentidos, não o faz de forma isolada, desconectada; ela, antes de ser analisada como peça única, fora do jogo da história, deve ser concebida de forma mais ampla. Na garimpagem das buscas por processos de significação, ela deve ser observada como pertencente a uma formação ideológica, o que não quer dizer que esta leitura discursiva possa ter tantas interpretações quantos leitores nela se debruçarem. As condições de produção desses discursos, calcadas na história, limitam os laços que podem unir texto e sentido, pois nada pode se dar fora dessa macroestrutura e de seus infundáveis conflitos. Os sentidos estão em movimento e não se dão em uma lógica positivista. De acordo com Orlandi,

[...] os sentidos não nascem *ab nihilo*. São criados. São construídos em confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente, as instituições. Os sentidos, em suma, são produzidos (1993, p.103)<sup>41</sup>.

Se para Orlandi (1993) há um processo produtor de sentidos, lembramos que para Pêcheux (1999) a unidade do discurso é um efeito de sentido. Orlandi explica que: “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (1999, p. 15). Os discursos se movem em direção a outros. Nunca estão sós, sempre estão atravessados por vozes que o antecederam e com quem mantêm constante duelo, ora o legitimando, ora o confrontando. Compor um corpus recortado na mídia implica observar a rede de sentidos posta em funcionamento.

A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem furos; e não é estável, porque os sentidos podem passar e adentrar por essas brechas a cada momento. Diríamos que o discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; “só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não sistêmico, o não representável” (INDURSKY, 2005, p. 20). Isso faz com que o sentido do discurso não seja dado *a priori*, pois a unidade é construída pela relação de sentidos, que é histórica e que mantêm relação com uma ideologia. Somente nesse espaço o discurso pode camuflar sua polissemia.

Na análise discursiva dos sentidos reproduzidos na mídia de nosso corpus, o que é da ordem do visível se formula por meio de uma rede parafrástica<sup>42</sup>. Tal rede é um conjunto complexo de identificações em torno do mesmo, do repetível e do socialmente estabilizado, que circunscreve certa regularidade acerca de objetos simbólicos – imaginário de beleza, de maternidade, de sexualidade, de infância, etc. -, em relação ao quais os sujeitos ‘selecionam’ as versões que irão compor seu discurso.

A partir dessa ideia de que o discurso não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto (PÊCHEUX,

---

<sup>41</sup> Grifos da autora.

<sup>42</sup> O conceito de parafrase está explicitado no na parte I de nossa tese.

[1983] 2002), entendemos que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em “redes de significantes”. Assim, está formulada a relação entre a discursividade, o social e o histórico da maneira peculiar com que o faz a Análise de Discurso. As noções de paráfrase e de metáfora (transferência) vão sustentar procedimentos analíticos nos quais as filiações discursivas promovem a análise baseada no fato de que os sentidos são sempre "relação a". Daí a necessidade metodológica de se construir um dispositivo teórico da interpretação, em que a paráfrase é formulada, para se compreender os fatos discursivos na mídia, ideologicamente marcados pela produção dos sentidos em seus efeitos (ORLANDI, 1995).

Por seu lado, o histórico, deslocando-se, acarreta uma ressignificação do que se pensa como dado, abrindo a perspectiva para o trabalho com a noção de fato (funcionamento). Não há corpus inaugural, já pronto. O que se tem como objeto é o fato de linguagem, com sua memória. Em sua construção, o analista é colocado em confronto com a abertura do simbólico: no movimento dos sentidos que se dão no percurso de sustentação teórica e analítica. Isto quer dizer que a construção do corpus não ocorre completamente antes da análise, mas na medida em que esta se desenrola. É nesta direção que construímos nosso percurso de análise desde o primeiro capítulo. Courtine fala a respeito de uma concepção dinâmica do trabalho sobre o corpus. Para o autor, o corpus deve ser considerado como

[...] un ensemble ouvert d'articulations dont la construction n'est pas effectuée une fois pour toutes à l'état initial de la procédure d'analyse: on concevra ici une procédure d'AD comme une procédure d'interrogation réglée de données discursives qui prévoit les étapes successives d'un travail sur corpus tout au long de la procédure elle-même ([s.d.], p. 58).

Esse conjunto aberto de articulações se constitui de acordo com o procedimento de análise e a partir das questões que vão sendo formuladas sobre tal conjunto. Deste modo, o procedimento de análise pode ser definido de formas diversas em relação ao corpus. De modo geral, a partir de Pêcheux como referência dos estudos em Análise de Discurso, havia um procedimento por etapas nas quais a análise linguística era feita de forma autônoma, como um pré-requisito para a análise discursiva. Posteriormente, essa autonomia foi sendo substituída por uma

alternância de momentos de análise linguística e análise discursiva. De acordo com Pêcheux,

[...] a escala completa aquém deste esquecimento pressupõe não apenas que coloque em evidência a formação discursiva subjacente ("matriz de sentido" da qual o atual processo da AD permite localizar alguns traços), mas supõe também a captação das relações de defasagem entre esta formação discursiva e o inter-discurso que a determina ([1969] 1990, p. 181).

A fim de dar visibilidade às marcas de estabelecimento ideológico pertinentes, observamos os processos discursivos em jogo, o que mostra a necessidade de fazermos recortes de acordo com os objetivos de análise.

O que é da ordem do invisível remete igualmente a um todo complexo, porém entrelaçado pela possibilidade polissêmica latente que pode fazer emergir a diferença no interior das regularidades. Isso se daria via uma rede interdiscursiva, que comportaria todo o conjunto possível de imagens-texto, aquelas esquecidas, negadas, isto é, aquelas que não se inscreveram na superfície textual de formulação, mas que estão marcadas na história e na instância ideológica constitutiva do discurso.

O sentido só deve ser teorizado e interpretado a partir da correlação entre os elementos visíveis na textualidade formulada e entre aqueles que estão espalhados, dissipados nos conflitos históricos, e que não se encontram explicitados nas materialidades textuais, mas que se deixam entrever como um inquietante retorno de elementos que possibilitam a existência de outros sentidos.

Contudo, mais do que descrever a fundamentação ideológica na mídia que constitui os arranjos simbólicos analisados, queremos enfatizar que esta interpelação não se dá simplesmente pelas novas tecnologias de linguagem, isto é, pelas possibilidades empíricas das múltiplas materialidades textuais, inseparáveis na produção de efeitos de sentido. A questão, em nosso ver, é mais contundente. Esse poder de interpelação se exerce não apenas porque opera a partir da formação discursiva mercantil, mas, sobretudo, na base de respectiva formação ideológica, a exemplo da ideologia religiosa e da ideologia jurídica que perpetuam não só valores, como também práticas de como se comportar, o que dizer, entre outras que fundamentam os sujeitos e as posições por eles ocupadas.

Um dos fundamentos desta formação ideológica constitui-se justamente da heterogeneidade de sentido que produz, em sua discursividade, efeitos de dispersão com base na “língua de vento da propaganda” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004). A língua de vento se constitui de sentidos poéticos, polissêmicos, ambíguos, incompletos, insinuando liberdade de escolhas ao sujeito, sem que ele perceba os jogos sinuosos com que as formações discursivas advindas dessa formação ideológica determinam seus modos de formular, tomando-o na injunção à dispersão e ao desvanecimento das memórias coletivas.

Quanto à orientação dessa formação ideológica, com poder de imprimir a evidência do sentido (PÊCHEUX, [1975] 2009); de fazer crer nos sentidos reproduzidos até o ponto de o sujeito subjetivar-se discursivamente segundo essa crença; ela se condensa, em nosso ver, no sentido pré-construído, como é o caso das versões dadas ao discurso sobre a violência na mídia.

Dispersa e onipresente na mídia, pontualmente em nosso corpus de análise, a temática da violência imprime-se através de inúmeros textos. A injunção à violência infantil, partindo de um *modus operandi* espetacularizado, funciona em grande escala e se faz caminho para o atravessamento ideológico que se corporifica simbolicamente na textualidade. Este é um ponto crucial de nossa reflexão, essa similar onipresença que constitui um traço de poder próprio da sociedade e de seu funcionamento ordenado.

No entanto, a violência que temos de considerar em nosso corpus é, antes, uma marca social carregada de sentidos em sua historicidade. A violência é praticada de formas variadas em qualquer sociedade. A história da humanidade é escrita em nossos livros com ênfase nos grandes atos violentos praticados através dos tempos. O que nos chama a atenção, em um primeiro momento, é como as versões da violência, textualizadas, singularizam lugares de poder e marcas ideológicas que denunciam uma dada formação. Para explicitar nossa reflexão, trazemos um recorte de nosso corpus. Vejamos o AS13:

Recorte 15 – AS13



Para nós, a formulação do recorte AS13 marca-se neste espaço midiático de divulgação e reúne forças (sentidos) significantes que vivificam a interpretação de que as diferentes possibilidades de uma sociedade lidar com a violência estão ligadas às diferentes possibilidades discursivas de versar sobre a violência e os costumes nesta mesma sociedade.

No caso de nosso recorte em observação, AS13, o que é posto em circulação é uma versão de uma dada sociedade (a brasileira, sob influência direta de agências internacionais que propagam sentidos em escala mundial) sobre questões (não apenas sobre a violência) políticas, territoriais, religiosas e históricas, entre outras de outras sociedades. Sociedades essas discursivizadas na mídia brasileira em uma regularidade (horizontalizada) de dizer/mostrar identificadas pela máxima do confronto sem fim, como no caso da relação entre israelenses e palestinos.

De acordo com Bourdieu ([2001] 2001), com a mundialização há um crescente processo internacional de despolitização, que é acentuado e passa a repercutir em todo o funcionamento das instituições, entre as quais se destaca a mídia. Nas palavras do autor,

[...] o poder dos agentes e dos mecanismos que dominam atualmente o mundo econômico e social repousa em uma concentração extraordinária de todos os tipos de capital, econômico, político, militar, cultural, científico, tecnológico, fundamento de uma dominação simbólica sem precedente, que se exerce sobretudo através do domínio das mídias, elas próprias manipuladas, não raro à sua revelia, pelas grandes agências internacionais e pela lógica da concorrência que as opõe (Ibid., p. 61).

Analisando o recorte de nosso corpus e sua relação com uma história de embate repetidamente reiterada, podemos nos perguntar, em posição crítica das condições de produção aí presentes, o que está em jogo nesta discursividade: uma crença ou uma convicção? Ou ainda, nem uma coisa e nem outra? Ao repetir uma lógica opositiva direta (já um efeito de automatização ideológica) entre israelenses e palestinos e ao re-forçar o simbólico da guerra por lugar, território, na textualidade da multidão (em que “inocentes e os culpados” estão misturados) carregando seus mortos (em que a imagem da criança ferida/morta salta aos olhos ocidentais, tomados pelo espetáculo) e na manifestação corporal (as mãos em posição de

protesto), restringe-se o espaço da dúvida e da reflexão como possibilidade de atribuição de sentidos que não os já instaurados. Observemos o próximo recorte:

### Recorte 16 – AS13





A questão, tal como apresentamos em recortes, como possibilidade de outras versões, se perde, ou melhor, é segmentada e potencializada no lugar de divulgação em que se encontra. No arranjo simbólico carregado de sentido, há o encobrimento da dúvida, instaura-se uma certeza, a da violência e do ódio como remissivas da morte e do sofrimento em forma de protesto. Não sendo questionada a mostrar mais, a imagem produz o efeito de cristalização ideológica, no repetível, no óbvio e no sentido naturalizado.

Nossas observações singularizam o que queremos problematizar em nossa tese, o modo espetacular de a mídia discursivizar, ao mesmo tempo em que abrem espaço para seguirmos analisando este processo, nas sequências de arranjos simbólicos que recortamos, visando a compreender a construção parafrástica tomada pela ideologia fundadora de sua discursividade. É por este caminho que seguiremos nos próximos subcapítulos.

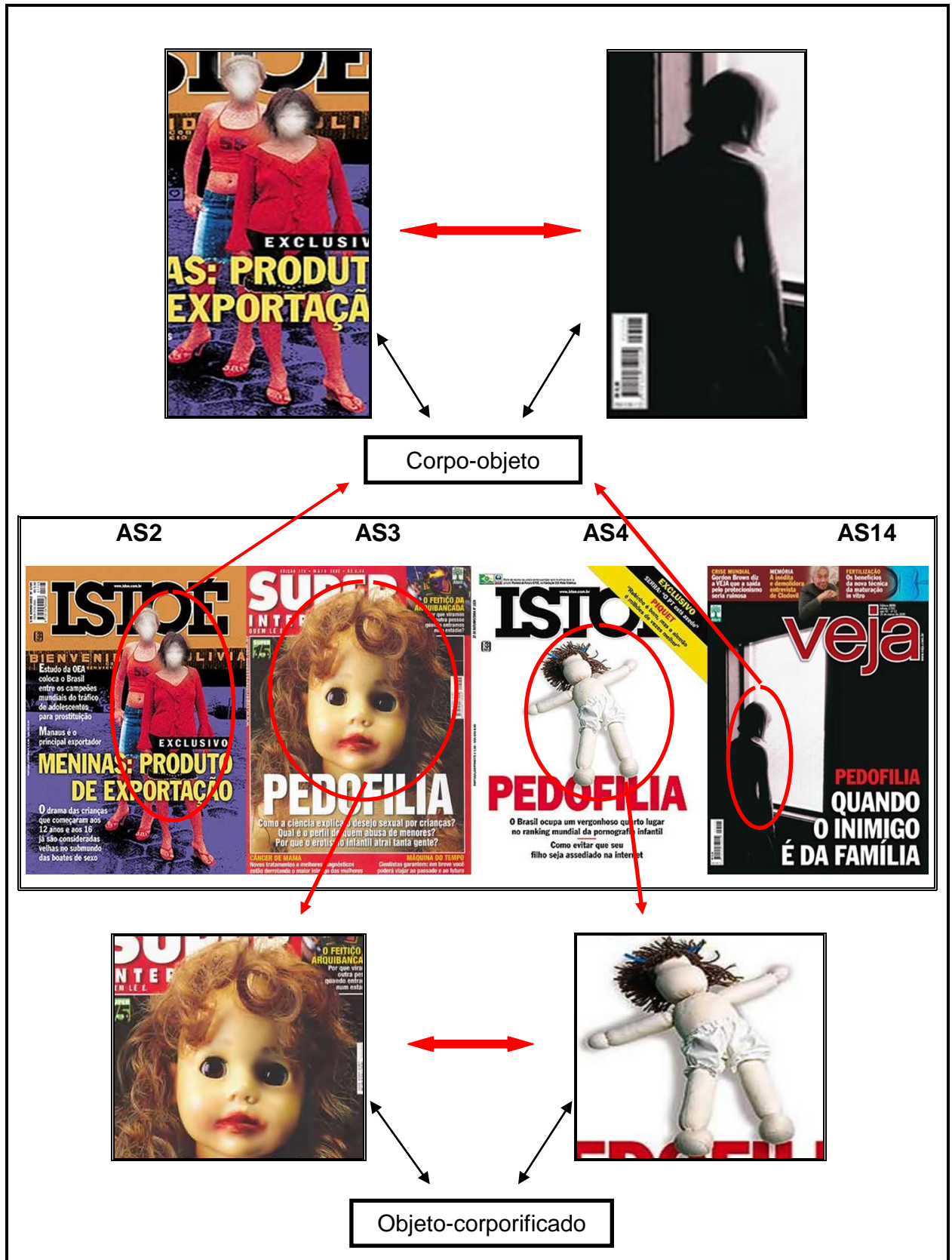
### **III.2 O espetáculo discursivo na mídia: a infância borrada**

Em nosso corpus, a paráfrase nos aproxima de uma discursividade de formas e versões, ao mesmo tempo em que sorrateira em sua aparência de mediadora de fatos e sujeitos sociais. Para dar visibilidade a este processo parafrástico e costurar nossa tese, tratamos de recortar o corpus em sequências de análise que marcam o lugar ideológico que, independente de ordem temporal ou temática presente nos arranjos simbólicos, acentua a posição da mídia na (re)produção de sentidos dados ao espetáculo.

Em nosso próximo recorte analítico, observamos uma constituição parafrástica que relaciona sentidos sobre a questão da pedofilia em um alinhamento discursivo da violência. Atentamos para a subjetividade ideológica que determina como as textualidades estão arranjadas em um entorno de sentidos da violência sexual que se atualiza na mídia.

Sequência Parafrástica 1 - A paráfrase do objeto sexual/poder

Recorte 17



O recorte 17 traz indícios do funcionamento da ideologia sob o viés de uma posição-objeto da criança em nossa sociedade. Nesse recorte, o efeito de objeto-sexual está marcado por uma remissiva da identidade subjetiva da infância e da erotização adulta. Ao mesmo tempo, tal efeito textualiza-se como denúncia ou pelo corpo-objeto, de face borrada, escondida ou apagada, ou pela substituição do objeto-corpo (o brinquedo – o lúdico do mundo infantil) dado como remissiva constituinte das práticas infantis regulares em nossa sociedade<sup>43</sup>.

Segundo a legislação vigente, crianças e adolescentes são Sujeitos de Direitos. A Constituição Federal e o ECA legislam a população infanto-juvenil como credoras de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, referindo-se à necessidade de proteção integral para assegurar-lhes o pleno desenvolvimento. Fica também explícito de quem é o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais: Família, Sociedade, Estado (artigo 4 do ECA).

No entanto, o efeito de *menorização* e de *coisificação* da infância, materializados nas sequências da boneca estragada e borrada ante o enunciado de pedofilia, além da outra boneca de pano jogada, simbolicamente abandonada sob o mesmo enunciado, são marcas de relações de poder praticadas em sociedade. Marcas que dão visibilidade aos sentidos de como a infância é impositivamente corrompida (e silenciada) quando práticas de violência e abuso sexual são auferidas. Essa repetição parafrástica ressoa em um deslize social diante da promessa de proteção à infância, uma vez que ao invés de usufruir da posição-sujeito de direitos, a infância é subjetivada como objeto submetido ao poder social.

O recorte que evidencia a face do brinquedo borrada, em uma materialização da boneca antiga, bem como da boneca de pano jogada – como um trapo; das meninas prostitutas na rua; e da criança desalinhada na escuridão (prostrada em um interior sombrio) diante da janela voltada para a luz (o fora, a possibilidade de ajuda) dispõe-nos a refletir sobre aspectos antagônicos de uma ideologia social individualista, historicamente reproduzida, onde a criança tem seu mundo lúdico e

---

<sup>43</sup> “ART. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - **brincar, praticar esportes e divertir-se;**

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação” (BRASIL, 1990). [grifos nossos]

ingênuo invadido pela violência dos sujeitos que seriam, em tese, seus protetores sociais.

Buscando subsídios na história, Ariès (1981), para dar visibilidade ao fio ideológico interdiscursivizado, entende que a infância, a partir da modernidade, passa a existir como um período da vida separado da vida adulta e protegida pelo amor parental. Segundo o autor,

[...] Entre o fim da idade média e dos séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto a seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiado a estranhos. [...] Essa família do século XVII, entretanto, não era a família moderna: distinguia-se pela enorme massa de sociabilidade que conservava. [...] A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família (Ibid., p. 270).

Ainda recorrendo à descrição da infância e do individualismo como constituinte do social, da instituição familiar, Calligaris (1994) postula que a mudança configuradora da família moderna deve-se ao advento do que o autor chama de individualismo. Calligaris (Ibid.) toma o individualismo como fundante de uma modalidade de laço social na qual a autonomia é o valor preponderante. Para nós, o valor autônomo do 'faça por si mesmo' vem movimentando sentidos e chega ao século XXI como valor de obrigatoriedade (portanto, ideologicamente naturalizado em sociedade) para o alcance do sucesso e de felicidade autônoma, uma obrigação de autossuficiência tomada discursivamente como ideal de felicidade e realização. Com isso, ponderamos, as crianças passam a serem incluídas nesse projeto individualista de tornar-se um adulto independente, até que a infância não tenha mais uma especificidade.

A história na posição de Ariès (1981) e as considerações psicanalíticas da construção do sujeito em Calligaris (1994) nos ajudam a pensar a historicidade da questão ideológica espetacularizada na mídia pelo viés da constituição social individualista que faz significar o lugar da infância na atualidade. Isso, na medida em que, diferentemente do sistema social de outrora – onde preponderava a relação de entrelaçamento com os antepassados –, o individualismo, arraigado no seio social,

traz consigo a subjetivação da imagem do sujeito autofabricado, arranjada na mídia como exacerbação simbólica da dor (na face da boneca), do abandono (criança/adolescente prostituindo-se na rua) e da superexposição que não identificam o indivíduo (os rostos não estão visíveis), mas dão contorno à subjetividade (o sujeito criança está marcado interdiscursivamente) própria de uma formação ideológica consumista/individualista, que significa o sujeito em posição de objeto, coisa a ser mostrada.

Um exemplo da problematização da ausência dessa especificidade do que seja o sujeito criança e da erotização, é o arranjo AS15. Nele, a imagem caricaturizada da criança 'pintada' (e não maquiada) reforça o efeito de exagero e mesmo a memória culturalmente aceita do uso de maquiagem e outros adornos nas brincadeiras infantis que, especialmente as filhas, costumavam e costumam usar na tentativa lúdica de parecerem mulheres.

#### Recorte 18 – AS15



No entanto, o que o arranjo marca simbolicamente vai além da repetição da brincadeira de criança. Ele nos propõe pensar na construção da subjetividade parafraseada da criança nos dias atuais, pela mídia. O mote da erotização social da infância - desde a precocidade dos eventos amoroso-eróticos, tais como os tocantes ao vestuário infantil, ao uso de cosméticos (maquiagens, sapatos com salto alto e afins), até a inclusão do corpo infantil no erotismo adulto efetivamente por meio de práticas sexuais, como ocorre quando há abuso sexual, prostituição infantil e turismo sexual - trata de tomar a criança como um produto de/para consumo. Fazê-la parte, portanto, do projeto (ideológico) que preconiza a realização da almejada felicidade (autonomia e realização pessoal - em que o sexual está incluso). Mais que isso, esse processo envolve a formação da identidade dos sujeitos, tributária da formação ideológica individualista e de consumo. De acordo com Costa (1999), vivemos em uma sociedade cuja incitação ao sexo é proliferada como mercado de sensações.

O abuso sexual a crianças, assim como a prostituição infantil e o erotismo em geral que circunda na infância em nossa sociedade, formam o que entendemos como sendo uma rede parafrástica partícipe de uma (con)vivência ideológica (re)organizada e significativa da relação simbólica entre sujeitos, gerações, história e tradições. A violência como estatutária social do abuso, por exemplo, é consequência dessa organização e relação simbólica. As crianças se encontram desprotegidas do laço familiar detentor dos poderes que ainda repercutem em nossa sociedade (dado como valor e função da família como instituição) e que poderia lhes conferir o lugar de filhos em relação a seus progenitores, ou devedores (estando a criança em posição de dependente) de sua condição de sujeitos, pois seria essa dívida a que os situaria em uma linhagem a partir da qual os lugares subjetivos se organizam.

No entanto, se cada sujeito se realiza por si mesmo (nesta ideologia individualista em que estamos imersos e que a mídia (re)produz sentidos), não é na referência à constelação familiar que ele tem lugar: o pai que abusa não é o pai, é um sujeito autônomo; o mesmo vale para a mãe que se torna cúmplice do abuso, e assim por diante. Portanto, o mesmo discurso que se sustenta subjetivamente na máxima da autonomia, como garantia de felicidade e independência, é o que bipolariza (limita e aprisiona) o lugar da criança, na sociedade atual, preconizando: seja criança e seja adulto, seja livre e se submeta. O discurso do irrealizável é o que

circula na mídia que analisamos, fazendo eco à promessa de proteção<sup>44</sup> (promessa institucionalizada, como é o exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente) à criança, o que não se realizará nessas condições de produção.

Pensar a questão da autonomia do sujeito a partir de nossa posição discursiva é um pilar sustentador para a compreensão do funcionamento social e dos modos de discursivizar que estão ligados ao lugar da mídia na sociedade. Neste ínterim, ousamos fazer uma breve aproximação do conceito de sujeito da psicanálise e sua contribuição na formulação do conceito de sujeito a que estamos vinculados teoricamente. Essa contribuição aponta uma aproximação importante para a questão ideológica individualista que estamos analisando, pois entende o sujeito dividido. Dessa forma, tanto a AD como a Psicanálise não tratam de um sujeito cartesiano, autônomo. Do ponto de vista lacaniano, o fato de o sujeito falar como um “eu-UM” mostra que ele ostenta a linguagem e, ao mesmo tempo, nela se perde. Temos aqui uma alteridade do simbólico produzindo o assujeitamento do sujeito ao campo da linguagem e indicando que inconsciente e linguagem têm a mesma estrutura. Retomando Pêcheux sobre a questão do sujeito ([1975] 2009, p. 163),

[...] “quando “o sujeito diz “eu”, o faz a partir de uma inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade”, [...] algo produzido após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro [...]. Ao mesmo tempo, pela inscrição no simbólico o sujeito se mostra em sua inserção na história, em outras palavras, é afetado ideologicamente.

Partindo da concepção cartesiana que se faz presente no ideológico da formação social, observamos que é a contradição no discurso de proteção à criança e o seu funcionamento na ordem social que dá visibilidade à constituição ideológica (re)produzida pela mídia que atentamos em nossa tese. Expliquemo-nos: na medida em que o poder público institui um estatuto de proteção à criança desde a ordem pública, considerando que ela não está suficientemente protegida no plano privado. A mídia toma posição de deflagrar o abuso como prática criminosa, tomada como

---

<sup>44</sup> Apesar de a ideologia individualista produzir este tipo de mandato, vemos no plano social o paradoxo de um plano público, entendido aqui desde a intervenção do Estado até os serviços de saúde e assistencial: todas essas instâncias teriam em comum a pretensão de resguardar a criança daquilo que a família não tem condições morais de fazer em situações pré-determinadas.

violência contra a criança, ao mesmo tempo em que seu desenvolvimento como uma maneira de ir ao encontro dessa política social de proteção. Assim é que a questão ideológica, que queremos enfatizar em nossa análise, se fortalece e mobiliza sentidos. Ou seja, consideramos que o poder público também reforça o mesmo ideal de autonomia, se posicionando, porém, diferentemente: tentando construir um simbólico ausente; ou, mesmo que dando assistência e “cuidando” (alimentando, oferecendo estrutura de moradia e lazer) da criança, se restringe a protegê-la da violência, mantendo o anseio individualista. A posição assistencial é cuidadora (individualista), mas não transformadora (coletiva), assim como a mídia (re)produz os sentidos versados como espetáculo dado a uma espécie de mercado da sensação.

Se há, como na reflexão de Costa (1999), um mercado de sensações e, se somos parte de uma sociedade em que “não há ninguém que passe hoje por dores que durem mais de 24 horas” (1999, p. 123), a não ser que elas sejam transmitidas em uma cobertura da imprensa sobre um estarrecedor caso de violência sexual infantil, ou um assassinato bárbaro que figura na primeira página do jornal e da revista, estamos assujeitados pela ideologia individualista a ponto de consumir sua reprodução como mero fato dado à informação. Os efeitos de estarrecimento se dão a partir desse modo de discursivizar que relaciona modos de dizer e imaginar ancorados em uma memória pré-construída do social.

Em nossa reflexão analítica, não entendemos ser obra do acaso que justamente a questão do abuso sexual seja posta em destaque nos arranjos simbólicos de nosso corpus. Isso porque tal questão traz consigo (interdiscursivamente), além da erotização infantil, marcas de uma formação ideológica de submissão do sujeito ao outro até que seja possível ao sujeito gozar da autonomia e da independência “libertadoras”, seja econômica e/ou emocional, frutificadas na ordem social.

Para dar conta dos ‘novos’ laços que envolvem as crianças em sociedade, retomamos os pressupostos da ideologia individualista marcadamente atual nos modos de discursivizar da mídia. Com essa formação ideológica, não há mais a reunião em torno do bem comum, ou seja, a continuidade e transmissão daquilo que é próprio a cada família, por exemplo. O que entendemos ser existencial no individualismo é um enaltecimento daquilo que cada sujeito pode fazer



autonomamente (construção cartesiana de sujeito dono de seus pensamentos e ações). As crianças, não aleatoriamente, têm lugar central neste ideal, na medida em que a elas é imputada a possibilidade de frustrar ou realizar tal aspiração. A questão que colocamos, então, é sobre qual lugar que passarão a ter os filhos (as crianças abusadas, vitimizadas ou não), nesse contexto, como sujeitos para além do tempo presente? Isso não está problematizado na mídia. O discurso na formulação dos arranjos simbólicos de *IstoÉ*, *SuperInteressante* e *VEJA* contribui, desse modo, para a produção de representações tidas como legítimas e, também, para a sedimentação de um efeito de passado no presente a ser mantido como verdadeiro, sustentando, assim, a edificação e a cristalização de uma memória sobre a violência e a posição de vitimização do sujeito de/para o futuro.

Referimos-nos ao conceito de representação, a partir do conceito de formações imaginárias explicitado por Pêcheux (1999), em que o sujeito projeta uma representação imaginária de seu interlocutor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é uma relação de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados.

### **III.3 O discurso da violência na infância: a construção do imaginário da vitimização**

*“Somente a pura violência é muda e por este motivo a violência por si só jamais pode ter grandeza”.*  
Hannah Arendt

Pensando discursivamente a violência e o tratamento dado pela mídia a essa questão, a partir da análise de nosso corpus entendemos que os atos de violência materializam-se e manifestam-se como atos violentos físicos, morais, psicológicos, econômicos, sociais, religiosos, sexuais, etc., também expressões de ideias, de sentimentos, de paixões, entre outros.

Trataremos, agora, de observar o segundo recorte de nosso corpus a partir do qual evidenciamos a paráfrase da vitimização do sujeito criança, em função de uma abertura discursiva que compreende a violência em seus aspectos simbólicos de manifestação, marcados em nosso corpus por sentidos pré-construídos da posição de vítima. Observemos a sequência a seguir:

*Sequência Parafrástica 2* - A paráfrase da **vitimização**

Recorte 19



No que concerne à interdiscursividade constituinte da sequência parafrástica do recorte 19, prescindimos explicitarmos que o modo como a mídia discursiviza sobre a violência é fruto também de um complexo de práticas de violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão interpretados de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social normalizada no cotidiano são determinantes para a estruturação do discurso.

Entendemos que a prática da violência, historicamente, inflige dor física, sofrimento e complexidade psicológica. O emprego da força para agir sobre alguém ou exercício de brutalidade, mediante emprego de armas, recurso aos golpes, à tortura, ao crime contra a vida, são alguns dos muitos sentidos de violência.

No caso de nossa sequência formulada como arranjo simbólico, entendemos que há uma costura ideológica da violência em sua manifestação prática: física – superdimensionada no rosto como lugar de espetacularização - e simbólica. Para nós, ambas têm como fio a construção da identidade subjetiva da criança como sendo interdiscursivamente estruturante e dada ao efeito de dor, sofrimento.

Neste recorte, vamos nos deter na violência simbólica, a dor não-aparente como eixo parafrástico de análise. Nesse caso, Bordieu (1997), com seu conceito de violência simbólica, nos auxilia na compreensão das motivações profundas que se encontram na origem da aceitação de atitudes e comportamentos de submissão.

Nas relações sociais em que o vínculo é de domínio/submissão, os dominados, inconsciente e involuntariamente, assumem os valores e a visão do mundo dos dominantes, desse modo tornando-se cúmplices da ordem estabelecida, sem perceberem que são as primeiras e principais vítimas dessa mesma ordem. Não são violentados nem por palavras nem por atos, aparentemente não há coação nem constrangimento, mas a violência continua lá, sob forma sutil e escondida, sob forma de violência simbólica: o modo de ver, a maneira de valorar. As concepções de fundo são as dos dominantes, e os dominados ignoram totalmente esse processo de interpelação e partem ingenuamente do princípio de que essas ideias e esses valores são ou precisam ser os seus. Constitui-se, portanto, uma ordem de formação ideológica.

A relação de domínio não é entendida como uma relação de força na qual o mais forte impõe a regra e a norma ao mais fraco é aceito como um dado, uma

inevitabilidade e desse modo é naturalizada. Acontece, ainda, que as instituições religiosas, políticas, sociais e culturais e, mais especificamente a mídia, unem-se no sentido de reforçarem esta característica. Em nosso entendimento, a partir do postulado de Bourdieu ([1994] 1997) e de nossa posição teórico-discursiva, a mídia alavanca o ideológico da vitimização como consequência lógica e natural da violência, seja a simbólica ou a física, parafraseada sob a forma de uma horizontalidade discursiva de valoração pré-construída da vitimização.

Poderia parecer que a violência simbólica se exerce apenas sobre os dominados, mas acreditamos que o processo não seja simples assim. Segundo Bourdieu (Ibid., p. 22), “a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e, também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Para que o domínio se perpetue e não seja percebido e denunciado, é preciso que não só as identidades dos dominados, mas também as dos dominantes sejam construídas em conformidade com os modelos de comportamento pré-estabelecidos no imaginário social. É por isso que “o inocente (no caso, a criança) paga pelo *pecador*”<sup>45</sup> (os pais suspeitos de corrupção, ou aqueles assassinados no transcorrer cotidiano da violência urbana, os pais drogados que fazem de seus filhos órfãos em vida ou reféns da escravidão do vício, etc.), que certas profissões são impróprias para homens ou mulheres, etc.

Diante disso, é preciso garantir a reprodução das estruturas de domínio. Cada sujeito está sob a pressão constante da afirmação de uma identidade que seja previamente estabelecida já que é preciso garantir a manutenção dessas estruturas ideologicamente formadas. Essa pressão começa cedo. Por exemplo, na escola, os meninos perseguem sempre aquele que parece não se conformar à norma, ao padrão, do mesmo modo como, pela ‘vida afora’, qualquer sujeito sente que tem de estar à altura da ideia que tem do que é ser homem, ou mulher, ou pai, ou empresário de sucesso, etc.

Tendo em vista as múltiplas e difusas formas de materialização da violência na atualidade, a mídia deixa de lado muito dos nuances simbólicos de cada contexto que circunscreve à temática. Há uma iminência em (re)produzir discursos queixosos,

---

<sup>45</sup> Grifo nosso para enfatizar a expressão repetida no senso comum.

presentificados pela posição vitimizada, tal como estamos dando visibilidade em nosso recorte 19 de análise quanto à violência como algo exterior aos sujeitos, como uma espécie de mal que habita no outro e que, a qualquer momento, poderá nos atingir: nós, as vítimas (as crianças indefesas) dominadas pela dependência econômica, moral e institucional.

Repetidamente, temos em nosso corpus uma sequência que toma como destaque no arranjo simbólico os rostos infantis, a partir de sentidos naturalizados da dor e do sofrimento. Essa regularidade, no entanto, é traço ideológico de um funcionamento social determinado que impõe à criança um lugar de vitimização orientado (supradimensionado) para o espetáculo.

Para além da superfície textual, no âmbito discursivo de análise entendemos que a vitimização infantil, parafraseada no rosto ofuscado, na lágrima escorrida ou no desolamento de um choro, é uma marca ideológica da violência simbólica que está embaraçada às instituições sociais e estigmatiza o imaginário de infância e da formação da identidade dos sujeitos em nossa sociedade.

Observamos, e isso é uma regularidade de todos os recortes, a repetição do rosto como marca significativa e lugar da materialização ideológica. Desse arranjo entre o sujeito (no seu rosto) e a linguagem, institui-se a necessidade de um “individualismo de costumes” que, conforme Ariès (1986), transformou significativamente a identidade do sujeito na/pela delimitação do que era da ordem do individual e do privado. Assim, a noção de indivíduo passou a não se dissociar do seu rosto, porque expressava e traduzia no corpo o seu íntimo. O movimento, contudo, é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o “[...] incita a exprimir-se, ordena-lhe que se apague, que mascare esse rosto, que encubra essa expressão” (COURTINE; HAROCHE, [1988] 1994, p. 8).

A história do rosto é, então, a partir do século XVI, um paradoxo que se coloca entre o exprimir-se e o ocultar-se, entre o descobrir-se e o mascarar-se. Trata-se, pois, da história do emergir da expressão e do controle sobre ela, através das exigências religiosas e das normas sociais, políticas e estéticas. Esse funcionamento moral constituiu-se no sujeito como um sinal da sua identidade e, dessa maneira, deu visibilidade ao homem natural e à relação entre interioridade e exterioridade, deixando antever o confronto entre o homem físico e o psicológico. A

incursão pela tradição fisiognomônica<sup>46</sup> como tentativa de análise do rosto foi uma recorrência a tratados médicos e anatômicos em prol da possibilidade de assegurar, principalmente pela junção do político com o psicológico, quando o homem deveria ser autêntico ou quando deveria conformar-se, exprimir-se ou apagar-se, ter espontaneidade das emoções ou silenciá-las. Tratava-se, portanto, da história do corpo do sujeito em sociedade. Desse modo, o rosto era tomado como uma textualidade, exprimindo uma interioridade que podia ou não ser mostrada.

A analogia se faz entre a superfície (o visível) e o que é interiorizado, de forma que o rosto torna-se o invólucro visível da alma que é invisível. Para Courtine e Haroche ([1988] 1994), o rosto é, ao mesmo tempo, metonímia da alma – a frágil porta da sua morada, o acesso como porta entreaberta para contemplá-la – e metáfora da alma – a figura da alma, sendo a fisiognomonia o repertório de uma linguagem das figuras.

Os efeitos de sentido instalados pela fisiognomonia continuaram a inscrever o rosto como o espaço de visibilidade da boa ou má alma e, em consequência, como lugar de interpretação judicial e de determinação do desvio. Atualmente, o rosto como lugar de expressão foi potencializado em nossa sociedade como um singular operador de efeitos dados à comoção, tal como observamos em nosso corpus. Daí a regularidade do rosto como operador de memória (das emoções, por exemplo).

Além de ser palco de espetáculo e da exposição dos rostos infantis, nossa sequência traz, em sua interdiscursividade, sentidos da violência e do simbólico que, para nós, é uma violência ordenadora da linguagem e dos padrões constituintes e fundamentais próprios da cultura e da sociedade. As textualidades significantes, nos arranjos simbólicos em questão, tomam a criança como vítima da violência e das ações paternas dadas à visibilidade de suas posições sociais e de suas ações, marcadas ideologicamente pelos rostos e objetos (brinquedos) circunscritos ao imaginário das práticas infantis. Observemos em um recorte do corpus em questão a presença do rosto (mostrado ou ocultado) como regularidade marcada:

---

<sup>46</sup> A fisiognomonia é a ciência que buscava o conhecimento do caráter da pessoa pelos seus traços fisionômicos. Teve como precursores Francisco Eximenes, Giambatista della Porta e Johann Kaspar Lavater.





uma nova individualidade psicológica” (Ibid., p.31), de um novo modo de conceber o indivíduo em sociedade e de o próprio indivíduo ser concebido por ele mesmo, fundamentando o então humanismo renascente. O julgamento do indivíduo não está mais, portanto, somente fadado às especificidades físicas de seu rosto (marcas), mas ao modo como o rosto manifesta publicamente as paixões do sujeito.

Conforme os autores, o processo de racionalização dos comportamentos liga-se complexamente ao fato de que “o indivíduo é, desde então, indissociável da expressão singular de seu rosto, [que se torna a] tradução corporal de seu ‘eu’ mais íntimo” (COURTINE; HAROCHE, 1994, p.10). Daí a atenção dispensada à caracterização das marcas faciais para a compreensão da personalidade individual, daquilo que o indivíduo tem de mais particular. É como se, pela sua expressão e pelos seus, fosse possível atingir ao que o indivíduo é realmente. É exatamente por isso que se torna necessário contê-los, controlá-los. É porque fala demais que o corpo precisa aprender que manifesta publicamente as paixões do sujeito.

Levando em consideração a rede parafrástica do rosto no arranjo simbólico presente na discursividade da mídia em nosso corpus, atentamos para uma outra regularidade relativa ao rosto e ao que chamamos de textualidade do espetáculo: o olhar. Para abordar a questão do olhar como textualidade significativa no processo de arranjo simbólico, observemos a presença regular do olhar em nosso corpus:

### Recorte 21 – O Olhar



O olhar como regularidade textual em nosso corpus nos incita a refletir sobre o efeito ideológico da mídia do espetáculo. O que observamos é uma relação interdiscursiva marcada pelo olhar como marca subjetiva, sendo o rosto o lugar significativo dado à discursividade da emoção (do espetáculo).

O olhar, textualizado no quebra-cabeça em que o arranjo simbólico se constitui, estabelece uma relação com o olhar-leitor, a partir do que a ideologia se faz efeito de sentido (da morte, da dor, do mal, da fúria, etc.) e se significa por uma via do gesto de interpretação marcados no olhar (da imagem e do leitor). O gesto que dá forma à materialidade do rosto como lugar de identificação do apelo emocional; o gesto que está marcado pelo efeito espetacularizado da violência e do sofrimento já instado no simbólico. Uma marca parafrástica do modo de discursivizar da mídia constituído no que concebemos como arranjo simbólico. Um modo de discursivizar tomado pelo ideológico, como viemos defendendo no transcorrer de escritura de tese e que, em nossos recortes, trata da violência em uma orientação determinada, fincada no compromisso do espetáculo.

A posição da mídia está, ideologicamente, descomprometida com a responsabilidade de refletirmos acerca do potencial destrutivo das causas da

violência em sociedade, ao esfumaçar essas mesmas causas com a imagem da vitimização em uma ideologia individualista e segmentária, versada sobre uma questão que demanda aspectos políticos, econômicos e culturais.

#### **III.4 A trama discursiva da mídia em posição de condenação**

A análise que estamos desenvolvendo até aqui nos permite defender que estamos diante de uma nova arena na qual se digladiam relações de força em sociedade. A estratégia de autoridade da mídia se dá por sua habilidade de trabalhar a construção de “verdades”, para nós versões, baseadas no papel organizador de uma discursividade da imagem no social, um domínio em que a justiça ainda não atua.

Ao promover a punição num arranjo simbólico determinado, a mídia assume um capital simbólico para efetivar-se como uma das instituições reguladoras do social: aquela que, se não dita as normas de funcionamento das diferentes instituições, confirma-se na posição de exigir destas o funcionamento que seria considerado “correto”. A partir dessas considerações, analisamos outro recorte de nosso corpus:

##### *Sequência Parafrástica 3 - A paráfrase da **condenação***

## Recorte 22



A sequência que ora recortamos para análise perpassa também à questão da violência à criança.

O AS8 refere-se ao **Caso João Hélio**<sup>47</sup>. O crime ocorreu na noite de 7 de fevereiro de 2007, quando João Hélio Fernandes Vieites (Rio de Janeiro, 18 de março de 2000 — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007) foi assassinado após um assalto. João Hélio tinha seis anos de idade quando foi vítima da violência na cidade

<sup>47</sup> Como foi nomeado e divulgado pela mídia.

do Rio de Janeiro. O garoto ficou conhecido em todo o Brasil no dia 8 de fevereiro, após sua morte traumática na noite do dia anterior, quando o carro em que ele estava com a mãe foi assaltado. Os assaltantes arrastaram o menino preso ao cinto de segurança pelo lado de fora do veículo.

Já o **Caso Isabella Nardoni**<sup>48</sup> (AS9, AS10, AS11) refere-se à morte da menina Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos de idade, jogada do sexto andar do *Edifício London* no distrito da Vila Guilherme, em São Paulo, na noite do dia 29 de março de 2008. O caso gerou repercussão nacional e foi amplamente divulgado na imprensa<sup>49</sup>.

A primeira questão pertinente sobre o que nomeamos como paráfrase da condenação é o modo como a mídia mobiliza sentidos da violência nessa sequência. O modo espetacularizado acentua os sentidos da tragédia, da tristeza e da morte na composição (arranjada simbolicamente) da sombra, da escuridão, do preto que identifica o pré-construído da morte, do luto como marca da sociedade ocidental. Além disso, é interessante observarmos, novamente, como está representada a figura da infância nos atores principais do arranjo espetacular: Isabella e João Hélio. Ambos são mostrados em fotografias tiradas em vida, no seu convívio social ou familiar, mas de todo modo, em vida.

Faz-se presente uma construção parafrástica da alegria, da jovialidade (no imaginário de que teriam 'a vida toda pela frente'), a eternização da infância como fase da pureza, do ser indefeso em formação. A textualidade da imagem de Isabella com os pais – um de cada lado, formando um mural de fundo, em preto-e-branco - contrasta visivelmente, por exemplo, com a textualidade da menina da foto central, sorridente também, mas já solitária.

---

<sup>48</sup> Como foi nomeado e divulgado pela mídia.

<sup>49</sup> O julgamento do caso começou, oficialmente, em 22 de março de 2010, cerca de dois anos após a morte de Isabella. Após cinco dias de julgamento, o juiz Maurício Fossen fez o pronunciamento, que foi transmitido ao vivo por diversas redes de televisão, somente através de locução. O júri considerou o casal culpado por homicídio triplamente qualificado (pela menina ter sido asfixiada, considerado meio cruel, não ter tido chance de defesa, por estar inconsciente ao cair da janela, e por alteração do local do crime) e fraude processual. Alexandre Nardoni foi condenado a 31 anos, 1 mês e 10 dias - pelo agravante de ser pai de Isabella - e Anna Carolina Jatobá, a 26 anos e 8 meses, em regime fechado. Pela fraude processual, devem cumprir 8 meses e 24 dias, em regime semiaberto. Por decisão do juiz, eles não poderão recorrer da sentença em liberdade, pela alegação da garantia da ordem pública.

Observamos, assim, a exposição gerenciada num espetáculo de fascínio e sensacionalismo exercido pela violência em nossa cultura, ao mesmo tempo que há a exacerbação da vilania do olhar, sombrio olhar, que reflete a imagem da menina feliz. A substituição da criança por suas fotografias, como que retratando a vida interrompida, como substituta permanente do sujeito, produz uma redefinição simbólica da ausência na recriação latente do ausente, formulada nos enunciados que anunciam e incitam mais os sentidos de indignação, comoção e pré-julgamento para a opinião pública, e menos o comprometimento com o viés investigativo, ou seja, com o processo de investigação criminal em andamento.

O embate de sentidos discursivizado na mídia é marcado também na memória social e histórica. Outro ponto importante, que soma-se aos sentidos na paráfrase da condenação e que queremos refletir analiticamente, refere-se a um conflito, um jogo de forças presente no social que se discursiviza ideologicamente para além dos casos individuais de violência destacados nos arranjos simbólicos na imprensa: o conflito **mídia x verdade x justiça**<sup>50</sup>. Para tanto, retomemos nossa sequência:

---

<sup>50</sup> Grifo nosso.

## Recorte 23



Os recortes de nossa sequência parafrástica estão veementemente marcados para a produção de efeitos de choque, comoção e indignação, efeitos possíveis em uma interdiscursividade do espetáculo. Embasada na legitimidade de seu papel de informadora e serviço público, a mídia vem constituindo-se em uma posição de conflito, de produção de verdades e de impasse institucional.

Para ilustrar nossa análise, faremos referência, também a título comparativo, de um caso ocorrido em 1997, quando a revista *Imprensa* publicou uma matéria de capa resumindo o caso Escola Base, uma escola de primeiro grau que, 'do dia para



noite', virou palco de um escândalo deflagrado<sup>51</sup> a partir de denúncias contra professores acusados de abusar sexualmente de seus alunos. Durante dois meses relativos ao período das investigações policiais, os donos da escola se acostumaram a ver seus rostos em destaque nas páginas policiais dos jornais e em programas de televisão. A imprensa, nesse período, não hesitou em divulgar os nomes dos suspeitos de envolvimento.

A questão é, resumidamente, que depois da troca de delegados e das investigações terem sido concluídas, nada pôde ser provado contra os professores e os donos da Escola Base. O exame médico realizado na criança que deu início às denúncias revelou apenas presença de assaduras, consideradas normais para aquela idade. Não havia prova nem indícios de violência contra qualquer outro aluno da escola. O caso foi arquivado e todos os suspeitos foram considerados inocentes pela justiça.

Durante o período de investigação, a Escola Base foi fechada por falta de alunos. Todos os outros pais, diante da repercussão das informações divulgadas na imprensa, retiraram seus filhos do colégio. O casal de proprietários acabou, como os demais envolvidos na denúncia, com problemas financeiros, sociais e psicológicos. Nenhum deles voltou a trabalhar na escola. Assim é que, embora a Justiça tenha por fim arquivado o caso, o processo de condenação começou a ser decretado antes mesmo que o caso chegasse às mãos dos juízes, promotores e advogados.

Este exemplo explicita o processo de instauração de uma "verdade" via o efeito de pré-julgamento que constitui uma regularidade do que é divulgado na mídia sobre crimes. Especialmente, como no caso de nosso exemplo e do recorte de análise, quando são relacionados elementos cristalizados (como é o caso de crimes que envolvem crianças) de apelo emocional e comoção.

Esses efeitos só fazem sentido diante do limiar de uma sociedade cuja pena capital não será mais o suplício até a morte, como descreve Foucault ([1979] 2007), nem será apenas a supressão da liberdade por trinta anos. Em nossa sociedade da imagem, faz parte do rol das penas a execução pública de sujeitos em posição de suspeita de pretensos crimes, um tipo de condenação (no espaço da opinião

---

<sup>51</sup> Em quase toda a imprensa nacional, com exceção do *Diário Popular*, fundado por José Maria Lisboa. O *Diário Popular* foi vendido para as Organizações Globo e mudou de nome, passando a *Diário de S.Paulo*.



pública) decretada não apenas pela Justiça, em sua atuação legitimada, como também pelas mídias, na/pela posição de autoridade atribuída pela sociedade.

Após o julgamento do caso Isabella Nardoni, a revista VEJA abriu sua publicação com os seguintes arranjos simbólicos (AS16):

### Recorte 24



O fundo agora esfumado traz a imagem do pai e da madrasta, num (re)arranjo (uma sobreposição de imagens) da publicação anterior que já antecipava a condenação dos suspeitos. No frente, o rosto de Isabella volta numa projeção similar a um quebra-cabeça: “Condenados! Agora, Isabella pode descansar em paz”. A textualidade edifica uma constituição interdiscursiva de vitória para o desfecho pretendido em uma discursividade normativa (como que enunciando: *nós já sabíamos, a justiça foi feita!*), moralista e, essencialmente, forjada no espetáculo.

O agravante deste processo, que é também o que possibilita uma sucessão de casos como esses, é que com o tempo necessário para a (re)formulação de sentidos tomados como fatos fica, no cotidiano das redações, comprimido o tempo de apuração na imprensa em relação ao tempo usado pela Justiça. Nesse espaço-tempo, o efeito imediatista de desconfiança até a condenação em relação ao suspeito passa a figurar como uma normalidade. O castigo difamatório que é ideologicamente parafraseado e presente na mídia oferece vítimas para uma audiência *espetaculoquestrada*<sup>52</sup>. Nas palavras de Courtine (2003, p. 62), “em suma, há um certo encontro entre a fome midiática de produzir ‘verdades’ e a vontade espectral de comer ‘verdades’”.

Dada a posição discursiva de análise em que trabalhamos, aproximamo-nos do pensamento de Courtine (Ibid.) na relação de consumo que o autor põe em questão ao pensar o discurso político nas mídias de massa. Acrescentamos, propondo uma relação com nosso corpus, que a questão da produção de verdades na mídia e a relação de consumo que está vinculada à ideologia individualista, no movimento da história, afastaram uma discussão profunda sobre a ética das mídias. Tal discussão foi atribuída ao sujeito, à revista (o veículo), etc., como que desvinculados da organização social como um todo em suas relações de poder. Esta é a versão que mistura os direitos do consumidor com os deveres de consumir, que permite em uma mídia a denúncia sobre o crime (como nos casos trazidos de nosso corpus) com todos os recursos estéticos permitidos (em bases tecnológicas de design gráfico, por exemplo) e o silêncio delimitado pela mesma estética sobre o equívoco da denúncia, ou, pelo menos, a escolha por uma versão em detrimento de outras possíveis.

Mesmo que a ética seja o único dispositivo de reação à permissividade da tecnologia nas mídias e sua inserção em uma formação ideológica, de todos os processos políticos e econômicos constituintes dessa discursividade, marcados pelo individualismo, ela – a questão ética - não é atraente e a ela se sobrepõe a paixão, o espetáculo e a mercantilização. O combate à xenofobia e à intolerância cultural para além dos povos do Ocidente, do mesmo modo que às desigualdades sociais e à violação de direitos da criança, dependem das versões que se tomam na mídia como verdadeiras. Essas estão delimitadas pelos interesses e serão vistas na

---

<sup>52</sup> Grifo nosso.

dimensão adequada à projeção da própria mídia, ao seu tempo, sua estética, portanto, reduzindo ou ampliando significativamente a versão que se presta ao consumo.

Para nós, a partir do postulado de Courtine (2003), o que fica é a compreensão de que a formação ideológica intervém no complexo social sob formas e ditos próprios de uma sociedade marcada pela imagem e pelo modo espetacular de a mídia discursivizar e elencar sentidos.

### **III.5 A (des)identificação e a ideologia da intolerância**

Na perspectiva discursiva, o discurso efetiva-se como a chave para contemplar a articulação entre a superfície textual e os processos ideológicos de sua construção. O trabalho de seleção das memórias coletivas é, certamente, um dos fatores determinantes para a perpetuação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, bem como das diretrizes morais/culturais que as põem em funcionamento em um alinhamento interdiscursivo de (re)produção de sentidos.

A questão da violência, em suas versões textualizadas na mídia, é vista tanto como uma ameaça à convivência pública, no sentido de impedimento das diretrizes constitucionais<sup>53</sup> de nosso País, quanto como a semente de rearticulação sociopolítica e cultural, ou seja, como expressão limite de articulações culturais dinâmicas, ou ainda, como tentativa de superação da exclusão social. Não podemos perder de vista que a violência é observada por um viés relativamente particular – o da mídia em uma prática de (re)produção de sentidos. A mídia ocupa um lugar de visibilidade, e a violência pode ser caracterizada como um tipo de manifestação que expressa conflitos, mas que também viabiliza alteridades (formas culturais diferentes que encontram na mídia um lugar de expressão de sentidos).

---

<sup>53</sup> Estamos nos referindo às bases constitucionais de direitos, entre os quais destacamos o direito à comunicação, à liberdade de expressão, direito à segurança e direito à liberdade.

Guiados pela preocupação em ora manter e ora modificar as fronteiras sociais, assim como pelo conhecimento de historicidade, entendemos que a violência da guerra, entendida como um componente histórico das delimitações socioculturais, acompanha a modernidade que dela se alimenta e a banaliza através do espetáculo. É sobre a guerra da intolerância, da (des)identificação ideológica e da construção de estereótipos que conduziremos nosso próximo recorte de análise.

Seqüência Parafrástica 4: A paráfrase da (des)identificação

Recorte 25



Nessa relação discursiva que observamos nos arranjos simbólicos (AS12 e AS13), cruzam-se sentidos memoriais da maternidade, da guerra, da religiosidade, da etnia e da morte, produzidos entre lugares onde as identidades não tendem a se acomodar. Elas lutam no interior do discurso. Sobre os sentidos postos em questão no recorte 25 de nosso corpus, entendemos ser pertinente uma descrição sobre o conflito<sup>54</sup> a que se refere.

Como os sujeitos estão imersos no social e os sentidos são históricos, os discursos se confrontam, se digladiam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. Foucault ([1979] 2007) sustenta que há, nesses intensos movimentos, uma microfísica do poder: pulverizados em todo o campo social, os micropoderes promovem uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração. Eles sintetizam e põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história. As identidades são, pois, construções discursivas: o que é 'ser normal', 'ser molestado', 'ser louco', 'ser incompetente', 'ser ignorante', 'ser refugiado', 'ser excluído', 'ser vítima', senão relatividades estabelecidas pelos jogos desses micropoderes.

O modo de discursivizar no processo de arranjo simbólico, como esse no qual no detemos em observar e que textualiza a mulher africana com uma criança no colo (como construção imaginária de maternidade, o simbólico da Pietá, na presença do filho moribundo) paralela à imagem da multidão (em que numeramos algumas marcas das mãos em posição de protesto) em Israel carregando caixões abertos, entre os quais se destaca a presença de uma criança em estado fúnebre (olhos fechados, em um aparente cenário de manifestação pública), defronta-nos com a identidade como categoria errante e carimbada no imaginário da guerra próprio daquelas nações.

---

<sup>54</sup> O conflito de Darfur (ou genocídio de Darfur) é um conflito armado em andamento na região de Darfur, no oeste do Sudão, que opõe principalmente os janjawid - milicianos recrutados entre os baggara, tribos nômades africanas de língua árabe e religião muçulmana - e os povos não-árabes da área. O governo sudanês, embora negue publicamente que apóia os janjawid, tem fornecido armas e assistência, assim como tem participado de ataques conjuntos ao grupo miliciano. O conflito iniciou-se, oficialmente, em fevereiro de 2003, com o ataque de grupos darfurianos rebeldes a postos do governo sudanês na região, mas suas origens remontam a décadas de abandono e descaso do governo de Cartum, eminentemente árabe, para com as populações que vivem neste território.

Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e (des)territorializações. Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo de produção de identidades (re)produzido pela mídia assume funções sociais básicas tradicionalmente tomadas como matéria significativa na construção de mitos – a reprodução de identidades culturais, a generalização e a integração social dos sujeitos posicionados (ideologicamente) no espaço social que os constitui. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e assimilados socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidade são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na comunidade imaginada e, neste quadro, aprisionado em uma aparência de realidade. Orlandi (1999, p. 41) atenta que “as identidades resultam desses processos de identificação em que o imaginário tem sua eficácia”.

Outro aspecto que nos chama a atenção, em sua historicidade, é a construção do cenário, a cena em que os modelos do espetáculo figuram. No primeiro recorte (AS12), temos a mulher com a criança nos braços deslocada de seu lugar específico de condições de produção. O trabalho aparentemente estético do fundo azul, de iconicidade das cores nas vestes da mulher e de preenchimento de todo o modo de materializar as textualidades presentes tem, para nós, um vestígio dessa estratificação ideológica do real na mídia. A imagem da mulher, com a criança debilitada, desnuda no colo e sua fisionomia abatida toma, no cenário deslocado, um efeito de beleza, quiçá artístico. No entanto, um deslocamento não apenas do contexto real, mas também da ausência de reconhecimento da história de um povo que vivencia um embate racial remissivo a outros tantos confrontos de nossa história, versados para uma superficialidade crítica.

Tal efeito estético silencia e pormenoriza a historicidade em questão, contudo, e aí é que o interdiscurso se marca, esse mesmo efeito não existe sem que a carga histórica da dor, da fome e das condições em que o lugar dessa mulher – Darfur, no Sudão - tenha sido deixado de lado ou, pelo menos, parcialmente silenciado no todo discursivo do gesto ocidental de (des)identificar as condições políticas e econômicas que permeiam a história daquele povo, em um intervalo marcado pela falta.

A falta a que nos referimos é compensada ou saciada pela junção da diferença que torna visível um (o) intervalo no qual tudo o que não foi dito, mostrado,

clama por sentido. Entre a palavra cega e imagem muda, está o intervalo, todos significando misturados. Assim, o intervalo não é um espaço indiferente à aproximação, não é um vazio, mas uma fresta, porta de entrada/fuga aberta ao gesto de interpretação do sujeito-leitor, por sua formação ideológica de ver e dar significado. É o espaço configurado pelo social. Um social que se (des)identifica com os atores e seus espaços de vivência do espetáculo.

Essas condições foram pouco divulgadas mundialmente pelas agências internacionais de notícias, salvo iniciativas midiáticas de ONG's, de iniciativas artísticas do cinema<sup>55</sup> e de voluntários que divulgaram pela rede mundial de computadores as violências extremas transcorridas em Darfur<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> O documentário **Lágrimas no Deserto**, do diretor Paul Freedman, é um dos poucos acessos documentados sobre a luta heróica entre a política e a humanidade no interior de Darfur. Os voluntários desta missão enfrentam condições cruéis e de extrema violência, enquanto dois milhões e meio de refugiados não tem escolha, a não ser se alojar em campos miseráveis e esperar. Além de analisar os eventos históricos que deram origem às atitudes de um governo de domínio árabe, **Lágrimas no Deserto** também mostra que a comunidade internacional continua fracassando ao reagir a crimes tão horrendos contra a humanidade. Até agora, estima-se que 400 civis já morreram. O espectador é conduzido através dos campos de refugiados, passando por sepulturas coletivas e pelo Senado americano. Filme: Documentário. **Lágrimas no Deserto**. Ano: 2007. Título Original: **Sand and Sorrow**.

<sup>56</sup> Em 2003, dois grupos armados da região de Darfur rebelaram-se contra o governo central sudanês, pro-árabe. O Movimento de Justiça e Igualdade e o Exército de Libertação Sudanesa (SLA, na sigla em inglês) acusaram o governo de oprimir os não-árabes em favor dos árabes do país e de negligenciar a região de Darfur. Em reação, o governo lançou uma campanha de bombardeios aéreos contra localidades darfurianas em apoio a ataques por terra efetuados por uma milícia árabe, os janjawid. Estes últimos são acusados de cometer grandes violações dos direitos humanos, como assassinatos em massa, saques, destruição de povoados e o estupro sistemático da população não-árabe de Darfur. Os janjawid também praticam o incêndio de vilarejos inteiros, forçando os sobreviventes a fugir para campos de refugiados localizados a Oeste de Darfur e no Chade; muitos dos campos darfurianos encontram-se cercados por forças janjawid. Até meados de 2006, entre 150 000 e 200 000 pessoas haviam sido mortas e pelo menos dois milhões haviam fugido, provocando uma grave crise humanitária na região. Ao longo de 2009, Darfur foi palco de inúmeros sequestros - a maior parte deles para pedir resgate. As mortes causadas pelo conflito são estimadas entre 50 mil (Organização Mundial da Saúde, setembro de 2004) e 450 mil. A maioria das ONGs trabalha com a estimativa de 400 mil mortes. O número de pessoas obrigadas a deixar seus lares é estimado em dois milhões. A mídia vem descrevendo o conflito como um caso de "limpeza étnica" e de "genocídio". O governo dos EUA também o considera genocídio, embora as Nações Unidas ainda não o tenham feito, pois a China, grande parceira comercial do governo sudanês, defende o país em todos os fóruns internacionais que abordam o tema. Algumas propostas de intervenção militar internacional realizadas na ONU não foram aprovadas por veto deste país. Agências humanitárias enfrentam hostilidade crescente, desde que o Tribunal Penal Internacional emitiu mandado de prisão contra o presidente Omar Hassan al-Bashir, por crimes de guerra. Fontes: <[http://community.livejournal.com/por\\_darfur](http://community.livejournal.com/por_darfur)> e <<http://www.arabesq.com.br>>.



No entanto, o jogo parafrástico que estamos nomeando como **(des)identificação**<sup>57</sup> se mostra ideologicamente a partir do gesto como arranjo simbólico. Observemos o Recorte 26 (AS12):

### Recorte 26 – AS12



O entrelaçamento de sentidos religiosos cristãos com os da guerra, particularizados em uma posição Ocidental, é uma marca da (des)identificação do limite do espetáculo como mote da formulação em pauta. Primeiro porque o que acontece em Darfur é motivado por fatores econômicos<sup>58</sup> que se efetivam em práticas de extermínio racista. Segundo, porque “o Salvador” retoma uma memória interdiscursiva do pré-construído cristão de salvação por meio de uma entidade divina. Para quem o genocídio da África desafia o sentimento do Natal? Que Natal?

<sup>57</sup> Grifo nosso.

<sup>58</sup> A combinação de décadas de secas, desertificação e superpopulação estão entre as causas do conflito de Darfur, onde os nômades árabes Baggara, em procura por água, levam seu rebanho para o sul, uma terra ocupada predominantemente por comunidades agrárias de negros africanos.



O da crença cristã de que Jesus Cristo, filho de Deus, veio para nos **salvar**<sup>59</sup> e foi sacrificado, violentamente perseguido e torturado? Ou o simbólico do Natal dos presentes, do consumo obrigatório? Não se trata, em termos discursivos, de uma leitura óbvia e direta. A leitura precisa ser desnaturalizada para que se observe a presença ideológica atrelada a sentidos constituintes de uma formação ideológica consumista que se manifesta penalizada e tolerante, mas que falha, escorrega em seu próprio pesar.

De acordo com Zizek & Daly (2006), estamos vivendo as novas formas de subjetividade, entre as quais destacamos o horror à proximidade, a intolerância ou a falsa tolerância, o racismo mascarado no cotidiano, a retaliação e a vitimização. Todas essas formas que recortamos para fundamentar nossa análise caracterizam-se por uma resistência ao real como furo.

O próximo (sujeito) é o real. O que está em jogo na existência do próximo é o real como acontecimento (Ibid.), e a mídia atua nesse processo com o efeito de aproximação dos sujeitos, destaque-se: somente o efeito. Expliquemo-nos melhor. A ideologia cristã do amor ao próximo é evitar o encontro traumático com o próximo, na medida em que esse encontro aponta para a dimensão impossível dessa concretização. Por exemplo, o assédio sexual “é outro nome do encontro com o próximo” (Ibid., p. 92). O recorte da criança desnutrida que sobrevive órfã da mãe morta em Darfur, em prol da ‘limpeza étnica’<sup>60</sup> promovida pelo governo e os janjawid, é uma mostra de aproximação que perpetua a manutenção da distância com essa situação incômoda.

O distanciamento do próximo é o que caracteriza o regime da tolerância. Assim, o pagamento para manter relações sexuais (como mostra a textualidade do recorte 19 de nosso corpus) e a doação de dinheiro para causas humanitárias são soluções encontradas não só se para manter a distância do próximo, mas também para reforçar o discurso da tolerância. O discurso atual sobre a tolerância, tanto na sociedade quanto na mídia, prega a tolerância universal, no entanto:

[...] se você examinar mais de perto, verá que há um conjunto de condições ocultas, que revela que o indivíduo só é tolerado na medida em que se

---

<sup>59</sup> Grifo nosso.

<sup>60</sup> Grifo nosso.

assemelhe a todos os outros – o discurso determina o que deve ser tolerado. Portanto, na realidade, a cultura atual da tolerância subsiste por meio de uma intolerância radical a qualquer alteridade verdadeira, a qualquer ameaça real às convenções existentes (ZIZEK; DALY, 2006, p. 149).

A partir do pensamento de Zizek & Daly (Ibid.), compreendemos o viés ideológico que a mídia (re)produz a partir do social estabelecido. O que nossa sequência de arranjos nos impõe observar é que a tolerância universal é o racismo camuflado pelo discurso politicamente correto. Nesse sentido, poderíamos dizer que já não existem sujeitos racistas como antigamente. Nas palavras dos filósofos,

[...] em geral o racista de hoje já não diz que os árabes, os turcos ou os hindus são simplesmente burros ou repulsivos. Não; diz que eles são perfeitamente normais, que gosta deles, que eles são seus amigos e por aí vai, mas que há uma coisa neles que o incomoda, um detalhe: seu cheiro, sua culinária, sua música. Ou pode ser algo mais intelectual – a orientação lingüística, as atitudes culturais, a ética no trabalho. Trata-se de algum traço que é percebido como um excesso (ZIZEK & DALY, 2006, p. 141).

Diante dessas considerações, queremos dar visibilidade à ideologia naturalizada nessa discursividade acerca do próximo (os árabes, por exemplo) e da relação que se nomeia global como se as diferenças, historicamente construídas, fossem apagadas. O que vemos em nosso recorte de análise é o outro, em sua alteridade, reduzido ao outro ideal. Implode, assim, o preceito cristão do amor, do simbólico do Natal, da identificação com sua dor: o outro como o próximo não existe, está morto.

Esta relação de (des)identificação parafrástica também está fundamentada em uma relação interdiscursiva entre Ocidente/Oriente Médio. Desta forma, propomos um questionamento diante do recorte 26 (AS12) e, para além dele, em uma historicidade construída: por que a mídia ocidental regulariza repetidamente seu discurso sobre o Oriente como uma região violenta? Por que os orientais (especificamente os do Oriente Médio) são genericamente tomados como sujeitos fundamentalistas e isso é reforçado em diferentes materialidades textuais? Por que a repetição da imagem do Oriente Médio é regularmente associada a uma espécie de polarização negativa do mundo, em face do Ocidente como lado positivo? Seria este sempre o "mocinho", enquanto aquele, o "bandido"? Por que o Oriente sempre tem que aparecer em oposição ao Ocidente? Seria o Oriente tão simplesmente o não-

ocidental? Por que é que temos que pensar a pluralidade cultural em termos de Ocidente e Oriente Médio?

Temos mais questionamentos que propriamente respostas a tão complexa trama ideológica e política, mesmo assim, queremos salientar que a visão bipolar do mundo ocidental não é nova. Desde a antiguidade, as pessoas eram ensinadas a pensar o mundo sob uma formação ideológica de dupla face, de tal modo que o universo estaria dividido em duas partes completamente distintas: o bem e o mal.

Com o propósito analítico de reflexão sobre a vilanização do sujeito e de suas práticas sociais, passa a ser possível um olhar crítico sobre esses valores que norteiam a condição moral em sociedade.

Nietzsche ([1887] 1996) inicia a caracterização dos elementos que compõem esse título por um exercício de interpretação histórica das transformações desses conceitos e da análise etimológica dos termos que dão corpo a estes. Como conclusão desse exercício, tem-se que o conceito de “bom” (mesmo nas manifestações mais antigas da Humanidade, em suas civilizações mais primitivas) sempre esteve associado ao nobre, ao aristocrático, espiritualmente bem nascido, privilegiado e ao puro. De maneira inversamente proporcional, o “ruim” vem dizer respeito ao plebeu, baixo, comum e impuro. Essa distinção, que era apenas estamental, adquiriu, com o tempo, à custa do confronto entre a casta dos nobres com a dos sacerdotes, o caráter irrestrito de valoração através do serviço dessa classe sacerdotal. Essa reflexão é importante para pensarmos que a relação opositiva do bom e do mau sujeito tem fundamentação histórica constituída.

Mas voltemos a nossa questão ideológica de análise para, enfim, perguntarmo-nos sobre o que é o Oriente? Quando estudamos coordenadas geográficas no Ensino Médio, somos ensinados que a área que está ao leste do meridiano de Greenwich é o Oriente, e tudo o que está ao oeste é o Ocidente. No entanto, não devemos nos esquecer que a divisão geográfica da Terra é uma construção dos sujeitos em sociedade. A Terra é esférica, não dá para definir o seu início, nem o seu fim, quanto mais o seu meio.

A longitude de zero grau (0°) é uma arbitrariedade. Foi fruto de uma convenção para tornar a Inglaterra, maior potência europeia dos séculos XVIII e XIX, o centro do mundo. Convencionou-se iniciar o zero grau (0°) longitudinal tendo como

referência o observatório astronômico de Greenwich na Inglaterra. Portanto, os mapas cartográficos são ideológicos, são referências de interesses geopolíticos. Queremos dizer com isso que as representações Oriente e Ocidente não são espaços geográficos definidos, mas construções ideológicas.

Desse modo, para muitos estudiosos e para grande parte da imprensa ocidental (a grande mídia que é 'informada' pelas agências internacionais, entre as quais a brasileira), Chipre, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Iêmen, Bahrein, Omã, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Afeganistão, Paquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Quirguistão passaram a constituir o 'crescido'<sup>61</sup> Oriente Médio. A região situa-se no sudoeste da Ásia e no nordeste da África e é a região mais islamizada do mundo, com exceção de Israel. Também é a região mais rica em petróleo do mundo até então.

A questão religiosa e econômica do Oriente Médio é fundamental para compreendermos o processo de construção do novo inimigo ocidental e a nova concepção de Oriente na atualidade. A visão maniqueísta continua, apesar do declínio da dicotomia capitalismo e socialismo. Hoje, em nosso ver, a grande dicotomia é: mundo cristão versus mundo islâmico; quem tem petróleo versus quem não tem. Por isso, agora a concepção de Oriente restringiu-se às fronteiras do Oriente Médio. Os islâmicos passaram a representar melhor o estrangeiro, o "bárbaro", o terrorista, o "outro que é diferente de nós". E quem é diferente de "nós", necessariamente, é quem está em uma posição inferior à nossa. Por isso, o que conhecemos – via mídia - sobre o Oriente não é o *Oriente*, mas uma versão criada pelo Ocidente sobre o Oriente. É, portanto, uma versão ideologizada do Oriente.

Quando é mostrado, em diferentes veículos de comunicação, o tratamento dispensado à mulher oriental como o símbolo da opressão e do atraso da cultura muçumana diante da posição da mulher no Ocidente, esquecem-se, muitas vezes, de que os países ocidentais são os campeões mundiais de violência contra a mulher, do abuso sexual infantil, entre outros tipos de violência.

O que nos chama a atenção, análise que fazemos a partir de nossos recortes e sequências, é a reação internacional diante da ação israelense em Gaza, o que foi motivado pela mídia. De repente, existe um levante contra o Estado de Israel que faz

---

<sup>61</sup> Grifo nosso.

uma incursão militar fora das suas fronteiras em defesa do seu território e de seus cidadãos. Poderia ser uma reação comovedora e humanista que mostrasse uma nova atitude de nossa subjetividade. Uma atitude solidária e legítima diante de pessoas atingidas pela violência de Estado. No entanto, há uma falta que assinala o ideológico. Uma falta marcada pela escolha de cobrir obstinadamente determinados conflitos em detrimento de outros. É aí que reside uma marca políticoideológica de (re)produção de sentidos, se observarmos a inexpressiva ou nula divulgação de manifestações pela Somália, haja vista as ações realizadas pelas Farc há 40 anos; o silêncio sobre Darfur, onde mulçumanos são vítimas dos próprios muçulmanos; a guerra civil do Congo por décadas, onde as vítimas vivem em condições mais precárias e violentas que a situação de vida (e de morte) mostrada na faixa de Gaza; entre outros exemplos que transcorrem neste momento e que fogem do nosso conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao momento de escritura de tese, cuja máxima acadêmica exige que exerçamos uma posição conclusiva acerca de todo o nosso percurso de leitura, releitura, escrita, escuta dos mestres, reescrita... e análises, é tarefa árdua e contraditória. Primeiro, porque se chegamos até aqui, é por que tivemos, sim, um percurso e porque temos algo a defender, quem sabe até a somar acerca da questão que nos propusemos trabalhar. Segundo, porque concluir, em seu entorno semântico-discursivo, invoca um sentido de fechamento necessário, quase nostálgico, mas, seguramente, ainda lacunar diante das 'novas' questões que se abrem durante o percurso de tese.

Em meio a essa contradição, vamos honrar a posição de defesa dos anos de dedicação em nossa questão de pesquisa, ainda que tenhamos a lucidez de nos apercebermos principiantes diante de tão vasto campo de reflexão e estudo nas barras teóricas de Michel Pêcheux e da Análise de Discurso.

Compreender os modos de discursivizar na mídia na sociedade da imagem nos colocou frente a conceitos e questões determinantes. Entendemos, definitivamente, que a leitura das condições de produção do discurso, sejam elas quais forem, é norma fundadora para qualquer análise que se pretenda discursiva. Compreendemos que somos sujeitos assujeitados e que a mídia marca seu lugar através da (re)produção de sentidos ensimesmados (arranjados parafrasticamente), ao mesmo tempo que passíveis de irromper o estabilizado, o interdiscursivizado, bem como de produzir novos efeitos no lugar do possível, onde todo gesto é dado à interpretação (ORLANDI, 2007).

Se o repetível, a retomada imagética se materializa como versão do real - seja da guerra, da fome, da violência sexual, do sujeito de rosto camuflado, da boneca borrada, da horizontalidade do sujeito de face aparente e não-aparente, da lágrima escorrida, da sombra do olhar, da fotografia da criança que já não vive -, entendemos que a ideologia do espetáculo não é mais limitada ao processo de atratividade comercial, e sim se constitui como um processo de formação ideológica invisível a olho nu e já pulverizada na textualidade e a vida em sociedade.

O que estamos atentando, ainda, como análise dos aspectos discursivo-ideológicos de (re)produção de sentidos é pensar neste processo de parcial ocupação pela mídia do espaço instituído como sendo da Justiça: um espaço de condenação. Isso, sob o gesto interpretativo de que as relações de forças se constituem e produzem subjetividades – a disciplina e o controle<sup>62</sup>. A primeira, mecanismo de poder a partir do qual a Justiça tradicional exerce papel fundamental na organização e manutenção da disciplina no âmbito social. A segunda, fruto da utilização, pelas relações de força, das novas tecnologias, que possibilitam o fortalecimento do lugar da mídia em sociedade ao mesmo tempo em que a possibilidade de oferecer condições (econômicas, políticas e culturais) para a potencialização de seu lugar como operador fundamental da circulação de sentidos no eixo social.

O que nos questionamos é se resta à sociedade, então, conformar-se na/pela versão de uma organização social que, construída através do relato, do discurso da mídia, firma-se como realidade inquestionável? Nesta perspectiva, entendemos, de acordo com Guimarães (2001, p. 09), que pelo menos em alguns suportes midiáticos a operação sobre um presente, como se ele não tivesse passado algum ou nenhuma história, é uma estratégia para significar o poder contemporâneo na e da mídia.

A sofisticação técnica e a possibilidade de manuseio estético que o discurso ganha produzem uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar os modelos e de espetacularizar os conflitos sociais em uma plástica passional de choque cultural. A profusão dessas imagens age como um dispositivo disciplinar de determinada ordem social – como é o caso dos exemplos da África e do Islã -, ao mesmo tempo em que suprem a já necessidade também social de estarecimento frente à violência conjugada pelas guerras e pela fome, como nos exemplos supramencionados. O jogo de espetacularização é naturalizado, alguns sentidos são elencados, enquanto outros permanecem “sucateados”, podendo irromper e vir à tona em condições de produção e ideológicas determinadas.

---

<sup>62</sup> Abordamos com destaque a questão da disciplina (Foucault) e do controle (Deleuze) no desenvolvimento de capítulos sobre a história da sociedade na parte I de nossa tese.

Já atentamos para o fato de que o discurso midiático (aqui materializado na forma impressa) é um divulgador de versões, uma vez que, conforme Mariani (1998, p. 61), ele “coloca o mundo como objeto”. O discurso da mídia, em suas versões parafraseadas, é responsável pela circulação dos sentidos que se tornam referentes, imaginariamente confiáveis da realidade social, contribuindo para a construção de imagens, valores, concepções de mundo.

Entendemos, assim, que o modo do discursivizar da mídia – na prática de mídia impressa - está sendo constantemente retroalimentado de/pelos relatos já ditos (Ibid.), o que corresponde a dizer que ele retoma, desloca, repete e reordena regiões de memória promovendo a circulação de dizeres tidos como notórios e importantes para todos, úteis e dignos de serem relatados, além de passíveis de credibilidade. Neste prisma, o arquivo midiático passa a ser um verdadeiro dispositivo produtor de subjetividades e singularidades a partir da mobilização, do recorte e da repetição de redes de memórias. Assim como recortamos nosso objeto em uma metodologia singularizada em um conceito de arranjo simbólico que desse visibilidade à formação ideológica presente no funcionamento da discursividade midiática, a mídia o faz, em suas práticas cotidianas, mobilizando recursos, efeitos gráficos e diferentes textualidades em um contínuo processo de (re)produção de sentidos.

Memórias e sentidos do mundo (discursivo) do espetáculo, da sociedade da imagem, que aparecem como dados aos seus produtores. Naturalizados e retomados sob a aparência de uma gramática “inata” de luzes e sombras, cores e volumes. Não se trata evidentemente de uma condição não-heterogênea. O desejo de olhar dessa nossa cultura, o ‘discurso do ver’, com sua força política da apropriação do saber pela imagem, que quase se confunde com as demandas do pensamento moderno, mas que hoje é potencializado tecnocientificamente, não está apenas na ordem da formulação. Não se trata de colocar um saber em imagens, assim como não se tratou de pô-lo sobre a escrita. Trata-se da constituição de um ‘saber visto’ – como o fora já um ‘saber escrito’ -, que só é saber por ser dado à visão e à espetacularização de sujeito e de sentido.



## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Traduzido por José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. Edição original: 1983.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 6.ed. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: Graal, 1992. Edição original: 1970.

ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Traduzido por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

AUDOIN-ROUZEAU, S. Massacres - O corpo e a Guerra. In: **História do Corpo**. As Mutações do olhar: o Século XX. v.3. 2.ed. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello. Traduzido por Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: Nota sobre a fotografia. Traduzido por Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Tradução: João Ferreira de Almeida. 2.ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Traduzido por Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Edição original: 1994.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Traduzido por Fernando Tomaz. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. Edição original: 1989.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Traduzido por Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Edição original: 2002.

CALLIGARIS, C. Três conselhos para a educação das crianças. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994, p. 25-30.

COSTA, Jurandir Freire. **Razões públicas, emoções privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COURTINE, Jean; HAROCHE, Claudine. **História do rosto: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX)**. Traduzido por Ana Moura. Lisboa: Editora Teorema, 1994. Edição original: 1988.

\_\_\_\_\_. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. Traduzido por José Horta Nunes. São Carlos: Claraluz, 2003.

\_\_\_\_\_. **Intericonicidade**. Entre(vista) com Jean-Jacques Courtine. Entrevistador: Nilton Nilanez. Grudiocorpo. Out., 2005. Disponível em: <<http://grudiocorpo.blogspot.com/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>>. Acesso em: 05.set.09.

\_\_\_\_\_. Orientations théoriques de la recherche. Chap:III. In: **Langages**, 15e année, n° 62. Analyse du discours politique. p. 49-61.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre (org.). **Papel da memória**. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2002. Edição original: 1983.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Traduzido por Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Edição original: 1990.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Traduzido por Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1967.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a Sociedade do Espetáculo**. Traduzido por Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1988.

DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente**. Tradução de Guilherme Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993. Edição original: 1992.

EDITORA ABRIL. Disponível em < <http://www.abril.com.br> > Acesso em: 22 de setembro de 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Edição original: 1969.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Traduzido por Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. Primeira edição brasileira: 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25.ed. Traduzido por Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002. Edição original: 1975.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004. Edição original: 1981.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIBSON, James J. **La percepción del mundo visual**. Buenos Aires: Infinito, 1974. Edição original: 1966.

GUIMARÃES, Eduardo. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

HAAG, Carlos. **O que se esconde atrás das capas de revistas e das primeiras páginas dos jornais**. Pesquisa FAPESP, Dezembro 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.fm.usp.br/canalinfo/1.2006/acontece.php>>. Acesso em: 27.mar.10.

HARDT, M. **Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia**. Trad: Sueli Cavendish. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**. Língua, sujeito e discurso. Traduzido por Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. Edição original: 1977.

LACAN, Jacques. **Seminário I**. Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. Edição original: 1953-1954.

\_\_\_\_\_. **Seminário XI**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, [1964] 1990.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular/Editora da UFSC, 2001.

**LÁGRIMAS NO DESERTO**. Produzido por Paul Freedman, Brad Kaplan. Dirigido por Paul Freedman. Trilha sonora de Jamie Dunlap. Fotografia de Alexandre Naufel. Narração de George Clooney. Gênero: Documentário. 2007.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens** - uma História de Amor e Ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda (org). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996, p. 102-21.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a imprensa** – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARX, K. **O Capital** - Crítica da Economia Política. v.I, II e III. Traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Edição original: 1867.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 2.ed. Campinas: Cortez: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**. Brasília, n. 61, jan-mar. 1994.

\_\_\_\_\_. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**. Campinas, NUDECRI, março de 1995.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_.; BARRETO, R. G. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. **Revista Teias**, v.7, n.13-14, p.1-7, 2006. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)>. Último acesso: 08.nov.2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2.ed. Traduzido por Eni P. Orlandi [et al]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. Edição original: 1975.

\_\_\_\_\_. **O Discurso**. Estrutura ou Acontecimento. 3.ed. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 2002. Edição original: 1988.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK. T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 61-162. Edição original: 1975.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Edição original: 1982.

\_\_\_\_\_. Delimitações inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos lingüísticos**, 19. Campinas, IEL, Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Traduzido por Anan Maria Dischinger e Heloisa Monteiro Rosário. In: **Cadernos de Tradução**, n. 01. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. Edição original: 1983.

\_\_\_\_\_.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Traduzido por Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 163-252. Edição original: 1975.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et.al.]. **Papel da memória**. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983.

PIERCE, C. **Semiótica**. Traduzido por José Teixeira Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 2000.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

REVISTA *IstoÉ*. Disponível em <<http://www.istoe.com.br/capa>> Acesso em: 14 de junho de 2009.

ROSDOLSKI, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Traduzido por Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2004. Edição original: 1988.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 8.ed. Traduzido por Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 2008. Edição original: 1992.

ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. Traduzido por Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.